

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UM ESTUDO DE CASO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Neila Rockenbach Xavier

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO

Neila Rockenbach Xavier

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração em Estratégia e Competitividade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**.

Orientador: Prof. Dr. Milton Luiz Wittmann

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Xavier, Neila Rockenbach

Capital social e desenvolvimento local: um estudo de caso / Neila Rockenbach Xavier.-2012.

105 p.; 30cm

Orientador: Prof. Dr. Milton Luiz Wittmann

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração, RS, 2012

1. Capital social; desenvolvimento local; ação coletiva I. Wittmann, Prof. Dr. Milton Luiz II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UM ESTUDO DE CASO**

elaborada por
Neila Rockenbach Xavier

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Administração

COMISSÃO EXAMINADORA

Milton Luiz Wittmann, Dr.
(Presidente/Orientador)

Pascoal José Marion Filho, Dr. (UFSM)

Silvio Cezar Arend, Dr. (UNISC)

Santa Maria, 23 de abril de 2012

O processo social, na realidade, é um todo indivisível.
(Joseph Schumpeter)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO

AUTORA: NEILA ROCKENBACH XAVIER

ORIENTADOR: MILTON LUIZ WITTMANN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, [23](#) de abril de 2012.

Entender o processo de desenvolvimento econômico de uma comunidade vem há muito inspirando os estudiosos em busca de elementos que o embasariam. Nesse trabalho é discutido como o capital social, entendido também com um dos recursos de produção de uma comunidade que contribuiu na mobilização individual e coletiva para a realização de objetivos comuns. O capital social caracteriza-se pelo grau de confiança e de cooperação de uma coletividade e quanto mais presente numa comunidade mais propícia esta se encontra para unir-se e civicamente contribuir em ações e estratégias de desenvolvimento que beneficiam a todos. O capital social como um fator de coletividade é formado pelo interesse dos indivíduos em cooperarem entre si e, portanto, está suscetível ao dilema da ação coletiva e ao oportunismo. Nesse trabalho analisa-se o conceito e as características do capital social, os problemas que o acompanham e qual sua relação com o desenvolvimento local. Foi realizado um estudo de caso no município de Não-Me-Toque, situado na região noroeste do Rio Grande Sul, para se verificar empiricamente como o capital social se apresenta nas lideranças econômicas e políticas locais e que contribuições realiza para o desenvolvimento da cidade, uma vez que tem um representativo parque fabril surgido do empreendedorismo de seus empresários, assim como, se mantém na vanguarda tecnológica na produção agrícola que a destaca no cenário nacional e internacional. Para a elaboração desse estudo foram entrevistadas cinco lideranças econômicas e políticas de Não-Me-Toque, utilizando como referência os modelos do Questionário Integrado para Medir o Capital Social (QI-MCS) e o Hexágono do Desenvolvimento Regional para responder se o capital social constitui-se em um elemento influenciador do desenvolvimento econômico, tendo-se concluído que no município estudado esse fator contribui para o desenvolvimento local

Palavras-chaves: Capital Social; Desenvolvimento; Ação Coletiva.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

SOCIAL CAPITAL AND LOCAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY

AUTORA: NEILA ROCKENBACH XAVIER

ORIENTADOR: MILTON LUIZ WITTMANN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de abril de 2012.

In order to understand the economic development process of a community had been a long time inspiring the researchers to seek elements that would base it. In this work is discussed how the social capital, known as one of the productive factors of a community help in individual and collective mobilization to achieve common goals. The social capital characterize by trust and cooperative degree of a collectivity and how much it is presented in a community more favorable to join and civically to contribute with development actions and strategies benefiting all. The social capital as a collective factor is built by individual interests in cooperation among them and, this way, is susceptible to collective action dilemma and opportunism. This work analyzes the concept and the characteristics of social capital, its problems and the relation with local development. It was accomplished a case study at city Não-Me-Toque, based on northwest of the Rio Grande do Sul, to empirically check how the social capital is shown in local politicians and economics leaderships and what contributions have brought to the city development, since this city has a significant industrial park arisen from entrepreneurship of its industrial, such as, keeping on agriculture technological vanguard that detach it on national and international scenarium. To elaborate this study was interviewed five politicians and economics people in the leading role from Não-Me-Toque, using as models references the Social Capital Integrate Questionnaire (SOCAP IQ) and Regional Development Hexagon to answer if the social capital will be as induced element of economic development, and the conclusion is that on the city studied this factor is effectively an important local competitive diferencial.

Keywords: social capital; development; collective action.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAPITAL SOCIAL	14
2.1 Sistemas sociais e capital social.....	14
2.2 Ação coletiva.....	22
2.3 Dilema da ação coletiva	24
3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	28
3.1 Instituições e capital social	28
3.2 Desenvolvimento	30
4 MUNICÍPIO DE NÃO ME TOQUE.....	36
5 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
5.1 Metodologia e dados coletados.....	40
5.1.1 Estudo de caso.....	42
5.1.2 Instrumento de coleta de dados	43
5.1.3 Sujeitos da pesquisa	44
5.2 Modelo analítico	44
5.3 Limitações do estudo.....	46
5.4 Modelos de referência.....	47
5.4.1 Modelo de Questionário Integrado para Medir o Capital Social (QI-MCS) 48	
5.4.2 Modelo de Hexágono do Desenvolvimento Regional	52
5.5 Descrição da coleta de dados	56
6 CAPITAL SOCIAL – ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL... 59	
6.1 Grupos e redes.....	60
6.2 Confiança e solidariedade	67
6.3 Ação coletiva e cooperação.....	69
6.4 Informação e comunicação.....	71
6.5 Coesão e inclusão social	73
6.6 Autoridade e ação política.....	73
6.7 Capital social e Não-Me-Toque.....	76
6.8 Atores	77
6.9 Cultura	80

6.10 Recursos	83
6.11 Instituições	85
6.12 Procedimentos	88
6.13 Entorno	91
6.14 Desenvolvimento local e Não-Me-Toque.....	93
7 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

Vive-se num mundo cada vez mais sem fronteiras econômicas. Comercializa-se a qualquer tempo com o mundo independente do posicionamento geográfico dos atores. As oportunidades crescem exponencialmente e espalham-se por todos os lugares à espera que alguém desenvolva meios para realizar os desejos demandados pelos indivíduos como soluções às suas necessidades. Segundo Lozano:

[...] el mundo económico no puede ser entendido como um estado de permanencia sino como un proceso evolutivo de aprendizaje cultural. La eficiencia en este escenario dinámico tiene un carácter adaptativo que no se puede entender em términos de información sino como el resultado de la adaptación de los agentes a los contextos em los que se desenvuelven las interacciones sociales (1999, p. 110).

Modelos restritos de desenvolvimento têm dificuldades de compreender a completude econômica, cultural e social de uma sociedade. O desenvolvimento de ambientes baseados na cooportunidade, que associa a competitividade com a cooperação, cria alternativas de compartilhamento que se constituem em alternativas sustentáveis para a promoção de estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico.

Contudo, a sociedade não se apresenta de forma plena que possibilite inexistências de conflitos, “tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esses objetivos que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si” (HOLANDA, 2008, p. 60 e 61). Toda ação coletiva comporta conflitos que requerem a instituição de regramentos que incentivem a colaboração na consecução de objetivos comuns entre os indivíduos.

O futuro precisa ser construído e não apenas imaginado. Para que os resultados projetados se concretizem é preciso arduamente ampliar competências no presente para que se

¹ O mundo econômico não pode ser entendido como um estado de permanência, mas sim como um processo evolutivo de aprendizagem cultural. A eficiência desse cenário dinâmico tem um caráter adaptativo que não pode ser entendido em termos de informação, mas como resultado da adaptação dos agentes os contextos em que se desenvolvem as interações sociais (tradução nossa). Fonte: <http://www.uexternado.edu.co/facecono/ecoinstitucional/workingpapers/jlozano1.pdf>

possa ocupar um lugar de destaque no futuro (HAMMEL E PRAHALAD, 1995). Esse incremento de competências pode surgir da exploração de potencialidades locais e da criação de estratégias para um desenvolvimento sustentável a partir da construção de um projeto comum da coletividade que promova melhorias substanciais do capital humano impactando em ganhos de produtividade, melhoria do bem-estar social, aumento do estoque de capital social e uma distribuição equitativa da riqueza.

Desenvolvimento local sustentável é compreendido como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas originadas por iniciativas de empreendedores coletivos que promovem mudanças estruturais quantitativas e qualitativas a partir de estratégias endógenas (BECKER, 2008). Para que mudanças estruturais ocorram é importante que aflorem entre os atores locais um ambiente de cooperação, em que esforços individuais sejam organizados objetivando a promoção de ações que estabeleçam vantagens competitivas, gerando crescimento econômico e projetando a comunidade como foco de interesses exógenos para aproveitamento das potencialidades existentes.

A mobilização coletiva na construção de uma vocação local que norteará estratégias produtivas de crescimento econômico permite também divulgar a região a potenciais investidores que direcionarão seus recursos a localidades que apresentam vantagens competitivas inerentes e que estejam em continuado aprimoramento de suas potencialidades. Investidores avaliam o ambiente para definir seus objetivos e metas e analisam como as aptidões existentes – capital social, cultura, atitudes e valores regionais, coesão social, recursos próprios, organizações industriais, lideranças institucionais – estão constituídas, permitindo uma análise de seus pontos fortes e fracos (PORTER, 1997).

Dentro desse contexto, a compreensão da motivação para a cooperação que vise a implementação de ações estratégicas de crescimento coletivo e que também alcance interesses particulares deve abarcar o conhecimento da formação histórica de cada povo, da presença de estoque de capital social para compreender a propensão a agir coletivamente e motivar para se inserir num projeto comum de desenvolvimento. Nesse contexto, o presente estudo empreendeu um estudo de caso no município de Não-Me-Toque RS visando responder a seguinte questão: *o capital social pode ser considerado um dos elementos influenciadores do desenvolvimento econômico verificado nesse município?*

Para responder essa arguição, este estudo teve por objetivo verificar junto às lideranças políticas e econômicas não-me-toquenses como os critérios que caracterizam o capital social (confiança e solidariedade; participação em grupos e redes; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; autoridade e ação política)

se apresentam; assim como, analisar a relação do capital social com o desenvolvimento econômico local observado através de elementos essenciais (atores; cultura; recursos; instituições; procedimento; entorno) para sua existência.

A razão desse estudo também decorre do fato de que o mundo caracteriza-se pelo contínuo aperfeiçoamento de estratégias e ações que geram inovação e que produzem vantagens competitivas, sendo esse comportamento não é apenas exigido do meio empresarial, mas de todos os agentes envolvidos com o desenvolvimento local para a criação de estratégias de médio e longo prazo que delineiem ações para alcançar os resultados que infiram incremento ao bem estar social através da melhoria do poder aquisitivo e de expectativas futuras gerados pelo desenvolvimento econômico sustentável.

O conceito de capital social é amplo, abrindo-se muitas possibilidades para sua compreensão. Estabelecer indicadores de confiança e de participação social tem sido o foco de grande parte dos trabalhos empíricos sobre o tema, uma vez que ainda há um hiato para conectar a dotação sócio-política de uma comunidade ao seu desenvolvimento econômico. Cada região é produtos de sua própria história e o equilíbrio da relação entre os vários atores – empresários, associações de classe, organizações civis, governo – é parte significativa e influente do ambiente político que molda o desenvolvimento do indivíduo e da comunidade (ARRAES E BARRETO, 2011).

O porquê da escolha do município de Não-Me-Toque, situado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, para a realização da presente pesquisa justifica-se pelo interesse do pesquisador em compreender se o capital social seria um elemento que influenciaria na constituição de seus indicadores econômicos e na estrutura de sua matriz produtiva fortemente centrada no setor secundário, mas mantendo uma inter-relação próxima com o setor primário, que coloca o município como o 78º em PIB e na 35ª posição no PIB per capita no RS (FEE, 2012). Esses fatores por si só não o destacariam se não fosse um município pequeno, inserto entre grandes propriedades rurais, distante de regiões industriais tradicionais; com uma infraestrutura logística desvantajosa.

A importância desse estudo deriva de o capital social estar incorporado em pesquisas sobre o crescimento e desenvolvimento econômico nas últimas décadas e vir sendo considerado como mais um dos fatores básicos de produção, juntando-se aos demais recursos locais e regionais (GOMES E BUENO, 2008). A importância do capital social como medida que avalia como os indivíduos estão dispostos a cooperar entre si através de relações de confiança e reciprocidade tem ocupado significativo espaço nos estudos especializados que pretendem compreender os níveis de confiança existentes numa sociedade que influenciam na

eficiência institucional, produtiva e no desempenho das relações econômicas e sociais (ARRAES E BARRETO, 2011). Este [estudo](#) pretende discriminar, portanto, o capital social como uma das variáveis explicativas do desenvolvimento local.

É preciso compreender que a realidade é construída por homens, não existindo uma única e imutável verdade e que o desenvolvimento decorre do resultado do comportamento da organização da sociedade (BOISIER, 1996). Entender como cada comunidade se organiza e se mobiliza para traçar os caminhos que a conduzirão [à](#) consecução de [seus](#) objetivos e considerando suas idiossincrasias, mesmo que os métodos de mensuração a serem utilizados possam apresentar limitações, permitirá que se desenhe com melhor acuidade o retrato de cada localidade imaginando como seu futuro a alcançará.

Esta [pesquisa](#) se apresenta com a seguinte estrutura: no capítulo dois são trazidos conceitos e teorias que abordam o capital social, a ação coletiva e seus dilemas. No capítulo três é analisado o capital social e o desenvolvimento em que se aprofundam conhecimentos sobre as instituições e o desenvolvimento propriamente dito. No capítulo quatro é feita a descrição do município de Não-Me-Toque. No capítulo cinco os delineadores metodológicos que embasaram este estudo são apresentados: tipos e instrumentos de coleta de dados; estudo de caso; sujeitos e limitações da pesquisa; modelos analítico e de referência para o roteiro de entrevistas e a descrição da coleta de dados realizada em Não-Me-Toque. E no capítulo seis é realizada a análise do desenvolvimento local pelo prisma do capital social. E como encerramento apresenta-se a Conclusão [ao estudo realizado](#) com o posicionamento do pesquisador acerca do problema e objetivos que fundamentaram essa pesquisa.

2 CAPITAL SOCIAL

Não é possível compreender a complexidade dos sistemas sociais, dos fatores que o influenciam e dos resultados que produzem sob um único prisma. Suas facetas somente podem ser explicadas por múltiplos olhares, nenhum carregando verdades incontestáveis, mas trazendo subsídios para uma compreensão mais plena do todo, [e que será possibilitado pela análise dos temas a seguir](#) desenvolvidos.

2.1 Sistemas sociais e capital social

O desenvolvimento de uma sociedade pode ser explicado através de diversas teorias, [das](#) econômicas [às](#) sociológicas, cada uma observando a parte e o todo a partir de seus dogmas e princípios, mas nenhuma isoladamente capaz de exaurir as justificativas para os fenômenos constitutivos das relações sociais, da influência do meio e de suas implicações sobre as estratégias e ações perpetradas pelos atores.

Há elementos que têm exercido singular interesse na justificativa do desenvolvimento econômico de uma sociedade, dentre esses se destaca o capital social. O capital social está sendo considerado como mais um dos insumos produtivos (somando-se aos recursos financeiros, humanos e físicos) necessários à materialização de bens que satisfaçam os desejos e necessidades dos [consumidores](#) gerando um fluxo de rendimentos [às empresas](#) (GOMES E BUENO, 2008). [Igualmente](#), o estudo do desenvolvimento de uma sociedade pelo prisma do capital social se constitui num importante recurso para [a](#) revitalização da democracia ao fomentar a construção de uma identidade coletiva (ANDRADE E CÂNDIDO, 2008).

Há décadas tem-se pesquisado sobre como o capital social influencia na estruturação social, política e econômica de uma comunidade. Referências ao tema têm sido feitas ao longo do tempo, porém a projeção maior se deu a partir das pesquisas de Robert Putnam, cientista político e professor da Universidade de Harvard (HARVARD, 2012), sobre o desempenho institucional de comunidades italianas modernas.

Diversas abordagens têm sido apresentadas para conceituar capital social, não havendo uma concepção fechada e acabada em si e sim explicações diferentes que, embora partam de

um ponto basilar, trazem elementos complementares que procuram dar uma dimensão mais ampla à complexidade do tema. A análise dessas diferentes percepções permite que se depreenda com maior segurança a abrangência que se pretende com esse [estudo](#).

Diante desse intuito passou-se a analisar conceitos de capital social. Iniciou-se pela concepção de Putnam (2005) que o considera característico de uma organização social em que confiança, normas e instituições facilitariam ações coordenadas que contribuiriam para aumentar a eficiência da sociedade.

Capital social corresponderia a um conjunto de valores e normas informais comuns aos membros de uma comunidade e que permitiria a cooperação entre eles. Para Fukuyama:

como o capital físico (terra, edifícios, máquinas) e o humano (aptidões e conhecimentos que temos em nossas cabeças), o capital social produz riqueza e, portanto, tem valor para uma economia nacional. Ele também é pré-requisito para todas as formas de empreendimento em grupo que têm lugar numa sociedade moderna [...] Os indivíduos amplificam seu poder e suas habilidades seguindo regras de cooperação que restringem sua liberdade de escolha, permitem que eles se comuniquem com os outros e coordenem suas ações. Virtudes sociais como honestidade, reciprocidade e respeito aos compromissos não são apenas uma questão de escolha, como os valores éticos; elas também têm um valor monetário e ajudam os grupos que as praticam a atingir seus fins comuns (2000, p. 26).

Na conceituação de Bueno (2004), capital social corresponderia a um conjunto de regras formais ou informais pré-existentes, que engloba a rede de contatos sociais do indivíduo, os comportamentos estruturados e as organizações relativamente estáveis no tempo e que, por essa razão, promovem a confiança e incentivam a cooperação entre as pessoas melhorando a eficiência da comunidade. O autor considera como capital social a estrutura de incentivos que permite ao indivíduo viver em comunidade e lidar com os problemas econômicos, sociais e políticos gerados pelo meio.

O conceito de capital social insere uma dimensão de bem coletivo. Segundo Bueno (2004), bem coletivo consiste na reunião de um número crítico de indivíduos numa rede, organização, associação ou um grupo qualquer e que beneficia toda a comunidade, uma vez que a confiança e a segurança emanadas dessa relação incentivam um ambiente de cooperação, melhorando a eficiência da comunidade e fortalecendo as instituições. A cooperação gerada pela confiança existente numa comunidade, de acordo com o autor, proporciona a observação de fatores que dão sustentabilidade ao capital social local: (a) a cooperação facilita a acessibilidade à informação; (b) a rede de relacionamentos aumenta a

propensão individual para assumir riscos, visto que agindo coletivamente o indivíduo sente-se mais protegido; (c) e o indivíduo passa a colaborar para melhoria dos bens públicos.

O capital social, para Gomes (2005), é compreendido como um atributo individual que gera tolerância, confiança, cooperação para solucionar os problemas dos agentes envolvidos nas relações sociais, conferindo benefícios à comunidade, às redes de conexões e ao ambiente institucional. Segundo Tello (2010), capital social corresponderia ao nível de confiança interpessoal, o compromisso cívico e a capacidade de organização existente numa comunidade ou entre um grupo de cidadãos. Na concepção do Banco Mundial (2010),

social capital refers to the institutions, relationships, and norms that shape the quality and quantity of a society's social interactions. Increasing evidence shows that social cohesion is critical for societies to prosper economically and for development to be sustainable. Social capital is not just the sum of the institutions which underpin a society – it is the glue that holds them together ².

O capital social não se encontra apenas entre indivíduos associados com objetivos comuns, mas entre redes e grupos sociais que possuem reivindicações específicas e que ao trabalharem coletivamente minimizam riscos e melhoram a qualidade do resultado. A relação entre grupos e redes num ambiente em que a pressão política por resultados é mais evidente requer que sejam estabelecidas regras específicas para seu funcionamento, incentivando da confiança interna (GOMES, 2005).

A confiança para Boisier (1997), como um padrão de conduta cultural e eticamente produzida, cria um clima favorável para o desenvolvimento e regulação das relações interpessoais gerando crença no indivíduo e na coletividade de uma sociedade. A confiança pode melhorar os canais de informação, a habilidade de comunicação e de criação aprimorando o fluxo de conhecimento que fundamenta a formação do capital humano (TELLO, 2010), e como o capital social assenta-se nas relações que os atores sociais estabelecem entre si e que geram expectativas e obrigações mútuas, ocorre um estímulo à confiança e ao fluxo de informações inter e intragrupo (CAMPOS E SAPELLI, 2007).

A existência de grupos e redes formais e informais de relações da confiança mútua com a presença de normas e sanções institucionalizadas constituem tipos de relações sociais

² O capital social se refere a instituições, relações e normas que moldam a qualidade e quantidade das interações sociais de uma sociedade. A evidência crescente mostra que a coesão social é fundamental para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que apóiam uma sociedade – é a cola que as mantém unidas (tradução nossa) Fonte: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTTOSOCIALCAPITAL/0,,contentMDK:20185164~menuPK:418217~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:401015,00.html>

que geram capital social (GOMES, 2005). Da mesma forma, indivíduos e grupos agindo colaborativamente e unidos por laços de confiança conferem à uma comunidade ao longo do tempo um acúmulo de capital social, proporcionando-lhe um conjunto das relações sociais que contribuem para o alcance de seus objetivos com um custo de transação mais favorável (GOMES E BUENO, 2008).

A confiança, como um elemento basilar do capital social, torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização (FUKUYAMA, 2000) e quanto mais elevada numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação, podendo essa ser considerada como impulsionadora de um círculo virtuoso (PUTNAM, 2005), configurando o capital social existente numa comunidade como a expressão de seus níveis de confiança, de participação cívica e de qualidade institucional e representando um conjunto de valores sociais que contribui para a qualidade do desempenho local (ARRAES E BARRETO, 2011).

A relação de confiança gerada quando os indivíduos se associam em prol de objetivos comuns corresponde a um subproduto da ação organizada e que servirá ao respectivo grupo para extrapolar seus limites, beneficiando o entorno e gerando externalidades positivas. Quanto mais intenso for o grau de confiança entre os indivíduos e mais extensa as redes de relações pessoais, menor o estímulo ao oportunismo, uma vez que o indivíduo que não se mostrar confiável será excluído pelo grupo devido a sua não-cooperação sendo impedido de aproveitar os resultados gerados coletivamente (GOMES, 2005). Cooperar é trabalhar conjuntamente para um objetivo comum e envolve relações de confiança mútua e coordenação em níveis diferenciados entre os agentes (LASTRES E CASSIOLATO, 2012), que como parte de um todo tem responsabilidades específicas na consecução dos resultados pretendidos.

O capital social fortalece as relações sociais dentro de uma comunidade. A presença de regramentos, a relação de confiança estabelecida entre indivíduos, grupos e redes permite que relações econômicas frutifiquem além dos limites culturais e geográficos da comunidade (GOMES, 2005). A confiança fortalecida por normas de conduta formais ou informais facilita a cooperação e a reciprocidade, e minimiza a ocorrência do oportunismo (PUTNAM, 2005). Esses fatores facilitam o acesso a oportunidades exógenas que podem contribuir para impulsionar o desenvolvimento econômico, reduzindo os custos de transação e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos, ao permitirem o acesso a outras soluções que internamente não seriam possíveis de realizar com os recursos locais disponíveis.

A estrutura das relações sociais gerada pela capacidade que os indivíduos têm para garantir benefícios individuais através do pertencimento a redes ou grupos sociais é fonte de

capital social provindo do compartilhamento de normas e valores mediante o hábito e a troca de experiências (CAMPOS E SAPELLI, 2007). O indivíduo se relaciona com outros para obter vantagens que isoladamente não conseguiria (PORTES, 2010), portanto, a geração, a acumulação e a reprodução do capital social originam-se de escolhas racionais dos atores sociais que estruturam relações coletivas de confiança e cooperação. Essas estruturas sociais emergem da confiança mútua entre os indivíduos e conferem estabilidade às instituições garantindo a eficácia dos esforços coletivos e investimentos individuais (GOMES, 2005).

O capital social pode ser considerado como um estoque de redes de engajamento cívico e de vida associativa necessário para o desenvolvimento efetivo de uma comunidade (PUTNAM, 1993). Bem como, refere-se a valores acumulados a serem utilizados no tempo presente e mantidos para uso futuro sem que represente um bem de troca, pois não pode ser transferido para outro grupo ou comunidade (CAMPOS E SAPELLI, 2007) e, por ser próprio de uma comunidade comporta a [sua](#) identidade.

O estoque de normas de reciprocidade e cooperação existentes numa comunidade em diferentes graus e contextos e a capacidade coletiva adquirida pelo esforço individual em cooperar para mobilizar recursos na ausência dos fatores produtivos normalmente considerados (capital financeiro, recursos humanos e matéria prima), se relacionam com aspectos da organização social em que os indivíduos envolvidos por redes de confiança cooperam para gerar benefícios mútuos (GOMES E BUENO, 2008). Dessa forma, a eficiência de uma comunidade para a realização de suas necessidades e a criação de condições para o seu desenvolvimento pode ser mensurada pelo estoque de capital social disponível.

O estoque de capital social decorre das escolhas racionais dos indivíduos na promoção da cooperação, na estruturação da confiança mútua e na estabilidade de instituições, normas e obrigações recíprocas garantidoras da eficiência do esforço coletivo e da eficácia dos investimentos individuais (GOMES E BUENO, 2008). Em comunidades com bom estoque de capital social a cooperação voluntária e instantânea é mais facilmente estabelecida entre os indivíduos, grupos e redes (PUTNAM, 2005) e o capital social que envolve esses atores assegura um conjunto de recursos atuais e potenciais (ANDRADE E CÂNDIDO, 2008) para sedimentar estratégias e ações para o desenvolvimento.

O capital social se apresenta em níveis diferenciados entre as comunidades. Como importante insumo para a produção de empreendimentos coletivos, o estoque de capital social acumulado pelas soluções cooperativas estabelecidas entre os indivíduos gera confiança interpessoal e determina trajetórias institucionais futuras. A densidade de capital social em um

território provém da mensuração de suas redes duráveis e coesas e das relações econômicas, sociais e institucionais entre os atores locais (MULS, 2008).

Não se observa desgaste do capital social pelo seu uso, pelo contrário, uma elevada presença e uso promovem ciclos virtuosos de desenvolvimento comunitário, contribuindo até mesmo para punir comportamentos oportunistas. Contudo, contrariamente [a](#) essa face do capital social, o mesmo também pode induzir ciclos viciosos que incentivariam a desonestidade e a corrupção, requerendo, portanto, o estabelecimento de controles institucionais formais como códigos de comportamento e regramentos jurídicos (BUENO, 2004).

Para melhor compreender esse lado obscuro cabe destacar que o capital social compreende associações horizontais e verticais. Associação horizontal consiste em redes sociais ou normas que afetam o bem estar e a produtividade da comunidade ao reduzir os custos de transação para a realização de negócios, melhorando a coordenação e a cooperação entre os indivíduos e grupos sociais. Os vínculos sociais verticais incluiriam, por sua vez, a assimetria de poder, a exploração, o clientelismo, as relações paroquianas e hierarquizadas, sendo formado por grupos isolados, com interesses opostos aos coletivos e que podem comprometer o desenvolvimento saudável de uma comunidade (PUTNAM, 2005).

Uma comunidade como um ente social dinâmico apresenta combinações de ordem e desordem, de cooperação e oportunismo originados de intercâmbios sociais pré-existentes. Toda sociedade – moderna ou tradicional; autoritária ou democrática; feudal ou capitalista – se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais formais e informais. Alguns desses sistemas são basicamente horizontais, congregando agentes que têm o mesmo *status* e poder. Outros são primordialmente verticais juntando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência. Numa mesma comunidade esses sistemas podem coexistir em graus diferenciados de predominância (PUTNAM, 2005).

Uma visão ampla sobre o capital social incidente numa comunidade requer que se identifiquem os lados positivos e negativos presentes no ambiente, uma vez que associações horizontais e verticais podem existir simultaneamente num mesmo local. As associações horizontais concedem um senso de identidade e um propósito comum à comunidade ([BANCO MUNDIAL](#), 2011), que se manteria unida por meio de laços de confiança, reciprocidade, solidariedade e cooperação e não como nas associações verticais que são unidas pela autoridade, dominação e dependência (PUTNAM, 2005).

Como produto do grau de confiança interpessoal de uma comunidade o capital social aumenta progressivamente em locais que conseguem minimizar os comportamentos

oportunistas e que incrementam a reciprocidade e a cooperação entre os indivíduos. Mesmo em ambientes em que preponderem relacionamentos verticais mantidos por coerção e hierarquia, o estabelecimento de regramentos comportamentais institucionalizados poderá representar um incentivo à cooperação voluntária (BUENO, 2004).

A capacidade de cooperação entre os indivíduos, a confiança mútua, a participação cívica e as boas instituições, são elementos constitutivos do capital social. Numa sociedade civil as forças culturais, religiosas, sociais e econômicas podem estabelecer redes associativas que, se embasadas em confiança e reciprocidade generalizadas, ensina o indivíduo a agir cooperativamente para alcançar benefícios mútuos. Nas associações horizontais, nas quais os participantes possuem o mesmo poder, a criação de redes de solidariedade amplia a reciprocidade favorecendo a cooperação espontânea e produzindo barreiras ao clientelismo e ao oportunismo (ARRAES E BARRETO, 2011).

Importante considerar a essencialidade das participações cívicas para a formação do capital social. Um grau elevado de participação cívica numa comunidade aumenta a cooperação entre os indivíduos, eleva os custos de transgressão nas transações individuais, promove sólidas regras de reciprocidade, facilita a comunicação e o fluxo de informações é mais confiável e simétrico, sendo que as comunidades cívicas apresentam um nível maior de igualdade e engajamento entre os indivíduos (PUTNAM, 2005).

Em comunidades menos cívicas se verifica uma incidência maior de relações clientelistas ou amizades desequilibradas envolvendo obrigações recíprocas, embora assimétricas. Nessas relações, o lado com maior poder, mesmo que tenha menor participação, se beneficiará. E verifica-se que nas relações com vínculos interpessoais fracos, às não unidas por relações de parentesco, a possibilidade para gerar ação coletiva e elevar o estoque de capital social se amplia, pois a união horizontal de pequenos e diferentes grupos promove uma cooperação mais plena e sustentável (PUTNAM, 2005).

Observa-se que as sociedades cooperativas são sistemas altruístas no curto prazo. Os indivíduos que as formam, embora busquem interesses próprios no longo prazo, se mantêm coligados ao grupo enquanto os custos de transação lhes forem favoráveis, ou seja, o comportamento oportunístico dos indivíduos determinará a longevidade de sua relação com o grupo. Quanto mais intensas forem as relações pessoais dentro da rede, menor será o estímulo ao oportunismo, pois o indivíduo considerando seu interesse pessoal e sabedor da possibilidade de exclusão do empreendimento se mostrará confiável (BUENO, 2004). Sendo assim, mesmo que o indivíduo conduza-se por princípios egoístas, ele e a comunidade

acabam sendo beneficiados positivamente pelo envolvimento e participação em grupos de cooperação (PORTES, 2010).

Atuando coletivamente o indivíduo propicia que a comunidade experimente um grau superior de confiança gerando maior nível de capital social, aumentando a eficiência das instituições e reduzindo os custos de transação (GOMES, 2005). A qualidade desse capital social está diretamente relacionada à capacidade de estabelecer regras nas relações cooperadas, sendo aumentada quanto maior forem os benefícios que indivíduos agindo reciprocamente têm na redução do custo de transação e no acesso a recursos e bens [comuns](#).

Outra discussão existente entre os teóricos do capital social centra-se na possibilidade de que esse possa ser criado quando inexistente ou aumentado quando em quantidade insuficiente. Na avaliação de Bueno (2004) seria difícil criar capital social devido à natureza de sua formação. Sendo o capital social um conjunto de regras formais e informais institucionalizadas numa sociedade e que fora sedimentado sistematicamente por ciclos virtuosos ao longo da história, promover mudanças institucionais representaria um processo muito lento que no curto prazo provocaria a desconfiança local e que poderia não representar ganhos satisfatórios ao comportamento do indivíduo à colaboração mútua.

Considerando a possibilidade do capital social ser criado é preciso analisar o processo histórico de desenvolvimento da comunidade verificando como recursos econômicos e culturais foram mobilizados ao longo do tempo para congregar indivíduos em grupos de interesses comuns e gerar externalidades positivas ao ambiente (PORTES, 2010). A partir desse conhecimento estabelecem-se ações que incentivem os indivíduos a agir colaborativamente diante de objetivos [semelhantes](#) e para produção de bem comum. Nesse aspecto, considera-se que o indivíduo agindo por conta própria não adquire capital social, visto que [esse elemento](#) provém da capacidade de cooperação social e da construção coletiva da história comunitária fundada em seus hábitos, tradições, virtudes e normas.

O capital social advém da cultura. Esta engloba padrões de pensamento, sentimentos e comportamentos [representando](#) um fenômeno coletivo partilhado por [indivíduos](#) que vivem no mesmo ambiente social e [configurando](#) uma programação coletiva da mente que diferencia os membros de diferentes grupos [sociais](#). A cultura é adquirida pelo indivíduo, não é herdada, é oriunda do seu ambiente social, não de seus genes (HOFSTEDDE, 2003). Dessa forma, o indivíduo tomará decisões baseadas em seus modelos mentais que foram formados pelo seu ambiente vivencial (NORTH, 2011) e que o colocará em posição participativa ou não dependendo do potencial de confiança e reciprocidade existente nesse. E o capital social sendo intrínseco às relações sociais é um produto institucional dessas (MULS, 2008) e para

que seja criado há necessidade de recursos de longo prazo e, enquanto estiver sendo desenvolvido e perdurando um nível adequado de estoque, gerará à sociedade externalidades positivas que sustentará o seu crescimento econômico (ARRAES E BARRETO, 2011).

O capital social pode ser avaliado como uma eficácia do coletivo, como uma competência de uma comunidade, como um importante facilitador para o processo de desenvolvimento econômico local (BIALOSKORSKI NETO, 2001). E como manifestação da coletividade deve ser entendido como produto da relação do indivíduo com a sociedade (HEINICH, 2001) que produz uma identidade coletiva bem definida tornando a comunidade mais forte e coesa, capacitando os grupos que a constituem a desfrutar de um maior poder econômico e político (GIRON, 2007).

O processo que gera desenvolvimento econômico provoca instabilidade e cada momento recessivo ou de conturbação ambiental representa a busca por um novo equilíbrio (BRUE, 2005). Essa situação importa em períodos de incerteza que podem ser mais bem enfrentados numa comunidade que tiver um bom estoque de capital social para mobilizar esforços cooperativos em reação às intempéries.

Ao se considerar o capital social como um recurso produtivo, a sua qualidade e o volume de seu estoque influenciarão nas tomadas de decisões públicas e privadas de governos ou de organizações econômicas e civis, para gerar estratégias e ações que convirjam para o desenvolvimento local aproveitando-se das potencialidades internas e da possibilidade para usufruir oportunidades proporcionadas por fatores exógenos.

2.2 Ação coletiva

Para se compreender a existência do capital social e dele extrair benefícios para o desenvolvimento de uma comunidade é preciso conhecer os fatores que levam indivíduos a trabalharem coletivamente. Embora seja a comunidade que detenha capital social, sua formação básica é estabelecida pela união de unidades individualizadas. Para melhor caracterizar o capital social de uma comunidade e compreender o perfil dos indivíduos que a compõe é preciso entender porque estes se unem e o que os levam, muitas vezes, a desertarem do grupo, uma vez que afiliar-se a um grupo pode não ter relação direta com o sentimento de pertencimento, mas pela possibilidade de se alcançar vantagens através desse pertencer (OLSON, 1999).

O pertencer ao coletivo é capaz de significar ao mundo buscar uma nova ordem social a partir de sua emergência, ou seja, é um ser voluntarista agindo para equilibrar suas necessidades com o sistema. O indivíduo é uma unidade orgânica e complexa que dá sentido à ação e garante o consenso de normas e valores sociais possibilitando a estabilidade social (PRADO, 2000).

Uma maior cooperação entre os indivíduos e grupos pode promover eficiência no desenvolvimento de uma comunidade e a ação coletiva gera novas possibilidades de integração e transformação econômica e social ao congregar indivíduos que somam esforços para realização de tarefas que tragam benefícios mútuos (GOMES E BUENO, 2008). A realização do projeto de vida do indivíduo está também condicionada ao comportamento do seu entorno (BOISIER, 1996), que além de influenciá-lo com sua conduta o ambiente, também por esse e pelos demais atores, é influenciado. Os indivíduos são por natureza seres sociais que estabelecem normas formais ou informais ditadas por sua racionalidade como meio para que haja cooperação espontânea para a consecução de objetivos comuns dentro de um dado contexto social, sendo que valores morais e regras sociais não se constituem em restrições arbitrárias às escolhas individuais, mas como precondições para qualquer tipo de empreendimento cooperativo (FUKUYAMA, 2000).

Em comunidades cívicas os indivíduos não são altruístas por natureza, embora busquem realizar objetivos próprios num contexto de necessidades públicas tornando propósitos particulares sensíveis a interesses coletivos ao realizarem ações comuns que transmitam e disseminam confiança (PUTNAM, 2005). O indivíduo é racional quando busca solucionar seus objetivos age livremente e faz opções adequadas. Entretanto, essa escolha racional é limitada, visto que nem sempre avalia corretamente as opções disponíveis nem mensura com precisão as circunstâncias e, dessa forma, as opções acabam sendo realizadas considerando modelos mentais que representam uma determinada realidade (BUENO, 2004).

Os indivíduos agem pela lógica da racionalidade limitada e cooperarão suportando situações de escassez e limitações se os ganhos de produtividade superarem os obtidos individualmente (BIALOSKORSKI NETO, 2001). A atração que exerce a afiliação a um grupo não é simplesmente pela sensação de pertencimento, mas pela possibilidade de se conseguir algo vantajoso através desse pertencer, uma vez que o grupo trabalha por algum benefício coletivo, assumindo os custos relativos e proporcionando benefícios que são desfrutados por todos (OLSON, 1999).

Os indivíduos se reúnem em grupos de referência em busca da realização de objetivos comuns. A identificação desses interesses e a realização coletiva transformam o resultado

num bem público acessível a todos os membros do grupo. Na ação coletiva, a cooperação e a participação voluntária não são propriedades naturais, mas decorrentes do interesse particular do indivíduo, inclusive a não-cooperação é um movimento racional em que se prefere não incorrer em custos superiores para a produção de um bem quando dele se beneficiará independente de qualquer ação que realize (COLISTETE, 2002).

Os benefícios coletivos são caracteristicamente organizacionais. Quando há propósitos comuns e ganhos coletivos a ação grupal se faz indispensável, ao posto que benefícios coletivos não-comuns podem ser alcançados através de ação própria com maior vantagem para o indivíduo. Como um grupo é a congregação de indivíduos que cooperam mutuamente porque observam vantagens em agir coletivamente, poderá apresentar comportamentos exclusivos ou inclusivos de acordo com a natureza de seus objetivos e não segundo características de seus membros. Em grupos inclusivos é garantido benefício ao não cooperador igual ao obtido por aqueles que cooperam mesmo que não tenham participado da organização ou do acordo (OLSON, 1999).

Para que a ação coletiva contribua para o desenvolvimento de uma comunidade é preciso que os indivíduos confiem naqueles com quem estão negociando e que na falta dessa confiança mútua as instituições criem mecanismos formais ou informais que induzam ou restrinjam o comportamento oportunista em favor da cooperação (BUENO, 2004). Para evitar comportamentos individuais que afetem o capital social de uma comunidade convém entender como o dilema ou problema de ação coletiva se estabelece.

2.3 Dilema da ação coletiva

A cooperação representa uma importante vantagem para obtenção de bens que individualmente seriam difíceis ou impossíveis de se obter. A natureza egoística do indivíduo aliada à sua racionalidade limitada o leva a boicotar a integração com os outros para a consecução de objetivos comuns quando percebe que os ganhos não compensariam a associação. O capital social contribui para a eficiência das instituições e minimiza custos de transação, entretanto problemas de ação coletiva independem da sua presença tendo relação direta com as escolhas do indivíduo orientado pela sua racionalidade limitada (GOMES E BUENO, 2008). Essa situação descreve uma significativa ameaça ao capital social: o dilema

da ação coletiva. Convém, entretanto, analisar previamente o conceito de custos de transação para dar sustentabilidade às observações que se realizarão nesse tópico.

As instituições em uma sociedade se formam a partir de complexos acordos de negociação entre indivíduos e grupos que operando coletivamente visam reduzir os custos de transação. Essas relações negociais entre indivíduos e grupos são processos complexos que impõem uma gama de custos, inclusive custos potenciais de rompimentos dos acordos motivados pela racionalidade limitada e pelo caráter oportunista do indivíduo. Os custos de transação são os incorridos pelos indivíduos para realizar determinada negociação quando deixam de ser auto-suficientes economicamente e dependem de outros para obterem com maior eficiência os bens que necessitam. Esses custos se referem principalmente aos custos potenciais de rompimento implícitos ou explícitos de acordos firmados em conjunto (BUENO, 2004).

Os contratos que as partes transacionam a cada negociação são por definição incompletos, não sendo possível dirimir por meio de suas cláusulas a totalidade das incertezas associadas a operações que produzirão efeitos ao longo do tempo (BUENO, 2004). A variedade de mecanismos de coordenação formal como contratos, hierarquias, constituições, sistemas legais, contribuiria para minimizar os custos de transação formados pelo custo de monitorar, contratar, julgar e forçar o cumprimento dos acordos (FUKUYAMA, 2000).

O indivíduo permanecerá voluntariamente cooperando enquanto perceber que o custo incorrido pela sua contribuição não excede as vantagens adicionais advindas do benefício coletivo (OLSON, 1999). A confiança interpessoal presente no ambiente de negócios contribui significativamente para a redução dos custos de transação, potencializando a garantia que os contratos possam ser plenamente cumpridos (ARRAES E BARRETO, 2011), sendo que o capital humano e o nível educacional proporcionam uma menor assimetria de informação nas transações contratuais, diminuindo os custos de transação (BIALOSKORSKI NETO, 2001).

Nem sempre é possível obter soluções cooperativas mesmo que haja interesses comuns, visto que o indivíduo agindo racionalmente não mobilizará esforços excessivos para produzir bens que não geram um retorno desejável, deixando de se envolver quando não lhe proporcionem benefícios superiores. Ocorrerá um dilema social quando o indivíduo diante da presença de externalidades ou de bens públicos deixa de considerar os efeitos de suas escolhas sobre os outros não participando da produção do bem comum mesmo que gratuitamente se aproveite da não exclusividade e da não rivalidade (BUENO, 2004), características inerentes aos bens públicos.

A situação descrita caracteriza um importante problema à ação coletiva, uma vez que os bens públicos por suas propriedades de não exclusividade, em que o indivíduo pode usufruir o bem mesmo que não tenha contribuído para sua realização, e de não rivalidade, em que o consumo por um indivíduo não reduz a disponibilidade de consumo para outros, pode produzir provisão insuficiente desses bens devido à estratégia racional do indivíduo. Como forma de garantir a oferta de bens públicos suficientes é preciso criar incentivos seletivos, coerções diretas e proporcionar situações em que seja vantajoso para o indivíduo cooperar e gerar externalidades positivas para a sociedade (BUENO, 2004).

A questão que envolve o dilema de ação coletiva é que racionalmente o indivíduo prefere não cooperar preferindo um comportamento oportunista quando observa que para a produção de um bem seu esforço incorreria num custo maior que o experimentado individualmente e que mesmo sem sua participação aproveitaria os benefícios gerados pelo resultado. Esse comportamento oportunístico é mais frequente em grupos com elevado número de participantes, uma vez que os benefícios coletivos nesses são menores, pois são rateados entre um número maior de indivíduos e, portanto, reduzindo o interesse em incorrer em custos superiores para alcançar a solução pretendida (BUENO, 2004).

O tamanho do grupo influencia no grau do comportamento oportunístico. Em grupos maiores a expectativa de reciprocidade e da certeza que todos irão cooperar para resolver questões coletivas, independente da presença de meios de incentivo seletivo que induzam os indivíduos a solucionarem os dilemas de cooperação, é menor. Um bom estoque de capital social não é suficiente para resolver esse dilema embora possa influenciar indiretamente na criação de regras para favorecer conquistas coletivas (GOMES, 2005). Um elevado nível de capital social, entretanto, [beneficiaria](#) relações de cooperação e ações coletivas geradoras de arranjos produtivos articulados (LASTRES E CASSIOLATO, 2012).

Verifica-se que certos contextos históricos favorecem o amadurecimento de laços de confiança, reciprocidade e cooperação entre os indivíduos facilitando a ação coletiva, desenvolvendo instituições confiáveis que dão sustentabilidade às decisões coletivas e individuais. Entretanto, há momentos em que os indivíduos não conseguem assumir compromissos entre si e renunciam racionalmente aos benefícios mútuos devido à existência de altos custos de transação e instituições insuficientes para assegurar a confiança entre os eles. Essa situação é um significativo obstáculo à ação coletiva (GOMES E BUENO, 2008) e pode prejudicar uma comunidade nas suas pretensões de crescimento social e econômico.

Numa comunidade ocorre a utilização de recursos comuns ou de bens públicos indivisíveis e em razão da existência do dilema de ação coletiva os indivíduos racionalmente

poderão não contribuir para a provisão desses bens, uma vez que não serão excluídos do seu consumo em razão da não cooperação, [caracterizando-os como free-rider](#) (GOMES, 2005). Para que uma comunidade não se desestruture e arque com custos superiores precisa oferecer atrativos que incentive o indivíduo a arcar com o ônus de produção do bem público instituindo que não poderá usufruir qualquer vantagem obtida pelos outros quando não houver colaborado com sua parte na realização do bem e na manutenção do grupo (OLSON, 1999).

O indivíduo racionalmente pode prejudicar os benefícios da ação coletiva ao agir oportunisticamente. O oportunismo se caracteriza por uma situação em que os interesses coletivos não prevalecem e o indivíduo por desconfiança prefere agir isoladamente, não cooperando com o grupo mesmo diante de interesses comuns. Essa incapacidade de cooperar não representa ignorância ou irracionalidade, uma vez que, num primeiro momento, os ganhos obtidos pela coletividade seriam melhores. É na falta de confiança mútua que o oportunismo se revela, quando cada indivíduo espera que o outro não cumpra com sua parte e, portanto, ele mesmo deixa de cooperar. Para haver cooperação, além de confiar nos outros é preciso gozar da confiança desses, estabelecendo-se uma reciprocidade generalizada (PUTNAM, 2005).

O comportamento oportunístico é próprio da formação de grupos. Dependendo do tipo de bens a serem produzidos os membros não se sentem motivados a incorrerem nos custos envolvidos à medida que podem usufruir os benefícios igualmente com todos os pertencentes ao grupo mesmo que não tenham colaborado na sua realização. Normalmente, a solução para problemas de ação coletiva [prevê](#) a criação de mecanismos seletivos de incentivos e de penalidades que excluam os oportunistas do benefício comum em caso de não cooperação tornando esse comportamento desvantajoso (COLISTETE, 2002).

O dilema da ação coletiva afeta o desenvolvimento de comunidades mesmo que não haja ausência ou escassez de recursos físicos ou financeiros, visto que seus indivíduos não conseguem se organizar para realizar tarefas que isoladamente não podem ser concretizadas (GOMES E BUENO, 2008). Dilemas sociais desequilibram as relações porque nenhum agente isoladamente tem interesse em assumir sozinho com os custos para obtenção de bens de interesse coletivo (BUENO, 2004). Esse problema afeta negativamente o capital social de uma comunidade, impondo-lhe dificuldades para congregar os indivíduos em grupos, associações e redes de cooperação para a realização de bens comuns que gerariam benefícios coletivos e [minimizariam](#) os custos de transação para todos.

3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

3.1 Instituições e capital social

As instituições, como elemento formador do capital social, transmitem significância às interações sociais, conferindo à comunidade quando construída e mantida sobre bases sólidas, segurança às transações necessárias para uma profícua convivência entre os indivíduos. Os fatos sociais resultam do comportamento humano e o conhecimento que gera é incorporado pelo indivíduo e pelas instituições, sendo transmitido por costumes, educação, pressão ambiental (SCHUMPETER, 1982) e redes informais que estruturam o capital social a partir de modelos propostos pelas instituições locais (MULS, 2008) que contribuiriam para reduzir as incertezas geradas pelas relações humanas (NORTH, 2011).

Instituição corresponde a um termo genérico que representa comportamento, idéias e valores regulares e padronizados dos indivíduos em uma sociedade. Grande parte de nossas atividades diárias obedece a padrões porque, consciente ou inconscientemente, sabe-se que agir de acordo com as normas estabelecidas é mais vantajoso do que adotar comportamentos alternativos (BUENO, 2004). visto que os indivíduos ao viverem num mundo de instituições obtêm oportunidades e perspectivas oriundas do funcionamento destas (SEN, 2000).

Instituição pode ser definida como sistemas de normas, papéis e relações sociais relativamente estáveis podendo ser formais (governo, regime político e legislação de modo amplo) ou informais (convenções, normas de comportamento, códigos de conduta, valores incrustados nos hábitos e costumes de uma população) (LASTRES E CASSIOLATO, 2012; MULS, 2008; NORTH, 2011). Instituição corresponderia, portanto, as regras do jogo da sociedade (LOZANO, 1999; PUTNAM, 2005).

Importante que se distinga instituição de organização evitando que a designação incorreta do termo comprometa o significado da observação. Para North (2011), organização corresponderia aos *players*: grupos de indivíduos com propósitos comuns a serem conquistados, sendo representada por entes públicos (partidos políticos, governo), econômicos (empresas, sindicatos, associações, cooperativas), sociais (igreja, organizações sem fins lucrativos) e educacionais (escolas, universidades).

Segundo Putnam (2005), as instituições são modeladas pela história e criadas pelos indivíduos para atender determinadas circunstâncias e contribuir para moldar a política, a identidade, o poder e as estratégias dos atores sociais. As instituições precisam ter um desempenho razoavelmente duradouro e estável para assegurar segurança social, política e econômica a uma comunidade, por essa razão as mudanças institucionais decorrem de processos lentos que vão produzindo efeito sobre a cultura e comportamentos individuais e coletivos.

As instituições são criadas por meio de complexos processos de negociações entre as partes que agem com racionalidade limitada e são propensas ao oportunismo para reduzir custos de transação individuais. Os indivíduos aceitam restringir seu comportamento egoístico para aproveitar oportunidades quando se sentem confiantes em transacionar com a parte contrária. As instituições designam as regras do jogo da sociedade e mesmo que essas normas sejam socialmente ineficientes, os indivíduos tendem a se adaptar ao invés de tentar modificá-las. Nesse ambiente, as regras informais e a cultura são referendadas com o passar do tempo pelas regras formais para promover segurança institucional mais significativa (PUTNAM, 2005).

As instituições atuam como restrições ao comportamento individual permitindo que as interações sociais apresentem um comportamento regular e padronizado. O indivíduo optará por obedecer a normas e padrões por acreditar, consciente ou inconscientemente, que agindo a partir de modelos institucionalizados obterá vantagens individuais (BUENO, 2004), sendo que essa postura conferiria legitimidade às suas pretensões (TENÓRIO E VILLELA, 2008).

O contexto histórico e social condiciona profundamente o desempenho das instituições (PUTNAM, 2005). A herança cultural comum de uma sociedade forjada por mitos, dogmas, religiões e crenças tem papel fundamental no estabelecimento de instituições sociais e econômicas moldando regras formais e informais que regem o comportamento de indivíduos e grupos (BUENO, 2004).

A eficiência institucional na regulação social não obedece a um padrão, variando seu grau de acordo com a sociedade, seus interesses e capital social. Para Putnam (2005), as comunidades cívicas podem contribuir para o fortalecimento institucional e desenvolvimento social, pois se caracterizam por apresentar cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, pela existência de relações políticas igualitárias e horizontalmente constituídas e pela observância de uma estrutura social assentada sobre a confiança e a cooperação.

O desenvolvimento após estar consolidado numa sociedade toma um determinado rumo e estabelece cultura, costumes e modelos mentais que reforçam ao longo do tempo essa

trajetória, sendo assim tanto a cooperação como a omissão e a exploração tendem a se tornar institucionalizadas (PUTNAM, 2005). O desenvolvimento econômico e social é dependente de um ambiente institucional em que a eficiência das organizações e a forma de governança do sistema condicionam o sucesso de empreendimentos, sendo que a existência de estoque de capital social contribuiria para elevar a efetividade das ações (BIALOSKORSKI [NETO](#), 2001).

O desempenho das instituições depende de como os problemas de ação coletiva são resolvidos e do estabelecimento de mecanismos formais que diminuam os custos de transação permitindo que os agentes lidem com maior eficiência com as questões de oportunismo e deserção (PUTNAM, 2005). A qualidade institucional afetaria o nível de crescimento de longo prazo e importaria na constituição de mecanismos eficientes para promoção de fatores causadores e mantenedores desse crescimento de forma contínua e sustentável (GOMES, 2005) e os indivíduos passariam a colaborar espontaneamente no desenvolvimento desses mecanismos ao perceberem que existem ganhos implícitos em grande parte das transações (BUENO, 2004).

3.2 Desenvolvimento

A partir do momento em que os indivíduos percebem que agindo isoladamente restringem seu crescimento e limitam o atendimento de suas necessidades passam a buscar a cooperação, estruturando a produção pelo estabelecimento de processos e da especialização. A crise das comunidades naturais e da produção familiar e o sistema produtivo impulsionado pela Revolução Industrial proporcionaram uma maior movimentação entre indivíduos e grupos sociais promovendo o dinamismo social e político do desenvolvimento econômico (PRADO, 2000). Os benefícios advindos da implantação de estratégias coletivas permitiram o desenvolvimento não apenas do indivíduo, mas também de toda a comunidade,

Importante que se diferencie os conceitos de crescimento e desenvolvimento para dar maior sustentabilidade ao que se está analisando nesse [estudo](#): a influência do fator humano sob o prisma do capital social sobre o desempenho econômico de uma localidade. Por crescimento econômico se entende o aumento da produção real de uma região, representado pelo PIB (produto interno bruto) e resultando da melhoria e do maior emprego dos recursos naturais, humanos e de capital e dos avanços tecnológicos impulsionadores da produtividade.

Ao passo que desenvolvimento econômico é o processo pelo qual uma região melhora seu padrão de vida durante um determinado período de tempo decorrente de um crescimento econômico sustentável, da melhoria da qualidade de vida da população, da diminuição da desigualdade social e do fortalecimento das instituições (BRUE, 2005).

Segundo o preceito cunhado em 1983 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, conhecido como Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável compreenderia a capacidade da humanidade garantir o atendimento de suas necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas. Esse conceito, entretanto, apresenta limitações impostas pelo estágio tecnológico atual e pela organização social em relação à disponibilidade de recursos ambientais e a capacidade da natureza suportar os efeitos da atividade humana. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável corresponderia a um processo de mudanças em que a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos da tecnologia, o empenho político e a participação institucional estariam de acordo com necessidades atuais e futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Caracterizando o desenvolvimento em si, este pode ser entendido como um processo estrutural e de crescimento que aproveita o máximo dos recursos locais, permitindo que os indivíduos que vivem num território experimentem um incremento contínuo de seu bem-estar. O processo de desenvolvimento, segundo Tello (2010), compreenderia três dimensões: (1) econômica – na qual se consideram os meios de produção através do uso eficiente pelas empresas dos recursos locais, gerando economia de escala e incrementando a produtividade e à competitividade do mercado; (2) sócio-econômica – no qual estão incluídas as redes sociais e econômicas, os valores e as instituições; (3) político-administrativa – ações que criam um entorno favorável ao fomento do desenvolvimento local.

O desenvolvimento para Boisier (2004) corresponderia ao resultado da auto-organização de um sistema social, do esforço coletivo deliberado e consciente, sendo um processo multidimensional de acumulação de condições favoráveis. Pressupõe continuidade no tempo e preferência temporal pelo futuro através de políticas e estratégias de longo prazo.

Por desenvolvimento local pode-se entender o processo que promove os desempenhos social, econômico e cultural do indivíduo ao gerenciar a utilização dos recursos existentes num território através do envolvimento da população e da participação de diversos parceiros institucionais (AMORIM *et al*, 2011), salientando-se, outrossim, que o progresso humano sempre dependeu da potencialidade técnica e inventiva do indivíduo e da sua capacidade para agir em cooperação. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO, 1988). A lógica do desenvolvimento local requer o fortalecimento dos atores [inertos](#) no território, favorecendo o empreendedorismo com propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades do lugar, melhorando de forma integral a qualidade de vida da população (TENÓRIO E VILLELA, 2008).

Ao considerar o desenvolvimento econômico de uma região pelo prisma de seus atores, o conhecimento de como alocam os fatores produtivos, sobre o grau de empreendedorismo, de inovação e de avanços tecnológicos existentes e sobre como as ações coletivas de indivíduos e grupos influenciam na formação de redes de cooperação e nas instituições locais, possibilita a elaboração de estratégias de desenvolvimento produtivo e social de um território (MULS, 2008). Estratégias bem-sucedidas de desenvolvimento local são normalmente associadas [àquelas](#) formuladas e executadas através de organizações, instituições e sujeitos coletivos regionais (BECKER, 2008), onde o desenvolvimento depende mais da combinação, da coordenação, da governança de fatores que da própria existência desses (BOISIER, 1997).

Ao analisar o desenvolvimento pela perspectiva endógena percebe-se que as instituições locais são responsáveis por trajetórias de crescimento da comunidade e as ações bem sucedidas desses organismos são produtos [inerentes ao](#) seu contexto e resultados de sua própria construção (MULS, 2008). Considerando que a cultura de um local se caracteriza por um conjunto de padrões de comportamento, de crenças, de instituições, de valores materiais e imateriais (GIRON, 2007), um bom ambiente institucional favorece o crescimento, eleva os níveis de renda, diminui a desigualdade social, incentiva a estabilidade política e a eficiência institucional, promovendo nessas circunstâncias o desenvolvimento econômico e social da região (ARRAES E BARRETO, 2011).

Para Boisier (1997) o desenvolvimento endógeno se manifesta em quatro planos, sendo resultado da sinergia do sistema e que fortalece o potencial de inovação territorial. Os planos são: (1) político - a capacidade de desenhar, negociar e executar políticas de desenvolvimento; (2) econômico – a capacidade de geração e de reaplicação de parte do excedente em prol da diversificação econômica do território promovendo uma sustentabilidade temporária; (3) científico e tecnológico – a capacidade interna do sistema para gerar seus próprios impulsos tecnológicos, promovendo modificações qualitativas no todo; (4) cultural - relacionado [à](#) matriz geradora da identidade sócio-territorial.

Quando uma região gera sinergia entre a inovação e a capacidade empresarial as empresas locais tendem a ser tecnologicamente desenvolvidas criando e se adaptando as melhores práticas disponíveis. O contínuo investimento em educação representa um elemento

chave para incrementar a geração endógena de conhecimento e progresso técnico (BOISIER, 1997). Para Porter:

a existência de um grupo de várias empresas que utilizam insumos, conhecimentos e infra-estrutura comum, também estimula mais os órgãos governamentais, instituições educacionais, empresas e indivíduos a investir na criação de fatores relevantes ou nos mecanismos de criação dos fatores. A infra-estrutura especializada é ampliada, são gerados efeitos secundários que aprimoram a qualidade do fator e aumentam sua oferta (1989, p. 165).

O desenvolvimento decorre da ação de agentes que isolada ou coletivamente empreendem negócios e relações visando propósitos bem definidos. Atores locais corresponderiam àqueles agentes conhecedores da história, do sistema de normas e valores da sua comunidade de pertencimento, sendo fomentadores das potencialidades locais. Dentre os atores se afiguram lideranças locais formais ou informalmente constituídas e legitimizadas para representar o grupo de referência (TENÓRIO E VILLELA, 2008).

Dentro do contexto do desenvolvimento local o governo não pode ser tratado como um ator exógeno, pois suas políticas estabelecem condições competitivas para o mercado e às organizações locais (NORTH, 2011). O governo representa um importante ator no desenvolvimento local e através de suas políticas empreende uma série de atividades para fomentar investimentos e incentivos ao mercado. Essas políticas de desenvolvimento podem ser divididas, segundo Tello (2010), em duas categorias: (1) concessão de incentivos e assistência específica a empresas; (2) iniciativas estratégicas de política fiscal e de regulação governamental.

Outro ator imprescindível ao desenvolvimento local é o empresário. As atividades e interações entre os empresários locais afetam o processo de crescimento e o desenvolvimento, pois suas ações são fontes de inovação, criação de emprego, construção de redes, promoção de coordenação entre agentes organizacionais e institucionais (TELLO, 2010).

As instituições influenciam no equilíbrio local de longo prazo, sendo que os elementos ambientais, o capital social e o capital político contribuem para torná-las mais confiáveis e eficientes (ARRAES E BARRETO, 2011). Fatores institucionais e as relações sociais podem explicar o desenvolvimento de uma região, visto que uma sociedade com maior integração social e cooperação é um importante agente de transformação social e econômico. As instituições e a história do local contribuem profundamente para o sucesso competitivo, pois afetam ou dificultam a adoção de certas estratégias, condicionando normas de

comportamento, na forma como as organizações são geridas, na natureza da demanda interna e nas metas dos investidores locais (PORTER, 1989).

É a combinação entre a coordenação, o contexto social, político e tecnológico e a qualidade da arquitetura institucional que determina a viabilidade de uma estratégia de crescimento. O desenvolvimento como fruto de interações sociais e a constituição de instituições incorporam elementos sociais e históricos, costumes e tradições, arraigados ao território (MULS, 2008). O arcabouço institucional em um território constitui-se num alicerce indispensável para promover estrategicamente vínculos cooperativos, difundir conhecimento e estimular a inovação que é decorrente da proximidade entre os agentes, das interações e da herança técnico-setorial enraizada localmente.

A coordenação é facilitada por uma identidade sócio-cultural vinculada a um passado comum dos agentes e fonte de confiança e encorajamento à ação coletiva, refletindo na aprendizagem e no tecido institucional (LINS, 2006). O desenvolvimento, portanto, se assenta sobre o princípio da governança, em que indivíduos, organizações e instituições gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes e realizando ações cooperativas através de diferentes modos de coordenação, de intervenção e de participação nos processos decisórios locais (LASTRES E CASSIOLATO, 2012).

O capital social, como um elemento embaixador do desenvolvimento econômico, valoriza o conjunto de recursos ambientais permitindo a otimização do seu potencial, pois uma região dotada de fatores de produção endógenos (capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, informação e instituições) ou estrategicamente orientada para desenvolvê-los internamente, teria melhores condições de atingir um desenvolvimento sustentado e equilibrado. Entretanto, uma questão central para o desenvolvimento é como articular as três instâncias intermediárias de coordenação, representadas pelo tecido empresarial, pelo poder público e representações da sociedade civil que atuam sobre um território com a finalidade produtiva e de regulação social (MULS, 2008).

A presença de capital social e de instituições eficientes contribuiria com o progresso econômico e social ao criar mecanismos que incentivariam os indivíduos e grupos a interagir, a cooperar, a liberar todo seu potencial produtivo (BUENO, 2004) e a empreenderem estratégias e ações aproveitando as oportunidades emergidas no ambiente interno e externo. O capital social existente num ambiente representa uma variável que influenciaria o desenvolvimento sustentável à medida que disponibilizaria elementos facilitadores para o

envolvimento e o engajamento da população local e suas lideranças nas ações cooperativas para a realização de objetivos comuns (ANDRADE E CÂNDIDO, 2008).

Deve-se destacar que o nível cultural, a intensidade das relações sociais e o estoque de capital social influenciam na organização coletiva local e permitem um nível elevado de desenvolvimento econômico da comunidade (BIALOSKORKI NETO, 2001). A densidade do estoque de capital social de uma comunidade é medido pela quantidade e qualidade de redes duráveis e coesas oriundas das formas intermediárias de coordenação: poder público local, sociedade civil e organizações econômicas. As relações de confiança institucionalizadas e regulamentadas repercutem de forma abrangente na esfera econômica e no sistema de trocas sociais possibilitando alavancar de forma sustentável o desenvolvimento econômico local (MULS, 2008).

É importante considerar que os fatores de produção endógenos são importantes para impulsionar o desenvolvimento local, entretanto em razão do sistema econômico e social estar cada vez mais complexo e globalizado, o crescimento de um território tende a ser determinado também por fatores exógenos (BOISIER, 1997). O mercado de consumo está disperso pelo planeta e as demandas podem ser satisfeitas com ofertas provenientes de qualquer localidade que reúna condições endógenas para aproveitar com eficiência as oportunidades.

Dessa forma, Boisier (1997) reforça que é preciso pensar o desenvolvimento regional dentro de um contexto de economia de mercado aberto e descentralizado, em que as relações do sistema estão em interação com seu entorno, em que a estratégia de desenvolvimento se voltaria para dentro da comunidade no que concerne ao aproveitamento do capital social existente e na otimização dos recursos produtivos, tornando-os competitivos.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE

O município de Não-Me-Toque está situado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, na mesorregião Noroeste Rio-grandense e pertence ao COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) do Alto Jacuí. Conhecida como Jardim do Alto Jacuí, também porta a designação de Capital Nacional da Agricultura de Precisão, sendo que no passado ostentou o título de Capital da Lavoura Mecanizada, referência ao elevado nível tecnológico e de inovação da agricultura local.

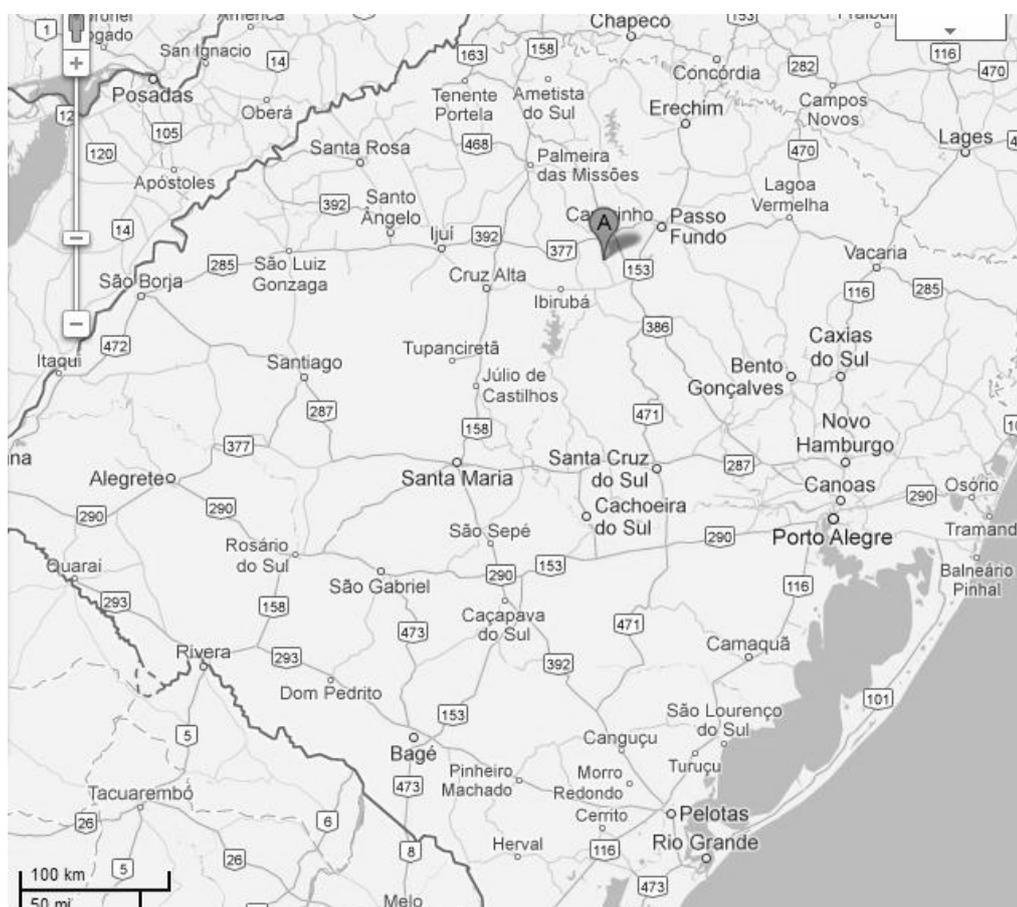


Figura 1: Localização de Não-Me-Toque

Fonte: Google Maps (2012)

A história de Não-Me-Toque, relatada nesse e nos parágrafos subsequentes e contada por Cunha (2011), indica que a emancipação do município deu-se em 18.12.1954 através da Lei 2.555/54. Sua história principia em 1807, quando pertencia à Capital Geral do Rio Grande do Sul. Em 1809 com a divisão do território gaúcho em quatro municípios passa a pertencer ao município de Rio Pardo. Em 1817 se subordinaria a Santo Ângelo. A partir da criação do município de Cruz Alta em 1833, Não-Me-Toque faria parte do 4º Distrito pertencente à

Passo Fundo. Em 1846 com a criação do povoado de Nossa Senhora da Soledade, Não-Me-Toque por esse é incorporado. Com a emancipação de Passo Fundo em 1857, passa a fazer parte do território de Carazinho. Em 1900, com a fundação da Colônia do Alto Jacuhy, se torna sede da colônia e em 1913 é criada a povoação de Não-Me-Toque, sendo considerado o 7º Distrito de Passo Fundo. Com a emancipação de Carazinho em 1931 transforma-se no seu 2º Distrito. Somente em 1954 é emancipada.

O componente étnico que caracteriza o povo não-me-toquense está presente desde seus primeiros desbravadores. Na segunda década do século XIX descendentes de portugueses instalam seus latifúndios no planalto rio-grandense onde exploravam a pecuária extensiva à época. Para ser dono de uma sesmaria ou de terras pertencentes à Fazenda Nacional bastava solicitar o título de legitimação da aquisição ao comandante do povoado, esta foi a origem da destinação das terras da região a fazendeiros provenientes de distantes localidades que manifestavam interesse em ali se assentar.

No final do século XIX, grandes extensões inexploradas de terra atraíram imigrantes alemães e italianos provenientes de seus países de origem para povoar e cultivar as colônias que estavam sendo formadas pelo governo federal no sul do país. Com o crescimento populacional da Colônia Velha, primeiro destino dos imigrantes europeus chegados ao Rio Grande do Sul e fixados na região de Caxias do Sul, a migração estendeu-se às Colônias Novas esparsas pelo território rio-grandense a partir de projetos de colonização organizados por empresas particulares sob autorização do governo estadual e que demarcavam lotes de terras para comercialização. A Colônia do Alto Jacuhy surgida em 1897, da qual Não-Me-Toque fazia parte, se constituiu numa das mais prósperas do período.

O espírito empreendedor dos colonizadores, alemães em sua maioria, os fez dedicar-se a exploração de uma agricultura diversificada e a extração de madeira nativa abundante na região. A união e o trabalho coletivo dos primeiros moradores erigindo suas casas num determinado ponto da região deu início à formação da vila.

Em 1948 chegam os primeiros imigrantes holandeses. Esses imigrantes aportaram no Brasil, originalmente tendo por destino São Paulo, fugindo da eminência da eclosão de uma nova guerra na Europa, a Terceira. Aqui chegaram buscando novas oportunidades de negócio para suas famílias, especialmente na agricultura. Os imigrantes holandeses introduziram tecnologia na lavoura inexistente à época, porém largamente utilizada há anos na Europa. E aqueles holandeses imigrados que tinham conhecimento em mecânica passaram a trabalhar em empresas do setor metal-mecânico em Carazinho ou abriam pequenas oficinas no vilarejo para conserto de equipamentos e confecção de instrumentos para trabalhar na lavoura. Esta

situação caracteriza o embrião da vocação do município para a inovação tecnológica e a exploração competitiva dos setores primário e secundário tendo o setor metal-mecânico como seu expoente mais representativo.

Os valores locais também se assentam na forte religiosidade de seu povo. Famílias evangélicas e católicas construíram suas igrejas que serviam como local para as reuniões dominicais e de escolas durante a semana, pois a filosofia dos pioneiros fundadores era o fortalecimento da fé através da construção de igrejas e do legado de educação a [seus](#) filhos.

A cultura não-me-toquense é respaldada no convívio entre as etnias fundadoras, [brasileiros](#) (indígenas e descendentes de portugueses), negros, alemães, italianos e holandeses cultivam suas crenças e tradições em grupos étnicos formal e informalmente organizados, constituindo-se em verdadeiras instituições locais. Esses grupamentos étnicos cooperam entre si nos mais diferentes eventos e manifestações quando objetivos comuns são buscados, estabelecendo um respeito mútuo e fomentando a confiança intergrupual.

Nas Tabelas 1, 2 e 3 [o município](#) é apresentado [a partir de seus dados econômicos e sociais, para que se tenha uma dimensão mais ampla de como está estruturado.](#)

Tabela 1 – Indicadores econômicos

Dados econômicos (2009)	
PIB	R\$ (mil) 439.259
PIB <i>per capita</i>	R\$ 27.433
Composição do PIB	
Agropecuária	14,34%
Indústria	39,27%
Serviços	46,50%

Fonte: [Fundação Economia e Estatística](#) (2012)

[Tabela 2 – Índice de desenvolvimento socioeconômico](#)

IDESE					
Ano	Educação	Renda	Saneamento	Saúde	Idese
2007	0,870	0,843	0,530	0,872	0,779
2008	0,865	0,854	0,530	0,845	0,773
2009	0,869	0,855	0,530	0,857	0,778

Fonte: [Fundação Economia e Estatística](#) (2012)

Tabela 3 – Indicadores sociais

<u>Dados sociais (2010)</u>	
<u>População</u>	<u>15.936</u>
<u>Área</u>	<u>365,5 Km²</u>
<u>Densidade Demográfica</u>	<u>44,1 hab/km²</u>
<u>População Urbana</u>	<u>13.966 hab</u>
<u>População Rural</u>	<u>1.970 hab</u>
<u>Taxa analfabetismo – acima 15 anos</u>	<u>3,78%</u>
<u>Mortalidade Infantil</u>	<u>17,75 por mil</u>

Fonte: Fundação Economia e Estatística (2012)

Os dados socioeconômicos apresentados nas tabelas acima serviram também como motivação para o pesquisador organizar esse estudo, pois apresentam fatores de crescimento e desenvolvimento local que podem ter tido influência do capital social presente no município.

5 DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação científica decorre da necessidade de se construir e testar uma possível resposta para um problema provindo de um fato ou de novos conhecimentos e a pesquisa corresponde a processos que elaboram e constroem respostas para esclarecer essa questão (KÖCHE, 1997). Nos itens subsequentes serão analisadas as conceituações metodológicas norteadoras da pesquisa empreendida nesse [estudo](#), assim como os modelos adotados como referência para a estruturação do roteiro de entrevista e a descrição dos aspectos específicos da coleta de dados realizada junto a lideranças públicas e econômicas no município de Não-Me-Toque, RS.

5.1 Metodologia e coleta de dados

A metodologia de pesquisa utilizada nessa [pesquisa](#) para analisar a influência do capital social sobre o desempenho econômico no município de Não-Me-Toque, Rio Grande do Sul, como fonte primária de coleta de dados, compreendeu a realização de uma pesquisa qualitativa. Convém ressaltar que dados primários são aqueles reunidos para uma finalidade ou projeto específico (KOTLER, 2000), sendo produzidos originalmente pelo pesquisador através de metodologias estruturadas. Pesquisa qualitativa para Pinheiro *et al* corresponderia a:

um estudo não probabilístico que identifica e analisa profundamente dados não mensuráveis – sentimentos, percepções, pensamentos, intenções, comportamentos passados, entendimento de razões, significados e motivações – de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico (2004, p. 125).

A pesquisa qualitativa tem como ponto de partida questões ou focos de interesse amplos que vão se refinando à medida que o estudo evolui, e “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995a, p. 58).

Nesse tipo de abordagem a compreensão dos fenômenos estudados se dá a partir da perspectiva dos participantes e considera que todos os pontos de vista são importantes, uma vez que esclarece o dinamismo interno das situações frequentemente invisíveis para observadores externos. Como não se embasa em hipóteses o pesquisador não está em busca de dados ou evidências que corroborem ou neguem suas suposições, assim o estudo parte de questões ou focos de interesse amplos que vão melhor se delineado no transcorrer da investigação, sendo construído um quadro teórico aos poucos conforme se coletam e examinam-se os dados (GODOY, 1995a).

A pesquisa qualitativa é utilizada em processos exploratórios e realizada em área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2007). O tipo exploratório visa identificar e/ou refinar problemas de pesquisa, contribuindo na formulação e teste de estruturas conceituais e normalmente envolvem uso de amostras menores ou estudo de caso. Os dados qualitativos normalmente são obtidos de forma narrativa e descrevem o comportamento humano ou fenômenos sociais (HAIR *et al*, 2007).

Para compreender a teia das relações sociais e culturais de um determinado ambiente a abordagem qualitativa é a mais adequada. Quando se está lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, o estudo é de caráter descritivo, pois se busca entender o fenômeno de forma abrangente considerando toda sua complexidade (GODOY, 1995a).

Em razão de ser descritiva, a palavra escrita desempenha um papel fundamental tanto no processo de obtenção de dados como na disseminação dos resultados tendo relevância todos os dados observados no ambiente de estudo. Ambiente e sujeitos devem ser analisados holisticamente, não sendo tido como variáveis, mas observados como um todo (GODOY, 1995a). A pesquisa descritiva não tem compromisso em explicar os fenômenos apenas descrevê-los, muito embora a descrição possa servir de base à sua compreensão (VERGARA, 2007).

Para formar o arcabouço geral desse estudo procedeu-se inicialmente a coleta de dados. Tal procedimento mostrou-se relevante para sustentabilidade das argumentações apresentadas pelo pesquisador, permitindo que se obtivessem visões diferenciadas sobre os objetos em estudo visando sedimentar o planejamento do processo investigativo realizado em campo. Uma revisão da literatura existente sobre o tema em estudo possibilita a contextualização dos objetivos, conferindo consistência à investigação (VERGARA, 2007).

Para referendar as observações apresentadas no parágrafo anterior cabe destacar que dados secundários corresponderam àqueles que se encontram disponíveis no ambiente

(CASTRO, 2011) e que foram coletados para outra finalidade (KOTLER, 2000). Nesse [estudo](#), buscou-se dados secundários em livros, sites de internet, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado que continham informações acerca dos conceitos em estudo.

5.1.1 Estudo de caso

A investigação em campo se deu através de um estudo de caso. Um estudo de caso está circunscrito a uma ou poucas unidades investigadas e tem caráter de profundidade e de detalhamento (VERGARA, 2007). Tem por objeto uma unidade social (um ambiente, um sujeito ou uma situação particular) que é analisada intensiva e profundamente, procurando responder como e porque certos fenômenos ocorrem. [Os](#) eventos estudados oferecem pouca possibilidade de controle, sendo [que](#) sua ocorrência analisada dentro de algum contexto da vida real (GODOY, 1995b).

O pesquisador que empreende um estudo de caso, mesmo partindo de uma base teórica deve estar aberto a descobertas, mantendo-se alerta ao surgimento de novos elementos que possam surgir no desenvolvimento da pesquisa, bem como deve procurar demonstrar a multiplicidade de dimensões da complexa realidade que está investigando, inclusive divergências e conflitos característicos de situações sociais devem ser realçados no trabalho para enriquecimento do resultado final (GODOY, 1995b).

O estudo de caso tem como uma de suas técnicas fundamentais a entrevista em que são produzidos relatórios com um estilo informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidas pelos sujeitos da pesquisa. Embora o estudo de caso represente um estudo qualitativo, dados quantitativos podem ser utilizados para dar um sentido mais concreto a algum aspecto investigado, entretanto, nessa condição o tratamento estatístico não será sofisticado (GODOY, 1995b).

5.1.2 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados primária foi realizada por meio de uma pesquisa de campo, que se caracteriza por ser em investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um

fenômeno (VERGARA, 2007), ou seja, no ambiente natural dos sujeitos em estudo. Na pesquisa qualitativa o ambiente natural é tido como fonte direta de dados e o pesquisador como um instrumento fundamental, sendo valorizado o seu contato direto com o ambiente e a situação estudada, devendo “usar sua própria pessoa como instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados”, (GODOY, 1995a, p. 62).

A entrevista em profundidade utilizada como instrumento de coleta de dados nessa pesquisa consistiu numa discussão individual semi-estruturada entre o pesquisador e o entrevistado, sendo esse escolhido em razão do tipo de percepção especializada em relação ao tema em estudo. O participante de entrevista em profundidade, em razão de estar sozinho com o pesquisador normalmente sente-se mais à vontade para discutir tópicos potencialmente delicados, sendo incentivado a responder perguntas com suas próprias palavras e estimulado a elaborar suas respostas. A entrevista se constitui na interação entre o pesquisador e o entrevistado num diálogo pessoal direto e esse instrumento é o meio apropriado para reunir informações complexas e delicadas ou para entender mais detalhadamente conceitos (HAIR *et al*, 2007).

Numa entrevista semi-estruturada há uma estrutura e organização geral, embora flexível, podendo-se incluir novas questões no decorrer do encontro, pois não é utilizada uma sequência rígida de perguntas o que permite que o pesquisador esclareça informações e tópicos de interesse (HAIR *et al*, 2007), uma vez que a avaliação das respostas se baseia no seu conhecimento prévio do assunto permitindo que se explore mais detalhadamente o tema em questão (PINHEIRO *et al*, 2004). Assim, o roteiro de entrevista contém perguntas abertas que são muito úteis em pesquisas exploratórias em que se está buscando investigar o que o entrevistado pensa acerca do tema em estudo e não simplesmente mensurar quantas pessoas pensam de um determinado modo (KOTLER, 2000).

5.1.3 Sujeitos da pesquisa

Pesquisas são realizadas junto a sujeitos que correspondem aos indivíduos que fornecerão os dados que o pesquisador necessita (VERGARA, 2007) e que por meio de seus pontos de vista busca-se compreender o problema ou questão em estudo (GODOY, 1995b).

O sujeito é alguém que age e provoca mudança. Suas realizações são julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de haver avaliações segundo

algum critério externo. É um participante de ações econômicas, sociais e políticas que interage no ambiente, envolvendo-se direta ou indiretamente em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas (SEN, 2000), deixando rastros de suas ações sobre os locais que habita. Cada indivíduo, inclusive, pertence a vários grupos ou categorias em simultâneo, portanto graus de programação mental diferentes e que correspondem a diferentes níveis de cultura: um nível nacional; um de pertença a um grupo regional e/ou étnico; um de origem social, associado à escolaridade e a profissão exercida; um ligado à organização da empresa (HOFSTEDE, 2003).

Nessa pesquisa os sujeitos entrevistados foram lideranças públicas e econômicas do município de Não-Me-Toque representando o governo, associações empresariais e a indústria local, das quais interessa ao pesquisador compreender como formatam seu pensamento em relação ao seu ambiente de atuação e ao seu entorno. Uma liderança que pensa estrategicamente tem a capacidade de prever, imaginar, manter a flexibilidade e trabalhar com outras pessoas para buscar soluções para o momento presente e projetar ações futuras (ROWE, 2002), sendo assim um agente ativo do desenvolvimento local e, portanto, capacitado a responder aos questionamentos do pesquisador sobre a estrutura do capital social local.

5.2 Modelo analítico

Os dados coletados nas entrevistas junto a lideranças não-me-toquense foram interpretados a partir do método de análise do discurso. Por meio desse busca-se o significado das diversas formas de produção verbais e não verbais, bastando que sua materialização por meio de mensagens gere sentidos para interpretação (COREGNATO E MUTTI, 2006). Envolve a reflexão acerca da palavra do entrevistado situando-a num contexto histórico, ideológico e social, buscando-se construir uma proposta crítica e refletindo sobre os significados do texto em si e não das palavras expressadas, pois essas servem apenas como pistas que levam a conhecimentos contextuais e históricos da formação discursiva em que estão inseridas (CAPELLI *et al*, 2003). A análise de discurso pretende investigar o uso cotidiano da linguagem empregada nos contextos sociais, estudando os significados, investigando o que está implícito ou explícito nos diálogos que constituem a ação social e que

representam a cultura local (NOGUEIRA, 2012). O discurso, portanto, pode ser compreendido para Orlandi como:

[...] efeito de sentido entre locutores. Essa é uma definição de discurso em seu sentido amplo e nos introduz em um campo disciplinar que trata da linguagem em seu funcionamento. Ou seja, se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos (1994, p. 53).

O pesquisador trabalha sobre o qualitativo, investiga no fenômeno aquilo que faz sentido para o sujeito, que se apresenta significativo e relevante ao contexto no qual a percepção e manifestação ocorrem (SILVA *et al*, 2005), pois a linguagem não emerge de um vazio social, mas estrutura-se num espaço sócio-histórico e representa um conjunto de significados (NOGUEIRA, 2012). A análise de discurso considera a comunicação como um processo e não como um dado. A produção da palavra elabora um sentido e transformações, e o discurso não é apenas uma transposição transparente de opiniões como um produto acabado, mas é um processo de elaboração com tudo o que isso comporta: contradições, incoerências, imperfeições. (BARDIN, 1977).

O *corpus* da análise de conteúdo corresponde ao conjunto de fontes de pesquisa sobre as quais incidirão as interpretações do discurso e que evidenciará a ideologia + a história + a linguagem dos respondentes. A ideologia representa o posicionamento do sujeito quando ele profere um discurso; a história se refere ao contexto sócio-histórico e a linguagem a materialidade do texto que gera indicativos do sentido que o sujeito pretende lhe dar (COREGNATO E MUTTI, 2006). A determinação histórica do discurso não corresponde à história como evolução ou cronologia, não são as datas que interessam, mas o modo como os significados são produzidos e circulam (ORLANDI, 1994).

Numa análise de discurso o indivíduo é assujeitado inconscientemente ao coletivo e sua fala expressa um conhecimento de construção coletiva interiorizado (COREGNATO E MUTTI, 2006). O que o indivíduo fala é a manifestação de sua interpretação dos acontecimentos sobre a vida social que tem origem na cultura discursiva em que ele habita (NOGUEIRA, 2012), pois não são meros processadores de informações ou portadores de

ideologias e crenças coletivas, são pensadores ativos frente a inúmeros episódios cotidianos de interação social (SILVA *et al*, 2005).

Nesse método de análise não existe um esquema rígido para interpretação, entretanto, o pesquisador deve imprimir nitidez ao quadro teórico e a postura metodológica que norteia seu trabalho. Significar um discurso implica que a análise seja conduzida a partir do ponto de vista do ator da ação e não do pesquisador, pois se busca compreender como o sujeito interpreta o ambiente em que atua e que considerações significativas utiliza para criar estratégias de ação e reação (SILVA *et al*, 2005), sendo que nada novo será descoberto, apenas será feita uma nova interpretação, uma releitura, demonstrando a funcionalidade do que foi falado, sem fazer qualquer julgamento de valor do enunciado (COREGNATO E MUTTI, 2006).

5.3 Limitações do estudo

A pesquisa é uma realização dinâmica, sistêmica, complexa. Dinâmica porque envolver processos, ações, coexistência de estruturas rígidas e flexíveis dentro de um regramento científico. Sistêmica pela forte relação da parte com o seu todo num contínuo processo de retro-alimentação. Complexa por envolver necessariamente relações sociais e humanas. Por essa razão todo estudo apresenta limitações que não o inviabilizam, mas que impedem que a compreensão do fenômeno seja plena em seu contexto absoluto, ou seja, independente do método e da sua credibilidade sempre haverá dificuldades e limitações quanto à coleta de dados e tratamento desses, entretanto justifica-se sua utilidade por ser o mais adequado aos propósitos da investigação (VERGARA, 2007).

Nesse [estudo](#) limitações puderam se dar diante de uma compreensão inadequada dos objetivos da pesquisa pelo entrevistado e do papel do pesquisador que pode influenciar na condução das entrevistas provocando um comportamento não usual ou uma distorção dos dados fornecidos pelo respondente (GODOY, 1995b). Outro viés que pode ser observado é que o pesquisador também é influenciado pela sua programação mental de acordo com seu quadro de referência cultural (HOFSTEDE, 2003) e quando estrutura o estudo, coleta, analisa e interpreta os dados obtidos, a verdade a ser buscada será em parte a sua e não exclusivamente a dos sujeitos ativos do estudo: os respondentes, pois qualquer descrição ou justificativa a um fenômeno social reflete inevitavelmente o entendimento do pesquisador e

de seus interesses especiais (NOGUEIRA, 2012). O pesquisador é um intérprete da leitura que registrou e é influenciado por suas idéias, crenças, experiências, portanto, a interpretação nunca será absoluta e única (COREGNATO E MUTTI, 2006).

Outra limitação decorre do tipo de análise de dados escolhida para esse trabalho, a análise de discurso, em razão da impossibilidade de afirmar que todos os dados coletados por meio das entrevistas foram exaustivamente analisados. Por essa razão, para validar a pesquisa realizada deve-se optar por uma interpretação que em termos pragmáticos melhor contribua para responder ao problema e objetivos do estudo, em que o pesquisador deixará claro o posicionamento teórico e reflexivo que norteará a interpretação da fala dos entrevistados (NOGUEIRA, 2012).

5.4 Modelos de referência

A pesquisa realizada investigou o município de Não-Me-Toque, situado no Noroeste do Rio Grande do Sul, para verificar a presença das dimensões do capital social e dos fundamentos do desenvolvimento local junto a lideranças públicas e econômicas, uma vez que o capital social local pode ser mensurado como a eficácia do coletivo, como o senso de cooperação individual (GOMES, 2005) que contribui para desempenho adequado de uma comunidade, permitindo qualidade na tomada de decisões dos atores imbuídos da condução do processo de desenvolvimento.

Nesse estudo dois modelos serviram de base para a estruturação do roteiro de entrevistas fornecendo subsídios para elaboração de questões que abrangessem os tópicos necessários para analisar o capital social e os fundamentos do desenvolvimento local. O modelo utilizado para verificação do capital social foi o *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)* desenvolvido pelo Banco Mundial, um dos principais incentivadores do estudo do capital social (FAURGS/LABORS, 2001) e o *Hexágono do Desenvolvimento Regional* de Sérgio Boisier (1995). Nos itens subsequentes passa-se a detalhar os modelos.

5.4.1 Modelo de Questionário Integrado para Medir Capital Social - (QI-MCS)

O capital social não é uma entidade única, mas multidimensional, sendo frequentemente definido em termos de grupos, redes, normas, instituições, confiança, cooperação e reciprocidade disponíveis numa comunidade e que pode ser usado para fins produtivos (GROOTAER *et al*, 2003). As considerações a seguir sobre o QI-MCS têm por base a opinião de seus autores e referidos nesse parágrafo e que para tornar o texto agradável à leitura, deixou-se de citá-los a cada proposição apresentada.

O QI-MCS foi desenvolvido para servir de instrumento gerador de dados quantitativos sobre diversas dimensões do capital social existente numa dada região, tendo sido pré-testado na Nigéria e Albânia e posteriormente replicado em inúmeros estudos sob diferentes bases para mensurar o capital social local conferindo confiabilidade, validade e utilidade ao instrumento. O objetivo do QI-MCS é contribuir com os pesquisadores do capital social para terem maior clareza sobre o tema a partir de evidências empíricas.

Nem todas as questões inseridas dentro do QI-MCS poderão ser úteis para replicação do instrumento em todos os lugares, há questões de importância local que devem ser inseridas ou suprimidas, pois qualquer aplicação desse modelo exigirá adaptações ao contexto e à cultura do lugar, tendo por base os fins específicos para os quais a pesquisa está sendo realizada e devendo-se, inclusive, considerar as características peculiares dos respondentes.

Para utilização do QI-MCS como base para suas investigações é imprescindível que o pesquisador tenha conhecimentos metodológicos e conceituais acerca do capital social para fazer os ajustes necessários ao contexto da pesquisa e às modificações no instrumento, uma vez que o sentido de capital social contido no questionário considera as mais variadas maneiras pelas quais os integrantes de uma comunidade interagem e o resultado investigativo traça um mapa da vida associativa da comunidade e a qualidade de atos cívicos locais.

O QI-MCS não é um instrumento restrito à investigações a nível nacional, mas pode ser aplicado quando houver interesse em analisar o capital social num determinado local para subsidiar a implementação de projetos de desenvolvimento, “acrescentar o QI-MCS a cada levantamento tornaria possível asseverar o impacto do projeto sobre o capital social ou, inversamente, verificar se áreas com maiores níveis de capital social apresentam implementações de projetos mais bem sucedidas” (GROOTAER *et al*, 2003, p. 4). As questões desse questionário são dirigidas ao indivíduo não à coletividade, e têm o objetivo de colher informações sobre a participação do sujeito em grupos e associações, compreender sua

percepção sobre confiança, autoridade e participação em ações coletivas. Razão porque a facilidade de transposição do referido questionário para o roteiro de entrevista utilizado nesse trabalho contendo as necessárias adaptações.

Para a adaptação do instrumento é preciso uma revisão geral das seis dimensões do QI-MCS para garantir um equilíbrio entre os diferentes tópicos abordados com os propósitos da pesquisa. As questões de uma dimensão podem ser mais relevantes para o estudo empreendido que as demais e o pesquisador poderá expandir questões nos tópicos de maior interesse e reduzir no de menor significado. Não seria recomendável, entretanto, eliminar completamente uma dimensão com baixo interesse para não afetar a estrutura conceitual sobre o qual se baseia esse instrumento, comprometendo seu potencial analítico.

Embasados num amplo trabalho empírico, no Quadro 1 estão apontadas as três dimensões essencialmente úteis para medir o capital social:

CAPITAL SOCIAL	
Dimensões	Tipos de Indicadores
1. <i>Grupos e Redes</i>	Representa um indicador de entrada de capital social, pois a sua acumulação se dá por meio desses grupos
2. <i>Confiança e Solidariedade</i>	Representa um indicador de entrada ou de produção de capital social, ou como uma medida direta de capital social dependendo da abordagem conceitual adotada
3. <i>Ação Coletiva e Cooperação</i>	Representa um indicador de produção de capital social

Quadro 1 – Principais dimensões do capital social

Fonte: Elaborado pelo autor desse trabalho.

As sugestões de adaptação do instrumento de pesquisa e de análise dos dados coletados propostas pelos autores do QI-MCS foram seguidas nesse [estudo](#). O maior ajuste foi transformar um questionário, instrumento de pesquisa quantitativa, em um roteiro de entrevista semi-estruturado, instrumento de pesquisa qualitativa. Os Quadros 1 e 2 indicam as dimensões do capital social estudadas e as questões relativas a cada uma delas e que embasaram o roteiro de entrevista constante no Anexo 1.

CAPITAL SOCIAL	
Dimensões	Objetivo da Dimensão
1. <i>Grupos e Redes</i>	Analisar a participação do indivíduo em organizações sociais e redes informais, bem como suas contribuições e benefícios recebidos nessas relações.
2. <i>Confiança e Solidariedade</i>	Analisar a relação de confiança entre membros da comunidade, amigos, estranhos, instituições.
3. <i>Ação Coletiva e Cooperação</i>	Analisar como o trabalho coletivo <u>se apresenta</u> em projetos comuns e/ou em resposta a crises.
4. <i>Informação e Comunicação</i>	Analisar os meios pelos quais o indivíduo recebe informações relativas ao mercado e a comunidade.
5. <i>Coesão e Inclusão Social</i>	Analisar as formas cotidianas de interação social.
6. <i>Autoridade e Ação Política</i>	Analisar a capacidade dos membros de um grupo ou comunidade de influenciar em eventos locais como respostas a políticas mais amplas.

Quadro 2 – Dimensões do capital social

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em GROOTAER *et al* (2003).

Conforme indicado pelos autores do modelo e adotado nessa [pesquisa](#), questões do QI-MCS que não agregariam informações relevantes para o objetivo da pesquisa foram desconsideradas e muitas com sentido próximo foram agrupadas para dar maior clareza e celeridade ao diálogo entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa.

CAPITAL SOCIAL	
Dimensões	Questões
1. Grupos e Redes	<p>CS1.1. Você participa <u>de</u> algum grupo, associação, agremiação, sindicato? Quais? Qual seu papel neles <u>é</u> apenas membro ou atua na liderança?</p> <p>CS1.2. Há quanto tempo você frequenta esses grupos?</p> <p>CS1.3. Por que você faz parte desses grupos? Que benefícios têm em participar deles?</p> <p>CS1.4. Considera que os colegas do grupo irão ajudá-lo em momentos em que necessitar e solicitar?</p> <p>CS1.5. Considera que esses grupos contribuem para melhorar a sociedade <u>de</u> Não-Me-Toque. <u>Por</u> quê?</p> <p>CS1.6. Como são tomadas as decisões nesses grupos? Individuais, coletivas, democráticas? E como as lideranças são escolhidas?</p> <p>CS1.7. Há interação entre esses grupos? Sim, quando isso ocorre?</p> <p>CS1.8. Tem amigos próximos, em quem confia e pode pedir ajuda? Quantos?</p>
2. Confiança e Solidariedade	<p>CS2.1. Você confia nas pessoas ou diria que é preciso ter sempre cuidado nas relações com outras pessoas?</p> <p>CS2.2. No geral, as pessoas de Não-Me-Toque são confiáveis?</p> <p>CS2.3. Caso haja um projeto na cidade que não o beneficie, mas pode ajudar muitas pessoas, você contribuiria com seu tempo e dinheiro para o projeto? Sua participação <u>seria</u> voluntária ou <u>deveria ser</u> solicitada?</p>
3. Ação Coletiva e Cooperação	<p>CS3.1. Em Não-Me-Toque há muitas pessoas que contribuem com tempo e dinheiro para objetivos comum?</p> <p>CS3.2. Digamos que ocorresse uma fatalidade na cidade (um grande vendaval que causasse estragos de grandes dimensões) as pessoas – e você – cooperariam para tentar resolver o problema?</p>
4. Informação e Comunicação	<p>CS4.1. Como você se mantém informado diariamente? Quais as fontes de informações mais importantes para você?</p>
5. Coesão e Inclusão Social	<p>CS5.1. Você é uma pessoa caseira ou gosta de interagir socialmente saindo publicamente, encontrando ou visitando amigos, recebendo visitas?</p>
6. Autoridade e Ação Política	<p>CS6.1. Os cidadãos de Não-Me-Toque, todos ou reunidos em grupos de interesses, costumam se reunir e criar petições para levar ao governo municipal pedindo algum benefício para a comunidade?</p> <p>CS6.2. Você é engajado politicamente? Não num partido, mas em ações de interesse coletivo da cidade.</p> <p>CS6.3. Você acha que as autoridades locais valorizam a sua opinião ou do grupo que representa na tomada de decisões sobre as ações e projetos públicos?</p>

Quadro 3 – Capital social: dimensões e suas questões

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2012)

5.4.2 Modelo do Hexágono do Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento local depende da existência, da articulação e das condições da condução de seis elementos normalmente presentes em qualquer território organizado. Os seis elementos – atores, instituições, cultura, procedimentos, recurso, entorno – formam o modelo do Hexágono de Desenvolvimento Regional criado por Sérgio Boisier em 1996 e representado graficamente na Figura 1.

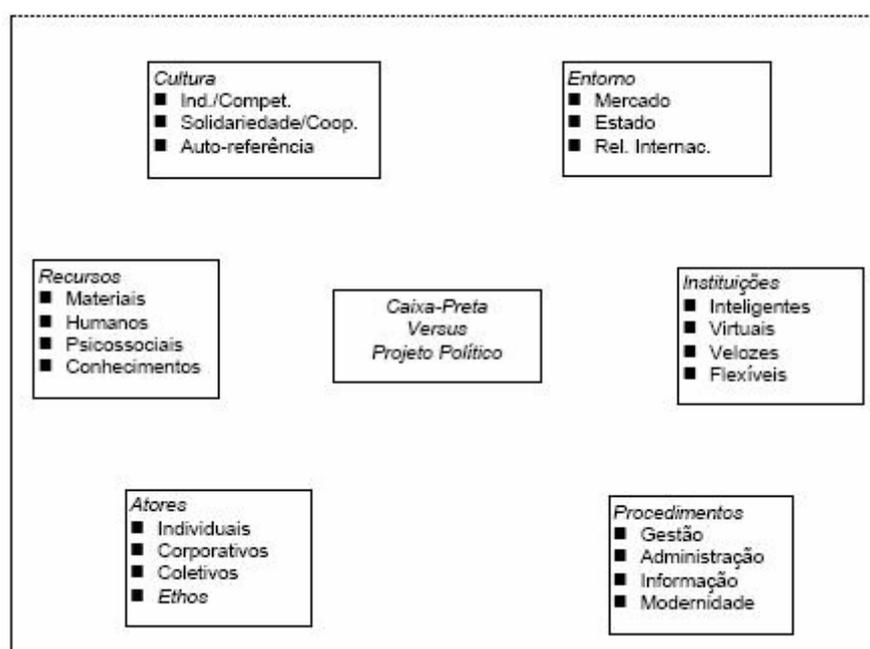


Figura 2 – Hexágono do desenvolvimento regional
Fonte: BOISIER (1996)

A relação adequada entre os vértices do Hexágono como condicionantes do sucesso de projetos de desenvolvimento local e enfocando a participação coletiva no processo são assim observadas por Boisier (1996, p. 133):

[...] esses elementos interagem de um modo *denso* ou *difuso*, de forma *aleatória* ou então de uma forma *inteligente* e estruturada. O desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Do contrário, não se terá senão uma *caixa preta*, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece. Todos esses elementos devem ser estudados em campo, ou seja, devem ser avaliados e analisados caso a caso.

O processo de desenvolvimento é complexo, comportando muitas variáveis e suas interrelações, para tanto se deve considerar que para compreender mais amplamente o desenvolvimento local não se pode restringir a análise a um único fator, o que certamente provocaria resultados equivocados e se desconsideraria o poder das continuidades históricas sobre o desempenho institucional (PUTNAM, 2005).

O desenvolvimento local não depende apenas da existência dos seis elementos do Hexágono, muito menos de sua qualidade, mas está correlacionado com a estrutura dos vértices e a sua articulação. Uma articulação densa e inteligente promoverá desenvolvimento, uma difusa e aleatória impedirá o seu surgimento. O desafio de um território é gerar um projeto coletivo que articule e direcione todos os elementos com o propósito de provocar sinergia, retro-alimentação e desenvolvimento.

No Quadro 3 há a descrição de cada um dos vértices do Hexágono, os elementos que são analisados em cada um deles e os objetivos investigativos.

HEXÁGONO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Vértices	Elementos Analisados	Objetivo do Vértice
1. <i>Atores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Individuais ▪ Corporativos ▪ Coletivos ▪ Ethos 	Classificar os agentes do desenvolvimento em categorias (individual, corporativa, coletiva) e determinar o conjunto de condutas (ethos) dos atores identificando lealdade ao local e a regionalidade (grau de provincianismo) das demandas dos diferentes setores e a capacidade de articular lógicas coletivas.
2. <i>Cultura</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Individualista e Competitiva ▪ Solidariedade e Cooperação ▪ Auto-referência 	Analisar como os padrões de cultura do desenvolvimento se manifestam e estão combinados, uma vez que situações extremas não são comuns. Os padrões culturais observados são: a cultura individualista/competitiva que gera crescimento, mas sem capacidade de promover desenvolvimento. E a cultura cooperativa/solidária capaz de gerar equidade, mas sem crescimento. Analisar a cultura do lugar (autoreferência), que se refere à identificação da sociedade com seu próprio território.
3. <i>Recursos</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais ▪ Humanos ▪ Psicossociais ▪ Conhecimento 	Analisar as quatro categorias de recursos que interessam ao desenvolvimento: materiais (sua presença); humanos (quantidade e relação dessa com a qualidade, vinculação regional e contemporaneidade); psicossociais (autoconfiança coletiva, vontade coletiva, perseverança, consenso); conhecimento.
4. <i>Instituições</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inteligentes ▪ Virtuais ▪ Velozes ▪ Flexíveis 	Avaliar em que medida as instituições existentes são flexíveis (ajustar a instituição à realidade instável do ambiente), velozes (entrar e sair de acordos e redes para aproveitar oportunidades num entorno que está em contínua mudança), inteligentes (capacidade de aprender e de estabelecer articulação com outras instituições) e virtuais (condições para se proceder a operações <i>ad hoc</i> diante de situações específicas e para configurar arranjos estratégicos).
5. <i>Procedimento</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão ▪ Administração ▪ Informação ▪ Modernidade 	Analisar a natureza da gestão do governo territorial e os procedimentos administrativos (concernentes ao manejo cotidiano do governo e à prestação de serviços à comunidade); de informação (capacidade de transformar e difundir conhecimento); de modernidade.
6. <i>Entorno</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mercado ▪ Estado ▪ Relações Internacionais 	Analisar tudo o que é externo à região, configurado na multiplicidade de organismos sobre os quais não há controle (apenas capacidade de influência), mas com os quais a região como um todo se articula. Os elementos analisados são: mercado (modalidades de comércio, padrão geográfico, formas de intermediação, tratados e acordos, tecnologia); Estado (conflitos, cooperação, dependência) e relações internacionais.

Quadro 4 – Vértices do hexágono do desenvolvimento regional

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Boisier (1996).

Com base nos objetivos de cada um dos vértices do Hexágono, desenvolveu-se questões (Quadro 4) que foram inseridas no roteiro de entrevista (Anexo 1) para constatar a presença dos elementos do modelo junto à lideranças econômicas e política de Não-Me-Toque e atestar como o desenvolvimento local se apresenta nesse município. As questões criadas não contemplam exaustivamente as referências do modelo, tendo sido abordadas apenas as que estão relacionadas com o interesse conceitual desenvolvido pelo pesquisador

nesse [estudo](#). Assim como questões do Hexágono que estariam relacionadas com os elementos do capital social foram supridas pelas perguntas diretamente vinculadas a esse e baseada no modelo QI-MCS.

MODELO DO HEXÁGONO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Vértices	Elementos Analisados	Questões
1. <i>Atores</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Individuais ▪ Corporativos ▪ Coletivos ▪ Ethos 	<p>DR1.1. Por que Não-Me-Toque para desenvolver seus negócios? Qual a importância da cidade para que empreenda aqui? Levaria todo o seu negócio para outra região?</p> <p>DR1.2. Qual a importância de se ter políticas internas para ações sociais/ambientais?</p>
2. <i>Cultura</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Individualista e Competitiva ▪ Solidariedade e Cooperação ▪ Auto-referência 	<p>DR2.1. Considera que as ações que realiza podem estar contribuindo com o desenvolvimento da cidade ou acha que são apenas ganhos individuais?</p> <p>DR2.2. Cooperaria com a concorrência em algum projeto de interesse comum, ou prefere realizar isoladamente ações necessárias para desenvolver seus empreendimentos?</p>
3. <i>Recursos</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais ▪ Humanos ▪ Psicossociais ▪ Conhecimento 	<p>DR3.1. Em termos de recursos que seu negócio precisa para se desenvolver (infra-estrutura, qualidade de mão de obra / empregados comprometidos, conhecimento)</p> <p>... são encontrados no local?</p> <p>... são buscados onde?</p> <p>... como são desenvolvidos?</p>
4. <i>Instituições</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inteligentes ▪ Virtuais ▪ Velozes ▪ Flexíveis 	<p>DR4.1. Em relação a sua empresa:</p> <p>a) há flexibilidade para ajustá-la a realidade que se apresenta ou a tomada de decisão é demorada? Mudar é difícil?</p> <p>b) Com que velocidade são buscadas parcerias ou, estando nelas e vendo que não surtem mais resultados, sair delas?</p> <p>c) Como a empresa aprende? Como é a participação dos funcionários nesse processo?</p>
5. <i>Procedimento</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão ▪ Administração ▪ Informação ▪ Modernidade 	<p>DR5.1. O governo local atua como um interessado nos projetos que a sua empresa deseja empreender?</p> <p>DR5.2. Há destinação de verbas orçamentárias para a melhoria da infraestrutura e da qualificação da mão de obra?</p> <p>DR5.3. O governo acompanha a busca por recursos que venham a desenvolver a cidade através de empreendimentos privados junto a instituições fora do município?</p>
6. <i>Entorno</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mercado ▪ Estado ▪ Relações Internacionais 	<p>DR6.1. Qual a importância de se conhecer o que está acontecendo no mundo, no seu mercado de atuação e na sociedade como um todo, para o desenvolvimento de seu negócio e, em consequência, da cidade?</p>

Quadro 5 – Hexágono do desenvolvimento regional – vértices e suas questões

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2012).

5.5 Descrição da coleta de dados

Para compreender o capital social e o desenvolvimento local realizou-se pesquisa qualitativa com entrevistas individuais em profundidade junto a lideranças econômicas e política do município de Não-Me-Toque, situado no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Quando se estuda o desenvolvimento de uma localidade é importante considerar seus atores, uma vez que o desenvolvimento é um processo de tomada de decisões com enorme amplitude e complexidade e essas decisões são promovidas por seres humanos que ocupam determinada posição social e que detêm vasta cota de poder mantendo entre si relações ora de confiança, ora de desconfiança (BOISIER, 1997).

A escolha dos entrevistados consistiu numa amostra não-probabilística por tipicidade, que conforme a classificação de Vergara (2007, p. 51) consiste na “seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população”; ou por julgamento, que na classificação de Castro (2011, p. 54) decorre de “uma seleção dos membros da população que apresentam melhores perspectivas de fornecer as informações procuradas, da maneira mais precisa possível”.

Entre os entrevistados, três são empresários e diretores de empresa e estão vinculados ao setor privado representando associações de classe empresariais nas áreas de indústria (L.Ind), comércio (L.Cml) e agropecuária (L.Agr). Um dos entrevistados (E.Ind) é empresário da indústria, setor com significativa representatividade no PIB municipal, [que em 2009 representava 39,5% \(FEE, 2012\)](#) e área que tem impulsionado fortemente o desenvolvimento local. O quinto é representante do governo local (P.Pbl) ocupante um cargo [na](#) administrativa municipal num setor responsável por políticas diretamente relacionadas com o desenvolvimento econômico e social do município. De acordo com a perspectiva institucional os principais agentes do processo de desenvolvimento são os cidadãos residentes no local independente das suas ocupações e dos diferentes papéis desempenhados (TELLO, 2010), entretanto o governo é um elemento chave na constituição de políticas desenvolvimentistas e, portanto, imprescindível [sua](#) participação neste [estudo](#).

A inserção de um representante do poder público também se dá em razão de que todos os organismos e instituições de uma dada comunidade (o empresariado, o poder público e as representações da sociedade civil), cuja atuação tenha finalidade produtiva ou de regulação social (MULS, 2008), possuem uma visão [mais ampla](#) do contexto local, da condição sócio-

histórica do território, dos valores e culturas locais o que traria elucidacões relevantes para o resultado da pesquisa.

As identidades dos respondentes não foram reveladas neste [estudo](#), uma condião proposta pelos entrevistados. Essa atitude visou preservar a integridade da exposião do pensamento dos respondentes, assim como evitar interpretaões equivocadas de leitores acerca dos resultados dessa pesquisa, o que poderia causar constrangimentos [àqueles](#) que tão prontamente aceitaram expor suas opiniões ao compreenderem a relevância dos objetivos desse trabalho.

Segundo a classificaão dos atores apresentada no Hexágono do Desenvolvimento Regional (BOISIER, 1996) criou-se, conforme o Quadro 6, os seguintes códigos para nominar os respondentes dessa pesquisa:

Classificaão do Ator	Setor que Representa	Código na Pesquisa
Corporativo	Associaão Empresarial – Comercial	L.Cml
Corporativo	Associaão Empresarial – Industrial	L.Ind
Corporativo	Associaão Empresarial – Agronegócio	L.Agr
Corporativo	Empresário – Indústria	E.Ind
Poder Público	Governo municipal	P.Pbl

Quadro 6 – Atores da pesquisa

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2012).

Como instrumento de levantamento de dados foi realizado entrevistas individuais em profundidade semi-estruturadas a partir de um roteiro básico e contendo questões abertas. As entrevistas previamente agendadas ocorreram no município de Não-Me-Toque em local escolhido pelos entrevistados, tendo sido gravadas num programa de computador chamado *Fox Magic Áudio Recorder* e posteriormente transcritas para arquivo específico para facilitar a interpretaão dos dados também a partir da leitura da fala dos entrevistados e não apenas da percepção do discurso oral, isso contribuiu para melhor compreensão do significado impresso pelos entrevistados às suas colocaões.

Neste [estudo os dados das entrevistas foram](#) categorizados em eixos temáticos (COREGNATO E MUTTI, 2006) criados a partir de fundamentaão teórica previamente

estudada e sustentados pelos modelos – QI-MCS e Hexágono do Desenvolvimento Regional – tomados como referência para o roteiro de entrevistas. Os dois temas principais abordados – capital social e desenvolvimento local – foram subdivididos em categorias que interpretadas conjuntamente evidenciam o significado das declarações individuais, permitindo inferências a respeito dos grupos e do contexto local. Nos Quadros 2 e 4 constantes nos itens 5.7.1 e 5.7.2, respectivamente, foram apresentados os elementos pesquisados e a classificação utilizada para analisar a pesquisa. No roteiro de entrevista (Anexo 1) as questões foram organizadas numa sequência lógica que permitisse a fluência dos diálogos sem redundâncias e reinquirições indevidas.

O método utilizado para verificar o resultado da pesquisa foi o de análise de discurso, que a partir dos eixos temáticos que representam os recortes discursivos sobre a situação estudada e que foram construídos pelo pesquisador para possibilitar compreender a marca do discurso enfocada na posição discursiva dos sujeitos da pesquisa (COREGNATO E MUTTI, 2006) e passíveis de responderem ao problema e objetivos da pesquisa.

6 CAPITAL SOCIAL – ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No estudo empreendido ao longo desse [estudo](#) procurou-se responder se o capital social pode ser considerado um dos elementos influenciadores do desenvolvimento econômico verificado no município de Não-Me-Toque, RS. Para tanto, estudou-se junto a lideranças econômicas e políticas municipais como os critérios que caracterizam o capital social se apresentam junto aos respondentes; como o desenvolvimento local está constituído a partir de elementos essenciais para sua existência e a correlação entre capital social e desenvolvimento local. Para tanto a construção teórica dos temas em estudo norteou a estruturação da pesquisa e a interpretação dos dados colhidos.

O método interpretativo utilizado nesse estudo para analisar os dados coletados foi a análise de discurso. As dimensões e elementos característicos dos modelos – QI-MCS e Hexágono do Desenvolvimento Regional - serviram de referência para as perguntas inseridas nas entrevistas e para análise de discurso, justifica-se esse posicionamento porque apesar de não haver um roteiro de entrevista estruturado e passos claramente definidos há a possibilidade de se recorrer a um conjunto de critérios associados aos temas em estudo para delinear a coleta de dados e sua análise (NOGUEIRA, 2012).

A análise de discurso não apenas considera a fala pronunciada pelos respondentes, mas também aquilo que não é falado, embora seja observado pelo pesquisador no momento da entrevista e nas diversas releituras que faz desta em buscas de nuances para seus significados. Assim, a análise dos dados que segue está estruturada (1) indicando qual elemento, conforme os modelos referências utilizados, está sendo interpretado; (2) apresentando recorte das falas dos entrevistados [os](#) que referendam o tema abordado e (3) considerações do pesquisador sobre o item observado.

Os entrevistados foram designados por códigos representativos do setor que representam, conforme Quadro 6. Foi mantida a estrutura original de suas falas não tendo sido feitas correções gramaticais nem adequação ao discurso escrito para manter a essência da oralidade da linguagem [na qual](#) os significados do pensamento dos atores são mais representativos. Para cada elemento analisado foram selecionadas as falas que melhor ilustravam a linha investigativa seguida pelo pesquisador, razão porque nem todos os cinco entrevistados têm suas opiniões registradas a cada critério.

6.1 Gestão e redes

CS1 – *Grupos e Redes*

Analisar a participação do indivíduo em organizações sociais e redes informais, bem como suas contribuições e benefícios recebidos nessas relações.

Nessa dimensão investigativa sobre o capital social é analisada a participação do indivíduo em grupos, associações, redes, agremiações. A intenção de verificar as relações sociais do indivíduo, como e com que frequência interage socialmente envolvendo-se em ações coletivas e de objetivos comuns possibilita compreender como a comunidade se organiza, como seus habitantes são capazes de se mobilizar para empreenderem projetos de desenvolvimento coletivo. A vivência em associações, segundo Putnam (2005), confere a seus membros maior consciência política, confiança social, desenvolve o espírito de colaboração e o senso de responsabilidade comum para empreendimentos coletivos.

Uma comunidade cívica é caracterizada por cidadãos atuantes, imbuídos de espírito público, sendo prestativos, respeitosos, confiantes uns nos outros. Divergências ocorrem, mas há tolerância entre os oponentes, pois nessas comunidades a estrutura social está firmada na solidariedade e na colaboração e mesmo os projetos que aparentemente visem interesses próprios assumem um caráter diferente quando inseridos num contexto social que promove a confiança mútua (PUTNAM, 2005).

De acordo com o modelo QI-MCS utilizado como referência para elaboração das questões utilizadas nessa pesquisa, compreende-se rede como um círculo de amigos próximos onde o indivíduo sinte-se confortável para tratar assuntos particulares e requerer ajuda quando necessitar (GROOTAER *et al*, 2003). Esses grupos de interesse ao qual o indivíduo se conecta respondem-lhe a diferentes interesses e asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais (ANDRADE E CÂNDIDO, 2008). A capacidade de cooperar socialmente é uma construção coletiva e histórica, dependente de hábitos, tradições e normas pré-existentes no ambiente e que podem ser indicativos do estoque de capital social de uma determinada comunidade (MULS, 2008).

Em resposta à questão *CS1.1* foi perguntado sobre a *participação em grupos, associações e o papel do respondente nesses grupos*:

L.Agr - Primeiro, o sindicato, porque é uma organização que lida com produtor, que apóia o produtor, que defende o produtor, isto aqui o cargo não é remunerado, [...] nós estamos dedicando praticamente todo o tempo para o sindicato [...], o restante é mais nas horas de folga, de noite, é mais uma organização para jogos, mais organização para festas, encontros, Natal Étnico, a associação [\(étnica\)](#)³ também participa, apesar de atualmente ter um outro presidente, outra diretoria, nós, e aqui vou incluir a mim e a minha esposa, porque nós sempre apoiamos e nós sempre trabalhamos também para a associação [...] participo sempre da associação (étnica), que por muitos anos era presidente, hoje estou liderando a comissão para organizar (um evento típico).

P.Pbl – [...] a gente sempre participa, alguns períodos mais outros menos, mas a gente sempre tem participações em agremiações de futebol, em sociedades, até em sociedades de cantores, porque existe é muito característicos de cidade pequena isso [...] na diretoria também e como membro em outros.

L.Cml – [...] quase não estou participando [...] já participei de comunidade, já fiz parte como associado a comunidade de bairros, ajudei a estruturar uma entidade de um bairro que estava em deficiência de parte de contabilidade, financeira.

L.Ind – [...] como eu tenho uma parte artística, um lado meu que toco violão, parte de teatro e apresentações [...] quando eu cheguei em Não-Me-Toque eu fiquei num grupo que [...] tinha apresentações de dança, de coral, de canto, de teatro [...] por uma questão de esporte [...] ajudei a fundar (uma) associação (esportiva) [...] dei aulas, pratiquei, inclusive até hoje estou ligado. E aí também chegou uma hora [...] que eu disse eu tenho de deixar algo, eu tenho de dar alguma coisa, alguma contribuição para a sociedade não-me-toquense, que me aceitou, que vindo de um país de fora, que me aceitou tão bem, e as coisas começaram a acontecer, eu disse que eu vou ter de procurar fazer, dar um retorno para a sociedade não-me-toquense, e entrei para (uma) associação (de classe) com esse objetivo.

E.Ind – eu sempre tenho alguma atividade [...] mas a gente (se referindo a esposa também) tem uma atividade, um relacionamento com os vizinhos, relacionamento com a família [...] não somos muito ativo na sociedade de não-me-toquense [...] eu participei (de um clube de serviço conhecido), eu cansei de mandar dinheiro para os (o país sede do clube), porque aquilo ali é muito bonito, mas o dinheiro vai tudo para (o país sede do clube).

Nos comentários acima verifica-se que os respondentes são ativos participantes em grupos e associações. Três deles (L.Cml, L.Ind, L.Agr) são representantes setoriais, portanto, sua rotina diária requer comprometimento com o grupo que representam, promovendo integração e projetos de interesse comum, intermediando conflitos, [estruturando um](#) pensar coletivamente. O respondente P.Pbl exerce uma função em que o bem e o interesse público são o seu objeto de trabalho, seu cotidiano é [promover a satisfação do bem público](#), entretanto em sua vida pessoal se envolve em grupos que atendem seus interesses de socialização, perpetuando uma herança familiar de participação comunitária. E o pesquisado E.Ind mantém

³Associação étnica é a forma como os descendentes dos imigrantes que fundaram o município de Não-Me-Toque designam os grupos sociais que os reúne para cultivar a sua cultura e promover eventos sociais.

uma participação mais reservada, com amigos mais próximos, entretanto, e isso será demonstrado ao longo dessa análise, percebe seu negócio como um bem de interesse coletivo, uma necessidade comunitária e, portanto, sua dedicação plena ao seu empreendimento e ao setor produtivo em que está inserido.

As respostas à questão *CSI.2* e que inquiriu-se sobre *o tempo em que participa do grupo* foram assim apresentadas:

L.Agr – *(sempre esteve no sindicato tanto na diretoria e como na presidência)* nós chegamos *(no Brasil)*, eu cheguei casado em 1961, e desde aquela época nós estávamos juntos a associação *(étnica)*, mas também praticamente esse tempo todo junto à diretoria.

P.Pbl – Desde que a gente está fixo com moradia na cidade sempre houve esse envolvimento. É uma característica também da própria família. Já vem de berço. Se eu pegar o meu pai hoje por mais que more no interior, no bairro, na vila em que ele mora no interior, ele vai fazer parte de todas as associações possíveis, inclusive com cargos de diretoria e tal. É uma característica *(da família)*.

Percebe-se nas falas que a convivência social é algo intrínseco, necessário na vida dos respondentes. Algo sempre presente em suas trajetórias e um meio de estarem conectados com suas raízes, com os valores e cultura de suas origens e famílias. Cada indivíduo traz consigo padrões de pensamento, de sentimentos, de comportamento que são resultados de uma aprendizagem contínua, sendo que boa parte é adquirida no decurso da infância, período em que se está mais suscetível à aprendizagem e à assimilação (HOFSTEDE, 2003).

Com relação à questão *CSI.3* onde foi perguntado quais os *benefícios de se fazer parte de grupos, associações* obteve-se os seguintes posicionamentos:

P.Pbl – A gente através, eu sempre digo que através do associativismo, duas cabeças pensam melhor do que uma só, a questão do relacionamento, a questão de se ter parcerias, principalmente no que tange ao trabalho, de se efetivamente tendo essas participações, você participando, outras pessoas participando, as pessoas participando juntamente contigo as relações de trabalho e as convivências são muito mais fáceis. Você acaba muitas vezes podendo expressar os teus problemas para as pessoas poderem te ajudar, e sentir e vice e versa também.

L.Cml - Acho que isso é muito bom, traz conhecimento, as pessoas conhecem a gente, sabem o trabalho que a gente faz dentro da comunidade [...] traz conhecimento, nova amizades, conhecimento profissional e pessoal, a gente pode dizer faz uma faculdade lá dentro na *(associação)* e, mas volto ainda a estar entrosado com a comunidade, a gente se entrosa com a comunidade, tem acesso às vezes assim a locais que não tem às vezes uma abertura pública. Lá abre espaço, abre o caminho [...] assim que você também não está ligado num foco só, só no seu trabalho, você está ligado num todo dentro do município e você busca isso, busca informação, quando você tem informação de qualquer parte, tanto de parte do governo [...] dentro do grupo a gente conversa, a gente dá idéia, a gente faz debate,

dá soluções, busca soluções, dá sugestões [...] a gente aprende muito e a gente não fica só naquele trabalho, se envolve muito [...] E a gente se torna uma pessoa mais responsável.

L.Ind – [...] apesar de não ser um trabalho remunerado ainda [...]o trabalho por estar na diretoria da associação (*de classe*) é voluntário. Então [...] grande parte é o conhecimento adquirido, fazendo parte de uma entidade representativa de toda uma classe [...] a gente está representando, praticamente representando todas as atividades produtivas do município. Então é um aprendizado que tu tem, uma bagagem que tu carrega isso aí. É uma satisfação pessoal poder participar ativamente de todos os projetos, de campanhas, de participar ativamente do funcionamento da sociedade não-me-toquense como um todo. E tu tem uma série de vantagens, tu tem acesso ao poder público, tu tem acesso ao poder político, tem acesso a segurança, tu tem, tu quer falar com o Prefeito ele já sabe quem você é, não precisa nem marcar reunião. Tu quer chegar na Câmara de Vereadores tratar um assunto, discutir, colocar [...] é tudo isso é resultado de um trabalho voluntário. Então eu acho que é uma satisfação pessoal muito grande em tudo [...] E tu passa a ser conhecido das pessoas, das autoridades, do comando do município, tu passa a ser uma pessoa conhecida. [...] E aí a responsabilidade pelo que tu representa. Tudo isso se houver realizações. Se não houver realizações tu passa despercebido.

Sobressai-se nas respostas o ganho pessoal proveniente do envolvimento em associações. A aquisição de conhecimento, a aprendizagem e o reconhecimento por se estar realizando ações em benefício do coletivo, e, sobretudo, a consciência da responsabilidade compromete quem se insere nas ações grupais. Responsabilidade, inclusive, em se evitar o oportunismo, tão característico das ações coletivas, pois isso representaria ver-se desacreditado socialmente, ter maculada a imagem criada nas realizações coletivas empreendidas junto ao grupo que representa. A confiança, segundo Putnam (2005) promove a cooperação e um nível muito elevado dessa numa comunidade leva à acumulação maior de capital social gerando um círculo virtuoso de disseminação de confiança por meio da cadeia de relações sociais dos indivíduos.

Ao responderem à questão *CS1.4* sobre *ajuda entre os colegas do grupo* obteve-se as seguintes observações:

L.Agr - Quando nós fazemos a reunião da diretoria praticamente todos os diretores estão na reunião, mas fora isso é bastante escasso o tempo que eles têm, então eles se dedicam menos, mas quando precisar tem o apoio deles, quando precisar para tomar decisões, eu tenho o apoio deles [...] eu sei que tenho esse apoio. A mesma coisa acontece na associação (*étnica*) [...] muitas vezes parece que não tem apoio, mas na hora do aperto tem. [...] quando começa a apertar há apoio existe. (*Com relação aos não associados*) nós também sabemos na hora que precisarmos deles, mesmo não sendo associado, eles apóiam.

P.Pbl – [...] ajudariam, acho que sim, até porque é uma coisa que eu noto bastante as pessoas que se associam e trabalham em conjunto elas têm essa característica de umas ajudarem as outras, em determinados momentos, por diferente motivos, mas é uma característica. Eu vejo assim que as pessoas que não tem essa característica elas tem um pouco mais de dificuldade inclusive de ajudar os outros. Nos grupos em que

a gente participa ou já participou eu vejo forte essa característica, está muito presente.

Fica evidenciada nas respostas a confiança que os membros de um grupo têm uns nos outros. Embora possa nas ações cotidianas haver sobrecarga de trabalho sobre os dirigentes quando se necessita do apoio de todos, forças se unem. Essa mobilização é decorrente do sentimento de pertença, da certeza que é preciso contribuir para que o objetivo comum buscado pelo grupo ocorra. Claro, que também fica evidenciado o dilema de ação coletiva, pois sempre haverá membros que compreendendo que serão abrangidos pelo resultado final mesmo que em nada contribuam não se empenharão no trabalho coletivo. Em grupos fechados a probabilidade desses membros serem excluídos é observável. Noutros, em que há representação de uma categoria, como o grupo do respondente L.Agr, a expulsão não é possível, pois o produzido normalmente toma a forma de bem público, entretanto, para não desestimular os participantes ativos criam-se bonificações que os distingam dos não participantes.

Nas falas dos entrevistados que representam associações de classe (L.Cml, L.Ind, L.Agr) a preocupação com os não participantes não tem relação somente com um aproveitamento mais qualitativo das ações promovidas pelo grupo, mas sim que mantendo-se excluídos comprometem seu crescimento individual e a sua competitividade no mercado.

A questão *CS1.5* em que a pergunta era sobre *a contribuição dos grupos para melhoria da sociedade de Não-Me-Toque*, foi respondido:

L.Agr – [...] automaticamente através do sindicato, inclusive também através da associação (*étnica*) nós temos muito contato com outras entidades e nós temos muito contato também com o poder público em Não-Me-Toque. Ah, o que posso dizer do nosso sindicato e de outros sindicatos [...] também sempre estão apoiando, nós sempre estamos apoiando o crescimento do município, o crescimento que é importante. Fazemos parte também junto com outras entidades do conselho da agricultura [...]. Através desses conselhos nós temos a oportunidade também de apoiar, e isso acontece em conjunto com outras entidades que também fazem parte. [...] sempre temos contatos com as maiores empresas da cidade, [...] conhecemos bem os proprietários e conhecemos bem aqueles que administram estas empresas. Estão sempre em contato, e se fica conhecendo melhor as empresas e automaticamente tem mais possibilidade de apoiar. Nós estamos apoiando eles e eles também estão nos apoiando.

Na fala de todos os entrevistados, implícita ou explicitamente, ficou demonstrada a existência de interação entre diferentes grupos e do trabalho conjunto de instituições públicas e privadas com propósitos específicos de contribuir para a melhoria do bem estar social da

comunidade e de perseguir projetos individuais representativo de categorias ou de grupos e que contribuem na sua essência para o desenvolvimento da coletividade. É uma realidade no município a interação entre grupos em prol de objetivos comuns e isso reforça a presença de capital social nessa comunidade. Numa comunidade os cidadãos são atuantes e imbuídos de espírito público, estão envoltos numa estrutura social firmada na confiança e na colaboração, e se mantêm unidos por relações horizontais de reciprocidade e cooperação (PUTNAM, 2005), fato esse verificado em Não-Me-Toque.

Como observações à questão *CSI.6* quando inquirido sobre *como as decisões são tomadas nos grupos* foi respondido:

L.Agr - No sindicato eu tomo todas as decisões, praticamente através da diretoria, através dos diretores [...] e mais o conselho fiscal [...] e em alguns casos até é obrigatório, é através da assembléia geral. Mas em princípio, todos os outros assuntos estão sendo decididos pela diretoria. No caso da associação (*étnica*) praticamente a diretoria que decide as ações que devem ser feitas.

Essa fala é ilustrativa da opinião de todos os entrevistados, as decisões são tomadas dentro da diretoria, ou seja, colegiadamente. Seja na área privada ou na pública as decisões passam por discussões em grupos, confrontações de informações, conhecimentos e opiniões são compartilhadas para que se chegue a acordos mais adequados para o negócio, para o grupo, para a coletividade. E o apoio dos demais participantes do grupo ou da municipalidade às decisões tomadas reforça a legitimidade da representação, denotando a potencialidade da instituição e concedendo ao grupo e a seus membros uma contribuição relativa dentro do projeto coletivo de desenvolvimento local. Para Putnam (2005, p.24), “o desempenho prático das instituições é moldado pelo contexto social em que elas atuam. As instituições são mecanismos para alcançar propósitos, não apenas para alcançar acordos”.

Em resposta a questão *CSI.7* sobre *a interação entre os grupos* as seguintes falas são representativas:

P.Pbl – Interagem, até porque acaba por ser cidade pequena, então acaba muitas vezes esses grupos, as pessoas desses grupos por mais diversos que sejam são muitas vezes as mesmas. Então eu acho que é uma característica sim. Como eu falei, as pessoas que realmente se envolvem nesses grupos são pessoas têm uma visão diferente, são mais abertas a ajudar, a desenvolver, e se realmente precisar pode também criticar certa ação, elas têm essa liberdade. Então, eu vejo que é assim, entre as pessoas, e entre grupos também interagem entre si [...] Um exemplo típico [...] a gente tem empresas distintas [...] onde as duas são parceiras financiando cursos de capacitação para futuros alunos e se unem por um objetivo comum, isso é característico das pessoas. Não a empresa ou a instituição que vai fazer isso, é a pessoa que está no comando. [...] Existe diferença [...], mas [...] quando o fim é

comum elas trabalham perfeitamente, temos um exemplo típico [...] na feira aqui onde as etnias assumiram toda a praça de alimentação e trabalharam de forma conjunta, num caixa único, todos trabalhando da mesma maneira, indiferente da etnia, da origem, isso, quer dizer, bem tranquilo.

Fica evidenciado na fala em destaque o caráter personalíssimo das relações. A interação entre grupos não se dá entre instituições simplesmente, mas entre seus membros. São indivíduos que formam grupos, são eles que tomam decisões de ação e reação. É o seu trabalho que imprime legitimidade institucional, sendo, enfim, o elo principal do desenvolvimento de uma comunidade. Individualmente é a força de vontade, o desprendimento, o sentimento de pertença, a responsabilidade pelo bem comum que impulsiona a participações coletivas. Coletivamente é a consolidação de um estoque representativo de capital social a ser usado como um recurso produtivo a ações desenvolvimentistas. Numa comunidade cívica os cidadãos procedem corretamente uns com os outros e esperam receber em troca o mesmo tratamento, há expectativa de que os outros provavelmente seguirão as regras e assim, o mais provável é que o cidadão faça o mesmo, satisfazendo assim as expectativas de todos (PUTNAM, 2005).

Por fim, em resposta a última questão (CS1.8) da dimensão grupos e redes da análise do capital social buscou-se saber se os respondentes *tem amigos próximos em quem podem confiar, pedir ajuda*. As respostas foram:

L.Agr – Temos sim. Tenho. Tenho. Temos. Temos sim. [...] Tranquilamente.

P.Pbl – Com certeza, com certeza acho que isso a gente tem e muito. Isso é muito presente. A gente brinca e fala aquela história lá que você é mais meu amigo que meu próprio irmão, coisa assim nesse sentido, eu tenho isso presente [...] É [...] às vezes a gente até se sente melhor em dividir algum problema, alguma frustração ou até uma necessidade com outras pessoas do que não da família.

E.Ind – Com certeza, com certeza. Porque, isso, a vida é mais ou menos que nem os funcionários, tu conhece ele quando tu, amigo realmente quando precisa.

Inequivocamente percebe-se que a participação em grupos e o sentimento de pertença promovem a confiança nas relações, impulsionando a reciprocidade mútua, a certeza que sempre haverá um apoio, uma ajuda, uma orientação. O bem estar individual dentro de uma sociedade também é concebido pela rede de relacionamentos que os indivíduos mantêm e o quanto eles podem confiar uns nos outros.

6.2 Confiança e solidariedade

CS2 - *Confiança e*

Solidariedade

Analisar a relação de confiança entre membros da comunidade, amigos, estranhos, instituições.

Esta segunda dimensão analisa a presença do capital social junto a lideranças do município de Não-Me-Toque e verifica a confiança de forma ampla, ou seja, segundo o modelo QI-MCS, até que ponto as pessoas confiam de uma forma geral e específica. Confiança é um conceito que pode ter significados diversos para diferentes pessoas, assim para se ter maior consistência deve-se também analisá-la comparativamente com outros indicadores como cultura, valores, fatores geográficos e sócio-econômicos (GROOTAER *et al*, 2003). Todas as sociedades possuem algum grau de capital social, as diferenças centram-se na qualidade das normas cooperativas, na reciprocidade, na honestidade que podem ser comuns a números limitados de [indivíduos](#) e não experimentado por [todos](#) dentro da mesma comunidade (FUKUYAMA, 2000).

A análise das falas dos entrevistados foi contextualizada também na observância da formação histórica do município. A colonização é um dos elementos indicados pelos próprios entrevistados como um fator condicionante do maior ou menor grau de confiança entre as pessoas. Para Hofstede (2003), um indivíduo comporta-se em conformidade com a forma com que foi educado, transportando consigo um indelével padrão de comportamento, pensamento e sentimento, provindos da cultura adquirida em seu ambiente social e que se [apresentam](#) nas atividades simples e ordinárias da vida. É latente, portanto, a influência da cultura dos colonizadores sobre o comportamento dos habitantes não-me-toquenses, representados nessa pesquisa pelas suas lideranças.

A confiança individual é um subproduto das relações cooperativas que as pessoas têm umas com as outras e, assim, para se compreender os valores e laços de confiança que unem os indivíduos numa comunidade é preciso perguntar diretamente se é possível confiar na maioria [dos indivíduos](#) ou quando se lida com [eles](#) se todo o cuidado é pouco (FUKUYAMA, 2000).

Analisando à questão *CS2.1* em que foi perguntado *você confia nas pessoas*, as respostas obtidas foram:

L.Agr – Eu sempre confiei nas pessoas, até que quando acontece alguma coisa, quando perdem a confiança também é muito difícil recuperar [...] Mas, em princípio, confio nas pessoas.

P.Pbl – Eu, na realidade assim, eu ainda hoje eu confio nas outras pessoas, claro que a gente vive cada vez mais situações que levam ao contrário, mas eu ainda confio nas pessoas, sim [...] eu prefiro confiar na pessoa do que já tachar ela [...] Acho que as pessoas ainda são o diferencial que nós temos.

E.Ind – [...] pela vivência que a gente tem, que a gente aprendeu muita coisa que tem que confiar desconfiando. Você não pode trazer alguém para dentro de casa como fosse se alguém da família se não tiver certeza. [...] Nunca sabe onde vai a ganância da pessoa. A gente com o tempo, a gente aprende a cuidar, tu está na defensiva, eu estou na defensiva, você está na defensiva também, isso não só em termo de dinheiro, isso falando no contexto geral. Então tem, a gente confia? Confia, mas eu acho que tudo tem limite.

Analisando as falas dos respondentes e considerando as observações e pensamentos expostos ao longo das conversações, sobressai-se um sentimento maior de confiança nos indivíduos, na situação atual do município e na perspectiva do futuro. E a união sempre verificada entre os membros da comunidade corresponde a um dos pilares que sustenta o desenvolvimento local. Segundo Putnam (2005) para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante que o capital físico e humano e a confiança e a cooperação voluntária são mais fáceis de serem encontradas numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social, pois esse facilita a cooperação espontânea.

Com relação à questão CS2.2 respondendo se *as pessoas de Não-Me-Toque são confiáveis* observou-se:

P.Pbl – São. [...] Eu acredito que um pouco é a própria formação, da característica da formação, da própria miscigenação. De vinda, por exemplo, de europeus, de mundos diferentes, isso é muito presente. A questão, digamos assim não desfazendo os outros, mas tem um pouco essa característica do povo europeu ser pessoas mais sérias [...] eu acho pelo fato de Não-Me-Toque ser uma cidade ainda pequena, então as pessoas se conhecem, embora se você não é confiável para (*referiu-se a si mesmo como exemplo*) várias pessoas vão saber que você não é confiável para ela, então isso é muito característico de cidades pequenas, existe essa questão do contato, da relação pessoal, isso fortalece cada vez mais essa questão de realmente pode confiar.

Fatores que podem justificar o grau elevado de confiança percebido entre os cidadãos do município são percebidos pelo entrevistado P.Pbl e é emblemática sua constatação, pois se trata também de um ponto de vista coletivo, uma vez que representa nessa pesquisa o setor público o qual foca o bem estar social de toda uma comunidade. Ser uma cidade ainda pequena, em que relações pessoais são significativas e onde a influência da cultura colonizadora, principalmente a européia, molda valores e instituições podem ser justificativas

ao volume do estoque de capital social local. A vida institucional da comunidade foi moldada ao longo de sua história e as condições de capital social verificadas hoje na comunidade foram geradas por várias gerações que formaram as instituições cujos efeitos são percebidos claramente sobre a cultura e o comportamento dos cidadãos (PUTNAM, 2005).

Ao responder a questão CS2.3 onde foi perguntado *se colaboração em projetos coletivos mesmo que não haja benefício pessoal direto* observou-se:

L.Agr - Pega junto. Voluntária. Inclusive, muitas ações que estão sendo feitas aqui, nós sabemos de muitas ações anônimas, é para ajudar entidades que precisam de recursos e isto está acontecendo a cada ano, a cada volta e meia que tem campanhas que tem isso que tem aquilo para ajudar essas entidades ou de vez em quando pessoas também,

A fala acima é representativa de todos os demais entrevistados acerca da voluntariedade de ações em prol de interesses coletivos. É parte da sociedade não-metropolitana o envolvimento em projetos de interesse coletivo e a participação [dos indivíduos](#) varia de acordo com seu interesse e disponibilidade. Em entidades sociais há colaboração direta através de trabalhos voluntários e indireta com doações anônimas de recursos financeiros. É de reconhecimento público essa situação e conta com o incentivo de toda a sociedade.

A confiança é um fator imprescindível para que [os indivíduos](#) participem de grupos da sociedade civil, trabalhando conjuntamente. Confiando que manterão os compromissos assumidos, que respeitem as normas de reciprocidade e que evitem comportamentos oportunistas os grupos formados estarão mais aptos a atingirem fins comuns de forma eficiente. A confiança não é uma virtude moral, mas um subproduto da virtude. Cresce quando [os indivíduos](#) compartilham normas de honestidade e de reciprocidade e cooperam [uns com os outros](#) (FUKUYAMA, 2000)

6.3 Ação coletiva e cooperação

CS3 - Ação Coletiva e
Cooperação

Analisar como [se apresenta](#) o trabalho coletivo em projetos comuns e/ou em resposta a crises.

A terceira dimensão que investiga o capital social no município de Não-Me-Toque verificou como a ação coletiva e a cooperação se apresentam. A ação coletiva ocorrerá mediante um nível significativo de capital social disponível numa comunidade e que se encontra representado por atividades comuns organizadas para a construção, manutenção e prestação de serviços públicos (GROOTAER *et al*, 2003). A cooperação em ações coletivas está condicionada a interesses individuais para a realização do bem público. Um estoque significativo de capital social incentivará a reciprocidade e minimizará os riscos do oportunismo, contribuindo para que projetos de interesses comuns sejam eficientemente desempenhados e que os seus benefícios sejam tal que reduzam substancialmente os custos de transação, um dos elementos analisados pelo indivíduo para optar ou não pela cooperação.

Respondendo à questão CS3.1 sobre a *contribuição voluntária em objetivos comuns, mesmo que de forma anônima*, as posições foram:

L.Agr – [...] algumas entidades (*cita alguns nomes*) a comunidade de Não-Me-Toque felizmente está apoiando sempre [...] sempre tem grupos ou pessoas, ou grupos ou organizações que também se dedicam, que empresas que apóiam essas entidades. [...] Nas entidades de Não-Me-Toque que lidam com crianças especiais ou com crianças nas creches nesses lugares tem hoje (*se refere ao mês de dezembro*) comida sobrando porque foi arrecadado tanto que sobrou e bastante.

P.Pbl – [...] hoje é assim, nós temos puxado principalmente pelas empresas onde se fazem várias ações, trabalhos de maneira voluntária, mesmo financeiramente. As ações sendo sérias e os motivos sendo os mais justos as pessoas têm essa característica, dentro das suas necessidades de poder atender outras pessoa, dentro de seus potenciais de poder atender. Claro que também pela própria formação da origem européia, não tem o hábito aqui de se rasgar dinheiro como se diz, mas pode ajudar sempre, são vários os exemplos, que, as entidades, por exemplo, aqui são mantidas por pessoas que não visam fins lucrativos, são pessoas voluntárias que assumem (*cita alguns nomes*) são várias entidades em que as pessoas realmente fazem isso de coração. Claro que sempre existe campanha de arrecadação, até porque quem está lá dentro sabe a real necessidade, mas as doações acontecem muito de forma voluntária sempre.

L.Cml – Depende da pessoa, sim. Tem pessoas, sim. Tem vários empresários, tem empresários aí, conheço muitos empresários que faz isso. [...] Sim, tem [...] Sim, bastante [...] Não gostam de aparece. Tem empresas também que eles fazem suas doações voluntárias, dependendo até para entidades aí, às vezes até para pessoas com dificuldade, mas não quer que apareça o que faz, não quer que apareça o nome.

L.Ind – Sim, tem; [...] Bastante.

E.Ind – Tem, tem algumas pessoas que, acredito que sim. [...] Tem muita gente que trabalha, que está sempre na Apae, no asilo, em igreja, que gostam, precisam desse tipo de gente.

O voluntariado é uma característica importante na comunidade não-me-toquense, percebida como necessária e admirada pelos cidadãos. Essa condição impacta no bem estar

coletivo, melhorando as condições sociais ao socorrerem, mesmo anonimamente, com recursos financeiros e de mão de obra, às necessidades de grupos ou indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social. E o próprio capital social possibilita a criação e a sustentação de laços voluntários que permitem a ação coletiva entre grupos de pessoas para realização de objetivos comuns utilitários ou sublimes (FUKUYAMA, 2000).

Quanto ao perguntado na questão CS3.2 acerca *cooperação voluntária diante de uma grande calamidade que acomete-se à cidade* os posicionamentos foram:

L.Agr – Quando acontece uma coisa que é menos grave daí o pessoal fica meio olhando, mas quando é grave o pessoal ajuda. Tenha absoluta certeza que acontecendo um desastre aqui na nossa cidade, no nosso município, todo mundo vai ajudar [...] Mas quando acontece um desastre grande eu tenho certeza que Não-Me-Toque está junto, todo mundo pega junto.

P.Pbl – Ajuda, ajuda. Isso é bem tranquilo, as pessoas se mobilizam, ajudam [...] as pessoas não medem esforços para ajudar. Isso é bem presente.

L.Cml – Eu acho que a maioria [...] quando tem que ajudar, muitos ajudam, sim, muito voluntário [...] Mas tem aqueles que sempre vão esperar pela Prefeitura: ou a Prefeitura não fez, não ajudou [...] se precisar o pessoal é voluntário aqui.

E.Ind – Eu acredito que sim [...] mas com certeza ajuda, com certeza sempre houve alguma coisa o pessoal se ajuda, todo junto.

Novamente na fala dos respondentes fica clara a certeza da cooperação dos membros da comunidade diante de acontecimentos severos e que atingiriam a todos. Oportunismos são esperados, porém a certeza da cooperação plena suplanta intenções particulares daqueles que se mantêm afastados do problema à espera dos benefícios gerados pelo bem coletivo mesmo não tendo participado de sua elaboração. A confiança é um subproduto vital das normas sociais cooperativas que constituem o capital social, quando os indivíduos mantêm seus compromissos, respeitam as normas de reciprocidade e evitam comportamentos oportunistas, os grupos se formam mais facilmente e alcançam os fins comuns com mais eficiência (FUKUYAMA, 2000).

6.4 Informação e comunicação

CS4 - *Informação e
Comunicação*

Analisar os meios pelos quais o indivíduo recebe informações relativas ao mercado e a comunidade.

A comunicação é a essência das relações pessoais. Uma sociedade estruturada em torno da informação tende a produzir liberdade e igualdade (FUKUYAMA, 2000), mantendo elevado o estoque de capital social em razão do acompanhamento de assuntos de interesse coletivo veiculados na imprensa e em outras fontes informativas, e envolvendo-se politicamente em ações comunitárias. Para Putnam (2005, p. 111), “nas regiões mais cívicas os cidadãos participam ativamente de todo tipo de associações locais. Acompanham com interesse os assuntos cívicos veiculados na imprensa local e envolvem-se na política por nutrirem convicções programáticas”. A informação torna o indivíduo mais apto a cooperar e a estreitar laços de confiança e reciprocidade reforçando o capital social. E a aquisição de informação mantém uma relação direta com a cultura e as oportunidades de escolaridade a que os cidadãos estão vinculados e que também são reforçadas por políticas e ações de instituições locais.

Perguntados na questão *CS4.1* acerca de *como se mantêm informados*, os respondentes comentaram:

L.Agr – A maior informação hoje, eu acho que é quase tudo através da internet. Nós acessamos a internet praticamente o dia todo e todas as novidades aparecem através da internet. Claro, isso tem os jornais, tem as revistas, que eu gosto de ler. Gosto de ler muito [...] todas as novidades nessa área bastante ampla em primeira mão chegam no sindicato. Então automaticamente ao abrir o computador, eu já pego as novidades do dia ou da hora.

P.Pbl – [...] através de jornais, de revistas, de email, até na própria internet, mas também muito uma questão das pessoas, de conversa, de interação, como sempre digo, a gente faz parte de associações e tem essa característica, então através desse contatos que a gente também procura se manter informado.

L.Cml – Informação pessoal, de empresa, leio jornal, a gente recebe muito jornal, mas tenho muitas informações com pessoas que às vezes têm influência, assim, diretores da empresa aqui, muitas vezes eu peço para eles: oh, como está a situação, tal aí?!, tal está o projeto?!. O próprio poder público tem informação, mas outras informações é de toda a área quando eu preciso.

E.Ind – Jornal, jornal e principalmente telejornal. Jornal [...] rádio.

Nas observações dos entrevistados a informação é a o suporte de seu cotidiano. As fontes são as mais variadas. O compartilhamento de informações contribui para ser ter uma visão mais contextualizada da vida comunitária e que permitiria por meio de correlações com informações extraídas de fontes impessoais compreender o ambiente local e o entorno com mais clareza, o que possibilita estabelecer estratégias e ações sustentadas no interesses pessoais e coletivos para ações presentes e futuras.

6.5 Coesão e inclusão social

CS5 – *Coesão e Inclusão Social*

Analisar as formas cotidianas de interação social.

A quinta dimensão de capital social analisada junto a lideranças não-me-toquense investigou o sentimento de comunhão e unidade dentro da comunidade. A interação entre as pessoas permite compreender o grau de sociabilidade de cada indivíduo que a tornaria mais propensa a participar de eventos comunitários, frequentar espaços públicos, visitar e receber amigos. Interações sociais cotidianas é uma manifestação positiva e evidencia um alto grau de capital social numa comunidade (GROOTAER *et al*, 2003).

Respondendo a CS5.1 quando perguntados sobre *interage socialmente recebendo e visitando amigos, saindo publicamente* as respostas foram:

E.Ind – eu sempre tenho alguma atividade [...] mas a gente (*se referindo à esposa também*) tem uma atividade, um relacionamento com os vizinhos, relacionamento com a família.

A fala acima é ilustrativa e um recorte da manifestação de todos os entrevistados que afirmaram que mantêm relações sociais participando em eventos sociais público ou reservados. Esse posicionamento pessoal reforça a vivência comunitária das lideranças e o envolvimento com todas as manifestações sociais promovidas pela sociedade com os mais diversos propósitos. A interação social com a finalidade de lazer reforça a natureza de sociabilidade do indivíduo e incrementa o capital social à medida que estreitam laços de confiança.

6.6 Autoridade e ação política

CS6 - *Autoridade e Ação Política*

Analisar a capacidade dos membros de um grupo ou comunidade de influenciar em eventos locais como respostas a políticas mais amplas.

A última dimensão analisada junto às lideranças de Não-Me-Toque para se compreender a presença do capital social na comunidade versou sobre a capacidade das pessoas em tomar parte, influenciar e se responsabilizar pelas instituições que afetam suas vidas, diante da tomada de decisão em atividades cotidianas que podem mudar o curso da vida dos indivíduos (GROOTAER *et al*, 2003). Numa comunidade democrática os seus cidadãos têm o direito de recorrer ao governo na esperança de alcançar algum objetivo particular ou coletivo, pois um bom governo é caracterizado por quão bem ele serve ao interesse comum (PUTNAM, 2005).

A questão CS6.1 inquiria se *cidadãos costumam reunir-se para propor ao governo ações que beneficiem a comunidade* e teve como resposta:

P.Pbl – [...] geralmente as pessoas ainda têm o hábito de pedir coisas individuais, mas a gente tem hoje, nós temos uma característica, o próprio governo criou isso, do município ir ao bairro, ir à localidade, então aí sim as pessoas se reúnem e aí se trabalha para fins comuns, [...] nós tomamos a liberdade de ir lá, a administração [...] a pensar mais no coletivo [...] e ultimamente está se criando essa cultura, as pessoas virem por causa de uma necessidade comum e reivindicarem coisa para a cidade em detrimento a particular que muitas vezes a solução está na própria pessoa e não em terceiros [...] na verdade, o governo anterior [...] é uma sequência, nós estamos numa sequência, então aos poucos está sendo implantado.

E.Ind – Hoje nós temos o Senai aqui formando bastante mão de obra [...] foi da união das empresas de Não-Me-Toque [...] mas sempre que foi preciso alguma coisa o pessoal tem se unido.

L.Ind – Nós conseguimos entrar pelas entidades, mas a população em si, ela se organizar e fazer uma reivindicação em si, em conjunto, num grande grupo não acontece não.

Percebe-se na fala dos entrevistados que os cidadãos isoladamente não se mobilizam para propor ações coletivas. Há representatividade civil por meio de entidades de classe e empresariais, sindicatos, grupos étnicos, ou seja, propostas via instituições formais. O governo local, conforme comentado pelo entrevistado P.Pbl, está incentivando a participação coletiva nas proposições de projetos indo junto ao público para ouvir suas reivindicações. Essa atitude contribui para a democracia, elevando a qualidade cívica da comunidade e levando o cidadão comum a deixar seu interesse particular em segundo plano consciente de que indiretamente será beneficiado pelo ganho coletivo, pois para Putnam (2005, p.81), “mantidas as demais condições, um governo mais bem informado sobre os eleitores e seus problemas pode servi-lo de modo mais eficaz”.

Com relação à questão CS6.2 onde foi perguntado sobre o *engajamento político em ações de interesse coletivo*, respondeu-se:

L.Agr – Na associação, como em todas as outras entidades étnicas que existe em Não-Me-Toque tem muitos bons contatos com o poder público e praticamente todos os assuntos deles passam pela prefeitura, pelo poder público para ter ou apoio ou a licença da própria prefeitura. Eu estou vendo que todos as etnias trabalhamos juntos com o poder público se consegue muito mais, mas isso também sempre aconteceu em Não-Me-Toque. As etnias não olhavam quem está no poder no município, mas sempre quem está no poder tem apoio das etnias e as etnias até agora sempre tem apoio de qualquer prefeito ou vice prefeito ou presidente da câmara que estava no poder aqui na nossa cidade. Eu acho muito interessante a política partidária tem que ficar fora das organizações e isto aqui aconteceu sempre desde que eu sei, como não acontece em alguns outros lugares.

P.Pbl – [...] as pessoas não consideram, por exemplo, que uma associação dessas é forma de se fazer política. Existe essa questão: ah, quando é política, ela sempre é partidária, mas existe sim esse reconhecimento que a junção de esforços faz com que a união efetivamente aconteça. Isto está, por exemplo, no nosso curso de agricultura de precisão que é inédito no Brasil. Uma junção de sócios (*de empresas locais*) que foram, um convencimento mútuo que nós fizemos e aí uma participação muito forte dos empresários, da Administração, as pessoas da cidade, no sentido de convencer várias entidades para acontecer, o próprio MEC.

Ao longo de todas as entrevistas é possível observar o envolvimento político de todos os setores da comunidade não-me-toquense. Há uma conjunção de esforços na concretização de projetos de interesse comum quando percebidos como efetivamente importantes para a comunidade. E a postura apartidária do governo local ao contribuir com os mais diferentes segmentos sociais e econômicos para realização de seus interesses permite elevação da confiança na instituição e incentiva o comprometimento generalizado da população em prol do bem comum. “O desempenho de um governo regional está de algum modo estreitamente relacionado com o caráter cívico da vida social e política da região. As regiões onde há muitas associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes” (PUTNAM, 2005, p. 113).

A questão CS6.3 que perguntava se as *autoridades locais valorizavam a opinião pública na tomada de decisão em ações e projetos de interesse coletivo* ouviu-se como resposta:

L.Cml – [...] tem problema partidário, depende, as pessoas mais antigas são muito, seguem muito a regra, mas acho que ultimamente assim eles estão mais flexíveis [...] eles estão chegando a consensos.

A confiança dos respondentes na participação e no apoio do governo em ações particulares das instituições e organizações que representam, assim como na compreensão de que esses interesses, à princípio individuais, tem reflexo na comunidade como um todo e é observável a cada momento das entrevistas. A comunidade não-me-toquense é considerada

como um todo, público e privado comungando de um interesse maior que é o desenvolvimento do município e o fortalecimento do bem estar social.

6.7 Capital social e Não-Me-Toque

No Quadro 7 reproduz [um resumo](#) das conclusões observadas ao longo das entrevistas com as lideranças políticas e econômicas de Não-Me-Toque em relação a cada uma das dimensões de capital social.

CAPITAL SOCIAL	
Dimensões	Análise Geral
1. <i>Grupos e Redes</i>	Cada um dos cinco entrevistados participa ativamente em organizações sociais e de representação setorial, contribuindo ora como líder, ora como participante ou contribuinte e os benefícios percebidos compreendem um forte sentimento de pertencimento, um reconhecimento por estar fazendo algo importante para a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade.
2. <i>Confiança e Solidariedade</i>	Todos os entrevistados apresentam elevado grau de confiança nas instituições e na comunidade. Esses colaboram voluntariamente em ações que beneficiassem a coletividade e percebem que os não-me-toquenses comungam dos mesmos sentimentos, porém tem consciência da presença de oportunismo, típico dilema de ação coletiva e do bem público, mesmo que não preponderante.
3. <i>Ação Coletiva e Cooperação</i>	Há um forte engajamento em ações que visem melhorias comuns independente de quem as proponha, pois a intenção que norteia cada um dos indivíduos e instituições é o ganho para a coletividade. Percebe-se, inclusive, a certeza de que sempre haverá união de todos em pleitos coletivos, principalmente os que visem a melhoria dos fatores produtivos locais que garantiriam uma melhora da competitividade e do bem estar social.
4. <i>Informação e Comunicação</i>	Em cada pronunciamento ficou clara a importância da informação e da comunicação como instrumentos de conhecimento e como forma eficiente para realização de estratégias e ações que incrementem a competitividade das instituições e dos indivíduos a estes coligados e da comunidade como um todo. A informação é algo compartilhado, pois há sempre um interesse em beneficiar o coletivo por meios das ações individuais cotidianas.
5. <i>Coesão e Inclusão Social</i>	Todos os entrevistados mantêm relações com os mais diferentes grupos dentro da comunidade e, principalmente, com seus pares setoriais para discutirem questões que beneficiem os participantes do grupo e como podem contribuir para com a sociedade não-me-toquense.
6. <i>Autoridade e Ação Política</i>	Quando as reivindicações são autênticas e beneficiam direta ou indiretamente a comunidade há um engajamento do governo na proposição das ações necessárias para efetivar o pleito. O governo, as instituições e os cidadãos mostram-se receptivos a lutarem conjuntamente para envidar ganhos coletivos e que podem beneficiar também interesses individuais.

Quadro 7 – Quadro-resumo: dimensões do capital social [das lideranças do Município de Não-Me-Toque](#)

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho

A presença de capital social no município de Não-Me-Toque fica evidenciada nas palavras e nos testemunhos das lideranças entrevistadas. O volume de seu estoque percebe-se elevado em razão da qualidade das ações sociais e de desenvolvimento econômico que

emergem da comunidade criando condições propícias para a realização de ações coletivas e geração de riqueza a todos os cidadãos.

Há, certamente, a presença de fatores que se constituem em dilemas à ação coletiva, como o oportunismo que ficou evidenciado nas observações dos representantes de associações empresariais quando comentaram acerca dos benefícios que todos os membros da categoria recebem tendo ou não contribuído para o resultado. Esses problemas afetam a eficácia plena dos resultados, entretanto, não impede que os atores ativos e comprometidos desenvolvam adequadamente suas funções e objetivem o ganho coletivo conjuntamente com os benefícios individuais advindos de suas participações comunitárias.

6.8 Atores

<p>DR1 – <i>Atores</i></p> <p>Individuais Corporativos Coletivos Ethos</p>	<p>Classificar os agentes do desenvolvimento em categorias (individual, corporativa, coletiva) e determinar o conjunto de condutas (ethos) dos atores identificando lealdade ao local e a regionalidade (grau de provincianismo) das demandas dos diferentes setores e a capacidade de articular lógicas coletivas.</p>
--	---

Os atores ou agentes do desenvolvimento são classificados por Boisier (1996) como individuais os que correspondem a membros da sociedade civil que ocupam posições de poder e influência. Como corporativos os identificados por agremiações, sindicatos, associações comerciais, todos juridicamente estruturados. E como atores coletivos os representados pelos movimentos sociais regionais. Para compreender mais profundamente o papel desses atores no processo de desenvolvimento local é necessário determinar o *ethos* de cada categoria, ou seja, o conjunto de características que orientam a conduta de cada ator, analisando a lealdade desse com o lugar e o grau de provincianismo das demandas dos diferentes setores e a capacidade de articular lógicas coletivas, determinando, dessa forma, a existência de empresários regionais.

Para compreender o *ethos* dos atores do desenvolvimento de Não-Me-Toque as respostas a questão *DR1.1* que perguntava *a importância de cidade para fixas empreendimentos* foram:

P.Pbl – [...] não digo que a gente está rejeitando empresas, até porque não se pode fazer isso, mas hoje o município está podendo se dar ao luxo de escolher um pouco, até porque existe uma prioridade de atender quem já está instalado. Existe um crescimento dessas empresas, porque mesmo com o crescimento das maiores, os sistemistas, as menores empresas crescem junto. Estão crescendo também, o município também precisa ter esse cuidado, não pode só pensar em trazer e não dar suporte para o que tem. [...] Mas eu acho que um pouco também disso é em função de que as empresas cresceram, elas foram, elas são ainda empresas familiares, que existe uma sucessão, e essas empresas elas cresceram, começaram do zero e estão crescendo. [...] fábrica de tratores Stara ter ficado, pode ter certeza absoluta que muito disso influenciou o fato da empresa ser daqui do município, criada aqui e que está aqui a 51 anos. Quer dizer, existe uma história. [...] Fica uma obrigação, uma prestação de serviços, uma prestação perante a comunidade dizendo: bom, nós somos daqui, nós continuamos aqui, nós queremos continuar sendo daqui.

L.Cml – [...] a cultura que a colonização que tiveram Não-Me-Toque, tanto a alemã, como a holandesa e a italiana, que são as mais fortes, mas a holandesa é a mais forte. Ela veio aqui e fez a transformação nessa comunidade. Eles mesmos, eles trabalharam muito mais, trabalharam mais que os outros, eles se dedicaram ao município. Eles começaram assim, eles chegaram e fizeram a transformação da agricultura primeiro.

Os trechos destacados acima exemplificam a importância do local para os respondentes, do agradecimento aos colonizadores e do trabalho desses para a implementação da cidade e de seu desenvolvimento. O sentimento de gratidão por pertencerem à comunidade não-me-toquense está implícito ao longo de todas as entrevistas e na posição que cada respondente se colocou de ser um partícipe ativo dessa sociedade ajudando-a a incrementar-se através de seu trabalho e colaboração.

O desenvolvimento é um processo de tomada de decisões complexas que são tomadas por pessoas humanas que ocupam determinadas posições numa comunidade e que detêm determinada cota de poder e que mantêm entre si relações de confiança e por vezes de desconfiança (BOISIER, 1997). É possível observar que as lideranças entrevistadas têm sob seu poder a responsabilidade de decidir acerca das instituições que representam e que impactam sobre a vida da comunidade e na forma como os empreendimentos são definidos e concretizados. Suas posturas foram moldadas pela cultura local e suas ações destinam-se a gerar ganhos individuais e coletivos.

As respostas a questão *DR1.2 sobre a realização de política sócio-ambientais nos empreendimentos que representam for*[am](#):

L.Agr – [...] através de entidades melhorar muito o meio ambiente no interior, porque antigamente [...] vasilhames de defensivos estavam sendo jogados um monte fora, e agora isso está tudo bem organizado, triplamente lavado, entregue. Então o produtor está cuidando, está cuidando na pulverização cada vez mais eficiente, com menos defensivos, o mínimo possível, por isso existe também a agricultura de

precisão para não jogar produto fora para fazer economia que é bom para o produtor para pagar menos, mas também para o meio ambiente, porque polui menos também.

P.Pbl – [...] a questão social, a gente tem procurado dentro das condições do município em cada vez atender mais [...] nossa Assistência Social hoje ela está a servindo de modelo para muitas cidades, inclusive maiores [...]E ambientalmente [...] nós temos a municipalização, acho que foi um dos primeiros municípios, inclusive, que aderiu a esse processo, para poder fazer essa parte ambiental [...] existe uma maneira de fiscalizar e nesse sentido as indústrias têm sido parceiras, elas têm procurado tratar o resíduo [...] as empresas na área de metal-mecânica elas estão muito conscientes hoje, nós fizemos um trabalho, o município abriu um processo em 2004 e a primeira área que nós trabalhamos especificamente foi a área metal-mecânica. [...] um alvará para uma empresa nova sem passar pelo Departamento do Meio Ambiente, para ver se precisa de licenciamento ou se ele está isento [...] aos poucos, gradativamente, as empresas instaladas estão se adequando.

L.Cml – [...] a gente fez em parceria com o Meio Ambiente do município esse ano o recolhimento de lixo, de lixos eletrônicos [...] as empresas que apoiaram [...] fizemos assim palestras, a gente consegue fazer parcerias, palestras no município para a comunidade, para os jovens, não só para o associado [...] e o ingresso é um quilo de alimento não perecível, isso a gente passa para as entidades, assistência social, que faz a distribuição. Então, essa é a parte social que a gente faz.

E.Ind – [...] a gente tem todo o cuidado, tanto é que hoje não tem como ser diferente, porque tem fiscalização, a gente tem de estar rigorosamente nas normas de separação de lixo, recolhimento de lixo, para cada tipo que a gente recolhe, há descarte [...] como está escrito tem de ser assim, mas não tem, a gente sempre teve essa preocupação.

A importância de políticas sócio-ambientais não está simplesmente no atendimento a questões regulamentares ou de apelo social, mas, sobretudo, numa visão de longo prazo para garantir a sustentabilidade das gerações futuras em ter condições de proverem suas necessidades a partir das riquezas naturais preservadas e na qualidade do bem-estar existente na comunidade. A prática dessas políticas também denota respeito aos cidadãos à medida que retornam à coletividade os benefícios dos recursos cedidos para a produção do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento sustentável depende também do empenho político (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988) e das ações individuais circunscritas aos empreendimentos dirigidos pelas lideranças entrevistadas, bem como dos projetos sócio-ambientais que envolvem a comunidade como um todo, enfatizando a preocupação coletiva em usufruir as riquezas naturais hoje, mas as preservando para que no futuro haja recursos produtivos disponíveis para continuar gerando desenvolvimento econômico e social.

6.9 Cultura

<p>DR2 - <i>Cultura</i></p> <p>Individualista e Competitiva Solidariedade e Cooperação Auto-referência</p>	<p>Analisar como os padrões de cultura do desenvolvimento se manifestam e estão combinados, uma vez que situações extremas não são comuns. Os padrões culturais observados são: a cultura individualista/competitiva que gera crescimento, mas sem capacidade de promover desenvolvimento. E a cultura cooperativa/solidária capaz de gerar equidade, mas sem crescimento. Analisar a cultura do lugar (autoreferência), que se refere a identificação da sociedade com seu próprio território.</p>
--	---

O fator principal em análise nesse vértice do Hexágono do Desenvolvimento Regional é conhecer a capacidade da comunidade em produzir autoreferência, identificando-se com seu próprio território e possibilitando a [construção de](#) nichos de mercados específicos. A cultura, entretanto, não se expressa somente em manifestações imateriais, mas também em produtos e tecnologias desenvolvidos endogenamente e em como os indivíduos se posicionam frente a estímulos econômicos e [à](#) inovações, peça-chave do desenvolvimento contemporâneo. Esse posicionamento dos indivíduos os coloca em polos distintos competitividade/individualismo ou cooperação/solidariedade. Nenhum polo é encontrado em absoluto numa comunidade, características de ambos são observadas nas diferentes situações cotidianamente vividas. Importa estabelecer qual o polo preponderante e que comportamentos impactarão sob a cultura do desenvolvimento local (BOISIER, 1997).

A análise dessas características da cultura do desenvolvimento também deve considerar a formação histórica que sedimenta as relações institucionais locais, pois Porter argumenta:

A história social e política influenciam as habilitações que se acumularam num país e a estrutura institucional dentro da qual ocorre a competição. Esses aspectos de um país, chamados culturais, não podem ser isolados dos resultados econômicos [...] Os fatores culturais são importantes porque modelam o ambiente enfrentado pelas empresas; eles operam através dos determinantes e não isoladamente. Essas influências são importantes para a vantagem competitiva, porém, porque mudam lentamente, sendo difícil aos de fora explorá-la ou copiá-la. A história social e política e os valores criam diferenças persistentes entre os países e desempenham um papel na vantagem competitiva em muitas indústrias (1989, p. 149).

Para compreender qual dos polos da cultura do desenvolvimento predomina em Não-Me-Toque os entrevistados responderam à questão DR2.1 que arguia se *as ações que realizam contribuem para o desenvolvimento da cidade ou representam apenas ganhos individuais*

L.Agr – Bom, a indústria de Não-Me-Toque é praticamente indústria ligada à agricultura, a agropecuária. Cresceu assim já [...] as indústrias aqui eles estão aqui para ganhar dinheiro é bem claro, quando o produtor rural está aqui está fazendo com muito esforço, todo esforço possível que ele cresça e que ganhe dinheiro que ele cresce. A indústria a mesma coisa. Mas nós não estamos dizendo que eles só pensam nisto. Em média os produtores rurais eles pensam também na cidade, eles pensam também na comunidade onde eles vivem, tanto na comunidade do interior como na comunidade da cidade de Não-Me-Toque, e a indústria não é diferente. As nossas indústrias, nós sabemos disto, eles estão aqui para dar emprego para muita gente, para muita gente mesmo, eles estão aqui para ganhar dinheiro, enquanto que eles estão ganhando dinheiro, enquanto que eles estão crescendo eles podem dar emprego para muita gente, mas eles nunca esqueceram, isto aqui até nos dias atuais, que eles estão aqui numa comunidade e esta comunidade está aproveitando dessas indústrias, aonde os dirigentes dessas indústrias também apóiam sempre todos os eventos, todas as entidades que necessitam aqui de mais recursos, a indústria nunca tem negado. Eles fazem felizmente, fazem parte da comunidade de NMT.

E.Ind – Eu acho que sim [...] a gente trabalha e uma empresa deixa de ser tua quando ela está, como chama assim, exercendo uma função social. E toda a empresa para incentivar, só o proprietário já desenvolvendo uma função social, então ela deixa de ser tua. Pode ter certeza eu trabalho para a gente, claro, que automaticamente tu está trabalhando também [...] sempre está ajudando ou outros. Então, a função social, mas nós não trabalhamos por caridade, nós trabalhamos para ganhar.

Ficou demonstrado nas falas destacadas que apesar de haver um posicionamento particular sobre os benefícios dos empreendimentos, denotando uma cultura individualista, se percebe que esses ganhos são compartilhados com a comunidade à medida que as ações produtivas que geram riqueza para os indivíduos também oportunizam ganhos diretos e indiretos à comunidade cumprindo o papel de ator de uma função social conforme apontado pelo entrevistado E.Ind. Disso se deduz a preponderância de uma cultura para o desenvolvimento cooperativo na sociedade não-me-toquense. Nas palavras de Putnam (2005, p. 102 e 103):

os cidadãos da comunidade cívica não tem de ser altruístas. Mas na comunidade cívica os cidadãos buscam o interesse próprio corretamente entendido, isto é, o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é sensível ao interesse dos outros. Os cidadãos de uma comunidade cívica não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. [...] As transações que aparentemente visem ao interesse próprio assumem um caráter diferente quando inseridas num contexto social que promove a confiança mútua. As relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o oportunismo.

E para ter maior conhecimento sobre o perfil cooperativista observado em Não-Me-Toque a questão DR2.2 analisou a *cooperação com a concorrência em projetos de interesse comum*:

E.Ind – Eu acredito assim, uma das virtudes no município de NMT, o pessoal, a gente se ajuda. A turma do metal-mecânico pode até ter uma dor de cotovelo porque um está melhor, mas a gente sempre se ajuda. Não tem aquele negócio de ficar escondendo, eu acredito, porque eu, nisso aí sou bem desarmado. Então se tem um amigo meu que tem uma empresa, todos são amigos, o cara está começando e é meu amigo, eu vou ajudar, se eu puder eu vou ajudar ou pelo menos orientar ele. Isso aí a maioria é bem desarmada a respeito.

L.Agr – Se falarmos da associação (*étnica*) quando tem eventos maiores, por exemplo, o Natal Étnico, eles se juntam sempre com todas as outras etnias e junto com a Prefeitura, eles trabalham junto quase sempre. No sindicato [...] quando é preciso nós procuramos também e já procuramos várias vezes o presidente do (*outro*) sindicato [...] nós estamos sempre juntos, menos nos pontos onde nós temos alguma divergência, que não são muitos, mas isto acontece, é bem normal [...] nós nos reunimos e chegamos dentro de pouquíssimo tempo ao acordo.

P.Pbl – Acho que existe uma colaboração. [...] de uma maneira geral existe uma colaboração, sim. [...] existem municípios que subsidiam [...] o transporte para vir para cá [...] existem municípios que pediram que no seu município houvesse por parte da empresa uma qualificação da mão de obra lá no próprio município para depois trazer para cá. Existe então [...] já houve ações [...] houve uma mobilização [...] houve uma conjunção de esforços. [...] eu acho que isso está bem característico na nossa região. Municípios hoje, como em disse antes, tirando algumas questões um pouco mais pontuais, mas normalmente, que se entende, mas eu acho que os municípios, bom, se é questão prioritária se juntarem para trazer um investimento, com certeza. Isso acontece.

L.Cml – [...] cada um faz a sua etapa e no final trabalham todos junto, todo mundo trabalha para as coisas que acontecem em Não-Me-Toque. Eu acho que é por isso que Não-Me-Toque é como está hoje [...] Não tem essa rivalidade de lado nenhum, todo mundo se beneficia.

Novamente ficou latente em todos os momentos das entrevistas o espírito cooperativo da comunidade não-me-toquense que se une em prol de objetivos comuns, e essa colaboração mútua solidifica o desenvolvimento da cidade a partir do seu capital social, [pois](#) instituições e organizações de uma comunidade que produzem com maior facilidade a sinergia indispensável para a realização do desenvolvimento local reduzem os custos de transação e seus atores compartilham dos mesmos códigos culturais e de um conjunto de relações sociais que promove o surgimento de uma cultura de desenvolvimento de cooperação/solidariedade (BOISIER, 1997).

6.10 Recursos

<p>DR3 – <i>Recursos</i></p> <p>Materiais Humanos Psicossociais Conhecimento</p>	<p>Analisar as quatro categorias de recursos que interessam ao desenvolvimento: materiais (sua presença); humanos (quantidade e sua relação com a qualidade, vinculação regional e contemporaneidade); psicossociais (autoconfiança coletiva, vontade coletiva, perseverança, consenso); conhecimento.</p>
--	--

O terceiro vértice do Hexágono que corresponde aos insumos encontrados no território e compreendendo os recursos materiais (recursos naturais, financeiros, equipamentos de infraestrutura) e os humanos, estes por sua vez são considerados fundamentais para o desenvolvimento e tendem a mostrar uma elevação de sua disponibilidade à medida que aumenta seu uso. Os recursos humanos corresponderiam assim ao capital social disponível em uma comunidade (BOISIER, 1996, 1997)

A questão *DR3.1* analisou se os recursos necessários ao desenvolvimento *tem disponibilidade local ou não e como são desenvolvidos*:

L.Agr – É um problema muito grave na parte rural [...] a atualização do funcionário rural, só que essa parte tem solução com a instrução do nosso funcionário. Nós estamos incentivando o produtor de começar a pensar um pouco diferente, de começar a liberar o funcionário para fazer cursos porque hoje nós produtores rurais trabalhamos com maquinário caro, porque o maquinário cada vez fica mais caro e tem mais tecnologia nas máquinas. A agricultura de precisão não é só teoria, também é máquina, são implementos, é uma tecnologia que chegou para valer, essa tecnologia, para aplicar essa tecnologia tanto nosso produtor como o funcionário precisa de instrução.

P.Pbl – [...] é uma característica interessante, Não-Me-Toque hoje tem 87 indústrias, justamente por isso, inspirado nessas grandes, puxadas por essas grandes, e as grandes têm feito isso também: bom, para você continuar me atendendo você tem de trabalhar dessa maneira. E as pequenas têm crescido dessa maneira, tanto em tamanho, pessoas, como em tecnologias e tal, estão sempre se aprimorando [...] Hoje, na verdade, o maior problema do município esse crescimento foi muito rápido, num curto espaço de tempo. Se nós considerarmos que em 2005 a Jan tinha 450 funcionários e hoje ela está com 1500. A Stara tinha 270, hoje está com 1800 funcionários. E as outras que se criaram nesse meio tempo e as que já existiam e cresceram talvez, talvez não nesse tamanho, mas por sinal também cresceram, você sabe que uma cidade não cresce nesse ritmo por mais que se queira, por mais que se uma administração invista nesse sentido, mas é muito vagarosa, depende de uma série de fatores [...].

L.Cml – [...] o problema é realmente dos empresários, a grande dificuldade é às vezes, os funcionários vem por conta fazer (*cursos*) [...] tem muitos empresários que não tem visão [...] mas eu vejo dificuldade em, nos empresários em, muitos não, a

maioria dos empresários da área do comércio, de pequenos e médios até micros que não tem a visão ainda.

L.Ind – Não-Me-Toque ficou pequeno, quer dizer nunca cresceu na realidade. É uma cidade totalmente diferente, é atípica do resto, tem duas ou três (*empresas*) que exportam para o mundo todo, todos desenvolvem tecnologia no próprio município, então estão desenvolvendo tecnologia, exportando, fabricando tratores, tem uma das maiores cooperativas do RS e do Brasil, tem outras empresas também de porte, tem o Roos que trabalha com semente, com pesquisa genética, inclusive; tem a Expodireto que levou [...] levou Não-Me-Toque a esfera internacional, mas a cidade não cresceu, a cidade ficou pequena [...] Claro, ela cresceu, vamos dizer assim na parte produtiva muito, com muita tecnologia, mas a infraestrutura do município ficou pequena e não cresceu e não acompanhou. Eu não sei se foi por falta de planejamento ou por falta de interesse, ou foi uma casualidade isso. [...] Então isso faz com que, com que falte tudo, e os empresários que estão no ramo hoje, no ramo alimentício, no ramo de hotelaria, eles não tem, eles, como se dizia antigamente, não caiu a ficha. Eu acho que não caiu a ficha. Os restaurantes são os mesmos, as capacidades são as mesmas, o atendimento é igual, o cardápio também. Há vantagem do idioma por causa do alemão e do italiano, porque as pessoas já falam, já se comunicam às vezes, e a colônia aqui, a parte do interior do município falam muito alemão, muito holandês, o próprio italiano também, mas eu acho que o empresário dos ramos de prestação de serviço, nessa área necessária para absorver essa multidão de pessoas que vem a intervalos aqui, seja pelas empresas, seja pela cooperativa, seja para Expo NMT, eles não, não perceberam ainda o que está acontecendo. Está deixando o campo aberto para vir pessoas de fora. Porque a única solução agora a curto prazo para que aconteça esse desenvolvimento é sair buscar empresas de fora e oferecer para eles entrarem.

Das falas dos respondentes sobressai-se primeiramente a plena compreensão da realidade do município. Verificou-se a consciência acerca do desenvolvimento do local e da situação dos recursos disponíveis e de como os atores estão se portando frente às exigências do caminho que está sendo percorrido e que tende a incrementar no médio e no curto prazo a riqueza municipal, bem como acentuar seus problemas se projetos específicos não forem implementados no presente. Entretanto, setorialmente as empresas isoladas ou através de suas associações e com o apoio do governo têm procurado soluções que resolvam ou ao menos minimizem os problemas de disponibilidade e acesso a recursos e sua qualidade.

Ocorre, porém, que a capacidade de infraestrutura da cidade para absorver rapidamente o *boom* de crescimento dos últimos anos é limitada. Essa situação também decorre da natureza morosa e burocratizada dos serviços públicos e de questões de expansão geográfica da cidade que se não cuidadosamente planejada avançará sobre propriedades agrícolas que cercam-na, além de provocar um problema típico de municípios com forte produção industrial: a favelização. Entretanto, esse problema infraestrutural de Não-Me-Toque gera externalidade positiva à região que passa a fornecer recursos que estão escassos no município contribuindo para a distribuição de riqueza também no entorno. Parte do ambiente institucional/organizacional é a sua localização geográfica com tudo o que isso significa em

termos de história, custos e demanda e que condiciona o seu êxito competitivo (PORTER, 1989).

6.11 Instituições

<p>DR4 – <i>Instituições</i></p> <p>Inteligentes Virtuais Veloze Flexíveis</p>	<p>Avaliar em que medida as instituições existentes são flexíveis (ajustar a instituição à realidade instável do ambiente); velozes (entrar e sair de acordos e redes para aproveitar oportunidades num entorno que está em contínua mudança); inteligentes (capacidade de aprender e de estabelecer articulação com outras instituições) e virtuais (condições para se proceder a operações <i>ad hoc</i> diante de situações específicas e para configurar arranjos estratégicos).</p>
--	--

Na análise do quarto vértice do Hexágono se verificou como as instituições estão representadas no município de Não-Me-Toque. Para Muls (2008) a mobilização dos atores locais, as redes formadas pelas organizações, a cooperação entre as empresas e as instituições locais são instrumentos que possibilitam ao território novas formas de inserção produtiva, [estando](#) profundamente implicadas na dinâmica da economia local. As observações de Lastres e Cassiolato reforçam a importância das instituições sobre o desenvolvimento econômico local.

O comportamento econômico é em larga medida moldado por instituições, que se traduzem em “regras do jogo” estabelecidas legalmente ou através de costumes, implicando comportamentos e ações rotinizadas. As configurações institucionais reduzem incertezas; medeiam conflitos, influenciam os padrões de cooperação e interação entre os atores, bem como afetam a geração, acumulação, distribuição, uso e destruição de conhecimentos, na medida em que moldam a percepção e as decisões dos agentes econômicos. Portanto, diferentes modos de organização institucional levam a diferentes comportamentos e resultados econômicos (2012, p. 17).

A questão *DR4.1a* investigou acerca da *flexibilidade na tomada de decisões* e as respostas foram:

L.Agr – Não as decisões não são muito burocráticas. Elas são geralmente tomadas decisões bastante rápidas e a execução segue também bastante rápida, mas não quer dizer que é rígido. Tomada uma decisão nós achamos que tem ser feito e de preferência na hora.

P.Pbl – [...]a gente procura, claro sempre atendendo as normas e as regras, porque é público [...] tem procurado flexibilizar ao máximo possível até onde a lei nos permite, até aonde a gente pode chegar, principalmente em relação as empresas, no sentido de tornar o menos pesado possível [...] o município tem tentado dentro das possibilidades [...] se documentalmente tudo for atingido não tem porque ficar segurando.

E.Ind – Não, é fácil porque hoje ainda [...] a decisão a gente toma em conjunto.

Considerando a natureza da cada instituição e organização as decisões são tomadas com relativa flexibilidade, conforme posicionamento dos respondentes, atendendo a interesses situacionais sem comprometer a qualidade do resultado em decorrência de uma rigidez desnecessária que oneraria custos, principalmente os de transação. Os líderes que acreditam na dinâmica e na mudança não aceitam limitações, pois compreendem que suas ações é que podem mudar a natureza dos resultados (PORTER, 1989) e, portanto, a inflexibilidade para tomar decisões poderia inibir o aproveitamento de oportunidades sempre presentes no ambiente.

As observações à questão *DR4.1b* foram decorrentes da inquirição sobre *a busca e a velocidade em estabelecer parceira e romper o vínculo quando não mais conveniente*:

L.Agr – Quando foi feito um projeto que não está se desenvolvendo, se não funcionar, está sendo analisado e, porque está sendo conversado sobre isso, se tenta novamente com outro foco, e se não dá depois de duas ou três tentativas, desiste.

Parcerias, que estão sendo buscadas, são evidenciadas em todas as entrevistas, inclusive porque é uma característica da comunidade: a cooperação. Quando interesses individuais não são possíveis de serem concretizados adequadamente de forma isolada, ou quando o resultado gerado pela ação gera aproveitamento coletivo, esforços não são medidos para que sejam buscadas soluções conjuntas que com celeridade solvam as necessidades. Nessa busca pela parceria não importa quem seja o companheiro que atuará junto no projeto, o que é considerado é a força do conjunto, as vantagens que a união tem sobre a empreitada individual. Os parceiros são escolhidos com base em valores e mentalidade semelhantes e o grupo de interesse formado focaliza uma questão específica (FUKUYAMA, 2000) para ser equacionada coletivamente.

Em relação à questão *DR4.1c* foi perguntado com se dá a *geração de conhecimento na organização*:

L.Agr – Muita, muita coisa fica restrito a diretoria [...] da parte do produtor, o produtor poderia procurar mais [...] Está acontecendo uma coisa que nós não estamos gostando muito [...] que o produtor grande está procurando cada vez mais eficiência na sua lavoura, mais tecnologia, ele está procurando de toda e qualquer forma, só que muito médio produtor não está fazendo isso [...] Pequeno e médio produtor deveriam procurar mais. Deveriam procurar mais os cursos, deveriam procurar mais os técnicos e as técnicas agrícolas mais modernas. [...] quem não se atualiza vai ficar fora do futuro [...] Produtor que quer ser produtor parte do serviço dele é ter tempo para se instruir.

P.Pbl – Na verdade, a empresa tem estimulado um pouco, mas o funcionário hoje está enxergando que aí está um filão de mercado que ele pode estar buscando. As pessoas estão tendo essa conscientização. [...] Eu vejo pelos meus, o pessoal que trabalha diretamente comigo aqui, todos eles estão, quem não tem curso numa segunda língua, já está buscando, está vendo, todos eles estão atuando, querendo se especializar. [...] Isso, sim, graças às empresas, graças a Expodireto [...] A questão da motivação do funcionário, da qualificação do funcionário, buscando, para que realmente se enxergue um funcionário, como uma pessoa que faz parte do processo. Não só pela pessoa que está lá para cumprir a carga horária e para receber seu salário [...] hoje a grande maioria dos funcionários já está entendendo esse processo e a gente tem buscado trabalhar com eles dessa maneira, você faz parte de um grupo e a decisão que você tomar errada vai prejudicar não só a ti, mas a todo o grupo.

E.Ind – [...] hoje surpreendentemente o pessoal está pedindo curso, a gente há anos está trabalhando isso aí [...] está dando curso desde que seja na linha da empresa, cada curso que o pessoal pede porque, porque está melhorando hoje a qualidade de instrução dos funcionários. [...] Nós temos um incentivo isso, tem premiação [...] para idéias que foram aproveitadas [...] a gente faz isso [...] tem uma pontuação por desempenho [...] pelo cuidado com o que está produzindo [...] Nós estamos melhorando muito, sente necessidade de tu trabalhar com qualidade não com quantidade [...] vender um produto e saber que tu está satisfazendo o cliente [...] não vender quantidade, mas qualidade, isso é um ponto, que é quase uma obsessão.

O desenvolvimento pressupõe inovação e essa é um produto da instrução, da busca de informação, de um processo de conhecimento estruturalmente organizado dentro das instituições. Para Nonaka & Takeuchi (1997) quando as organizações inovam estão processando informações de fora para dentro resolvendo problemas existentes e se adaptando ao ambiente em transformação ao mesmo tempo em que criam conhecimentos de dentro para fora redefinindo problemas e soluções e, assim, recriando o meio.

Para que essa dinâmica da inovação se processe a geração de conhecimento deve ser uma preocupação de cada indivíduo independente de sua posição e ocupação. Todos devem buscar incrementar seus saberes, assim como deve haver um movimento institucional de garantir acesso à aquisição e circulação do conhecimento, sob pena de se concretizar o que [diz](#) o entrevistado L.Agr.: *quem não se atualiza vai ficar fora do futuro.*

6.12 Procedimento

<p>DR5 – <i>Procedimento</i></p> <p>Gestão Administração Informação Modernidade</p>	<p>Analisar a natureza da gestão do governo territorial e os procedimentos administrativos (concernentes ao manejo cotidiano do governo e a prestação de serviços à comunidade); de informação (capacidade de transformar e difundir conhecimento) e de modernidade.</p>
---	--

Os procedimentos compõem o quinto vértice do Hexágono. Esse elemento analisa a natureza da gestão do governo local. Governo se refere ao “conjunto de ações que representam o exercício da autoridade, a capacidade de liderança e a tomada de decisão de curto e de longo alcance” (BOISIER, 1997, p. 139).

A questão *DR5.1* investigou o *interesse do governo local nos projetos apresentados por empresas e associações*:

L.Agr – Se nós pegamos o sindicato nós temos sempre bons contatos com a prefeitura. Sendo projetos maiores ou sendo manifestação ou sendo alguma coisa especial, praticamente sempre está sendo consultado o poder público e também sempre pedimos apoio do poder público municipal. [...] A prefeitura muito bem, é muito acessível aos pedidos do sindicato. Nunca foi negado nada que nós pedimos. Nós temos uma relação muito boa com o poder público.

P.Pbl – [...] estamos com uma estrutura, que indiferente da reivindicação, quem entra aí, ele vai ser ouvido [...] temos os nossos encontros semanais [...] a gente senta, para conversar, para discutir, enfim, relatar o que passou e projetar já as próximas ações [...] a gente procura tudo o que é possível fazer, nem sempre tudo é possível, mas dentro da possibilidade [...] bom a gente diz: passou as eleições e nós temos um partido maior que é a cidade, indiferente da bandeira, da cor partidária e do credo religioso nós temos que considerar um todo.

L.Cml – [...] nós temos conseguido, nós temos conversado, temos debatido até nos últimos anos aí com eles e a gente tem sentido que a associação (*de classe*) está forte, e daí que eles têm prestado atenção. [...] ultimamente eles estão mais juntos. Todo esse processo foi um trabalho em conjunto [...] tem que sempre ir um político junto senão você não consegue. Só que tem, eles estão sendo acessíveis, sim eles estão nos entendendo.

E.Ind – A Prefeitura, isso é muito relativo [...], mas se a Prefeitura não está para ajudar, ao menos não atrapalha [...] eu acho quando é em benefício do município não tem aquela briga ferrenha de que não somos nós (*falando de interesses partidários*).

L.Ind – Todo esse processo sempre com a ajuda do poder público. Com certeza, se nós não tivéssemos ajuda do poder público, do executivo e do legislativo, nós não teríamos conseguido nem a metade do que nós conseguimos. Isso com certeza.

As falas destacadas acima representam parte dos comentários favoráveis a participação do governo em projetos de interesse coletivo protagonizados por indivíduos ou empresas. No decorrer das entrevistas ficou evidenciada a preocupação do governo com um projeto de desenvolvimento que congregasse esforços de todos os atores locais pondo de lado divergências políticas, circunstâncias comuns de demonstração de poder.

Em comunidades cívicas à medida que as distâncias ideológicas diminuem, a tolerância entre as diferentes linhas partidárias aumenta reforçando a igualdade e o engajamento a causas coletivas dos cidadãos (PUTNAM, 2005). Em Não-Me-Toque, observado [as contribuições](#) de suas lideranças, os interesses [do município](#) sobrepõem-se ao individuais quando esses não visam o bem comum de forma ampla. A participação do governo local junto a instituições e organizações auxiliando-lhes em suas [demandas](#), denota-se a força cooperativa existente na comunidade e reforçando [a presença de um bom nível de capital social](#).

Na questão *DR5.2* procurou-se saber se há *destinação de verbas orçamentárias para infraestrutura* e apurou-se como resposta:

L.Agr – Se nós falamos na área rural a Prefeitura tem se dedicado para melhorias nas estradas e nos têm dado um apoio, e estão dando um apoio para o bem pequeno produtor [...] bastante apoio para agroindústria [...] se nós temos estradas boas, se nós temos estrutura para escoar nossa produção, a Prefeitura já fez o bastante, porque para produtor se informar, se atualizar não precisa da Prefeitura, tem outras entidades que podem fazer isso aqui, inclusive gratuitamente. A agricultura [...] nossa Secretaria [...] tem um orçamento muito, muito baixo [...] mas o grande produtor, o médio produtor ele não precisa tanto da Prefeitura porque ele tem apoio de outras entidades.

P.Pbl – [...] na projeção do orçamento a gente sempre já prevê algumas ações [...] a gente tem o hábito de se reunir com os empresários, então quando você planeja, você já tem, já projeta uma demanda do que vai acontecer. Claro, que talvez não na proporção que poderia, até porque a gente tem limitações orçamentárias quanto a isso, mas dentro do planejamento, sim, sempre se prevê atender, bom, se não dá para atender tudo, a gente vê o que acontece, muitas são parcerias [...] Hoje, isso nós temos uma lei que, inclusive, autoriza isso, claro, faz-se um projeto específico para o caso, mas a lei prevê isso.

L.Cml – [...] eu acho que às vezes há deficiência [...] nessa parte orçamentária do município, eles têm que ter o projeto deles [...] tem pessoas com visões diferentes, com conhecimento: bom, onde vai arranjar essa verba, o que nós temos mais hoje precisando no município.

A questão orçamentária é crítica diante da limitação de recursos financeiros disponíveis ao governo frente a imensidade das demandas locais, não somente em relação a manutenção do bem público quanto a investimentos em infraestrutura necessária para incrementar um projeto de desenvolvimento extensivo a toda comunidade. Uma das soluções encontradas pela administração local é suprir a deficiência orçamentária através de parcerias onde o governo colabora com seus recursos disponíveis e o parceiro atua complementarmente.

O modo como o governo gerencia a disponibilidade de seus recursos financeiros vincula-se a seus interesses e de acordo com fórmula redistributiva de renda (PUTNAM, 2005), o que dependendo da visão política da administração, pode despender maior volume de recursos em projetos que não promovam o bem estar social. Isso é algo não observável pelos não-me-toquenses ao afirmarem a cooperação e a parceira do governo local em projetos da iniciativa privada que gerem benefícios coletivos e participando com recursos dentro da sua capacidade e promovendo ações dentro de sua competência para incrementar esforços à obtenção dos resultados coletivos pretendidos.

A abordagem da questão *DR5.3* analisou se *o governo acompanha as empresas na busca por recursos para desenvolver projetos locais*, sendo que se obteve como respostas:

L.Agr – [...] a Prefeitura sempre tem procurado apoio, inclusive financeiro através de entidades, através de incentivos fiscais ou através do próprio governo ou deputados para ter recursos financeiros também.

P.Pbl – A Prefeitura tem, nós temos procurado fazer isso [...] A gente tem conseguido acessar mais facilmente que as empresas tem feito esse trabalho, as Secretarias do Estado, Governo Federal. [...] as empresas são nossas parceiras, as pessoas são nossas parceiras, várias ações que a gente faz a gente tem conseguido também ajudar elas um pouco. Então o município tem, eu acredito que é fundamental o município dar essa colaboração. A Administração tem que ter essa forma de realmente estar parceira [...] dentro da possibilidade do município.

L.Ind – [...] Não-Me-Toque não consegue um monte de recursos federais e estaduais por causa da quantidade de habitantes [...] cidade com menos de trinta mil habitantes não há projetos [...] Ficamos dois anos brigando [...] para conseguir escola do Senai em Não-Me-Toque e quando eles olham a população de 15000 habitantes: ah, não comporta uma escola do Senai[...]. A escola técnica estadual? Não [...] comporta, é muito pequeno, não tem pessoas, só que se nós não usarmos, não olharmos no âmbito geral, Não-Me-Toque está no centro. E eu digo, daqui a pouco vai ser a grande Não-Me-Toque [...] E a absorção de mão de obra está dessa maneira, apesar do município ser muito pequeno em população e infraestrutura está absorvendo mão de obra da região toda [...] tem que levar a realidade do município às autoridades para elas entenderem [...] Não-Me-Toque é uma cidade totalmente atípica, totalmente diferente.

L.Cml – O município está dando sim, está dando apoio [...] eles se empenharam muito [...] eles ficaram (*se referindo a fábrica de tratores*) porque tiveram apoio, senão não ficavam.

Há reconhecimento do esforço do governo em contribuir dentro de suas possibilidades para auxiliar projetos individuais em que o resultado também refletirá na comunidade. A presença do governo como apoiador de projetos ou parceiro na busca por recursos junto a instituições fora dos limites territoriais do município imprime à reivindicação tons de poder político, por vezes necessários para garantir acesso as oportunidades disponíveis. A capacidade cooperativa dos indivíduos considerando-os agentes do desenvolvimento pode ser aumentada pela direção da política pública e essa participação do governo local também pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas dos cidadãos, sendo essa relação de mão dupla impulsionadora do capital social da comunidade (SEN, 1999).

6.13 Entorno

<p>DR6 – <i>Entorno</i></p> <p>Mercado Estado Relações Internacionais</p>	<p>Analisar tudo o que é externo à região, configurado na multiplicidade de organismos sobre os quais não há controle (apenas capacidade de influência), mas com os quais a região como um todo se articula. Os elementos analisados são: mercado (modalidades de comércio, padrão geográfico, formas de intermediação, tratados e acordos, tecnologia); Estado (conflitos, cooperação, dependência) e relações internacionais.</p>
---	---

O sexto vértice do Hexágono que foi analisado é o entorno em que se verificou a inserção do município de Não-Me-Toque numa rede de sistemas de relações extraterritoriais de cooperação que pode facilitar o processo de apropriação de conhecimento e o progresso técnico (BOISIER, 1997). Criar vantagem competitiva requer novas maneiras de competir, de correr risco, de investir nas oportunidades. Localidade que obtêm êxito no desenvolvimento econômico tem um ambiente endógeno dinâmico e desafiador que estimula e pressiona as organizações e instituições a aperfeiçoarem e a ampliarem suas vantagens no decorrer no tempo (PORTER, 1989). O conhecimento do que acontece no mundo é estratégico para traçar diretrizes, projetar ações, compreender o movimento da demanda e de como a empresa pode aproveitar oportunidade e gerar riqueza a si e ao local em que desenvolve seus negócios.

A questão DR6.1 analisou a importância de conhecer o que está acontecendo no mundo para entender como as lideranças se percebem competindo globalizadamente:

L.Agr – Bom, tudo tem a ver com comunicação [...] Para crescer em qualquer área a pessoa tem de se informar. O que nós achamos é sempre muito importante o ensino, o estudo, e através desse estudo, através de comunicação, através do interesse que cada um deve ter, principalmente na sua área, na sua atividade, inclusive hoje com muita facilidade se consegue captar todas as novidades, antigamente era mais difícil. É através desse interesse, através do desenvolvimento começa o crescimento. Eu tenho certeza que através do interesse de muitos e não só dos holandeses, de muitas pessoas aqui em Não-Me-Toque de buscar novidades, de fazer experiências, de trazer novidades para Não-Me-Toque, através dessa procura de novidades, Não-Me-Toque cresceu. E cresceu muito. E isto que não pode parar [...] se aquela pessoa que não se atualiza na sua profissão o tempo todo, ou está fora, ou ficou parada, ou se ficou parado através, esperando um salário maior não se atualizando pode ficar esperando muito tempo. O produtor a mesma coisa. Produtor que quer ficar na atividade e ganhar o seu dia a dia precisa se atualizar urgentemente.

P.Pbl – [...] hoje nós não somos mais uma ilha [...] Não-Me-Toque acabou virando um pouco de vitrine em função disso (se referindo à *Expodireto*), principalmente no que tange ao agronegócio. Então essa busca de informações sobre o que está acontecendo tanto na região como no Estado, como no país quanto fora, ela se faz constante, geralmente a gente faz isso, das mais variadas maneiras possíveis [...] Constantemente as pessoas, os investidores têm vindo procurar. Tanto os investidores de outros locais, como tanto os investidores do município [...] Os nossos investidores estão enxergando que hoje vale mais a pena apostar no próprio município, que investir de repente numa outra cidade sem se ter essa noção exata do que está acontecendo. [...] Então o investidor hoje ele também sabe que a administração municipal tem uma responsabilidade, então eles também não podem prometer milagres que sabem que depois não cumprem, estão conscientes quanto a isso [...] hoje o investidor também está, ele enxerga que ele tem de ser um parceiro do município e não alguém que vem simplesmente explorar, que fique por um tempo, bom agora já não me atende mais e vou embora. Não, vem para ficar.

E.Ind – Tão importante [...] porque de pequeno as condições de meu pai, de família grande e tal, eu jamais imaginava conhecer Santa Catarina, quer dizer, o sonho era conhecer Santa Catarina. Daí um pouco tu está num negócio que pode não ser grande, mas é um negócio global. E daí tu te vê, isso já faz algum tempo e acontece, te vê negociando com cliente da Inglaterra [...] a gente tem contato com vários países.

Ficou evidenciado nas falas dos respondentes que o conhecimento é um elemento crítico ao desenvolvimento. Sua busca contínua e incessante possibilita o aproveitamento de oportunidades onde essas se encontram, local ou globalmente. É missão do empreendedor enfrentar os riscos próprios do negócio e os sistêmicos, além de fomentar inovação, impulsionar a tecnologia e incrementar projetos que melhorem a competitividade das empresas, a distribuição de riqueza e o bem estar de toda a comunidade. Segundo Porter (1989) a base local é onde estão as capacidades essenciais e de propriedade, é a plataforma de uma estratégia global da organização na qual vantagens oriundas do local são complementadas pelas vantagens provenientes de uma posição mundial.

O olhar de [lideranças públicas e econômica](#) deve estar [fixado](#) no mundo. A demanda e as oportunidades estão em qualquer lugar e para aproveitá-las é preciso reforçar a base local, sedimentar o capital social, incrementar a base de confiança, de cooperação, de reciprocidade, para que o desenvolvimento efetivamente encontre um terreno fértil para se estabelecer e [projetar](#) seus benefícios a todos os seus atores.

6.14 Desenvolvimento local e Não-Me-Toque

O [Quadro 8](#) apresenta resumidamente as conclusões observadas ao longo das entrevistas com as lideranças políticas e econômicas de Não-Me-Toque em relação a cada um dos vértices do Hexágono do Desenvolvimento Regional.

A utilização [desse modelo](#) teve como propósito configurar como o desenvolvimento de Não-Me-Toque se apresentava para que fosse possível entender se o capital social era um dos elementos que o influenciaria. Ficou demonstrado que o município atende aos requisitos de cada critério, apresentando mesmo que em diferentes graus, [os](#) requisitos básicos que permitem que estratégias e ações individuais e coletivas sejam [sustentavelmente](#) empreendidas localmente e que os ganhos sejam [auferidos](#) também das relações exógenas [atraídas](#) pela competitividade não-me-toquense.

HEXÁGONO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vértices	Análise Geral
1. <i>Atores</i>	Os agentes do desenvolvimento entrevistados nesse estudo são classificados como corporativos por representarem instituições (associação empresarial e governo) e organizações. É forte o sentimento de pertença, o orgulho em ser parte da comunidade não-me-toquense e contribuir com seu trabalho e participação comunitária para a melhoria do bem estar coletivo. Nem todos são nascidos no município, mas todos estão profundamente enraizados e dedicados a empreenderem localmente e contribuírem individual e coletivamente para o desenvolvimento do município.
2. <i>Cultura</i>	O perfil predominante da cultura do desenvolvimento de Não-Me-Toque é a cooperativa/solidária. Ficando manifesto esse posicionamento nas falas dos entrevistado e bem ilustrado na de um deles ao referir-se que seu negócio desenvolve uma função social, pois embora o empreendedor vise benefícios próprios, a qualidade dos seus resultados reflete em ganhos para a comunidade.
3. <i>Recursos</i>	Dentre os vértices analisados esse é o que apresenta maiores déficits em razão da escassez de mão de obra qualificada, da infraestrutura local deficiente, da dificuldade de obtenção de benefícios em razão da baixa força política local junto a instituições federais e estaduais. Entretanto, esses fatores não impedem o crescimento, servindo de elementos aglutinadores a reivindicações coletivas e unindo a comunidade e todos os seus segmentos na busca por soluções possíveis.
4. <i>Instituições</i>	Nas instituições locais prepondera a flexibilidade, inclusive no governo, organismo que por natureza tem limitações insertas pela burocracia e legislação. Essa flexibilidade permite que haja aprimoramento contínuo dos processos, o desenvolvimento de inovações, o uso de tecnologia avançada, o atendimento de demandas onde estas se manifestam. A base dessa postura que propicia vantagens competitivas está na inteligência interna, na capacidade de aprender e de articular relações com outras instituições em prol de objetivos comuns.
5. <i>Procedimento</i>	Esse vértice analisa o papel do governo na articulação do desenvolvimento local através dos procedimentos administrativos. É reconhecido pelos entrevistados o envolvimento do governo nos pleitos das instituições e organizações privadas quando as ações promovam ganhos coletivos. E a postura do governo local referenda essa percepção e conforme a fala de seu representante entrevistado nesse trabalho que o partido que deve ser atendido prioritariamente é a comunidade.
6. <i>Entorno</i>	Culturalmente Não-Me-Toque está vinculada ao entorno. Foram colonizadores europeus que imprimiram o ritmo do desenvolvimento local. São esses fundadores e seus descendentes que olham para além território em busca de conhecimento e oportunidades e aproveitam as potencialidades locais para empreenderem criando inovação, desenvolvendo tecnologia, comerciando com o mundo.

Quadro 8 – Quadro-resumo – desenvolvimento local

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho

7 CONCLUSÃO

Por que as pessoas colaboram entre si e qual a influência que essa cooperação tem sobre as ações que promovem o desenvolvimento de uma comunidade? A partir desse questionamento que o pesquisador embrenhou-se na realização desse estudo visando compreender se o capital social poderia ser um dos elementos presentes na constituição do desenvolvimento local.

A base dessa pesquisa foi um estudo de caso no município de Não-Me-Toque, situado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde foram entrevistadas cinco lideranças locais para compreender, por meio de uma pesquisa qualitativa baseada nos modelos: *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)* desenvolvido pelo Banco Mundial e no *Hexágono do Desenvolvimento Regional* de Sérgio Boisier, se os elementos do capital social poderiam ser verificados nessa comunidade.

Analisado os Quadro 7 (item 6.7) e Quadro 8 (item 6.14) pode-se inferir a existência de um estoque de capital social no município de Não-Me-Toque. Mensurar esse estoque não é uma tarefa fácil, nem pretendeu este estudo, salientando que pesquisadores do capital social ainda não encontraram indicadores consensualizados para valorar a sua presença num grupo e estabelecer parâmetros que apontem o quanto essa quantidade influenciaria qualitativamente no desempenho econômico-social de uma comunidade. Entretanto, a ausência de indicadores que mensurem o capital social não impede que se analise a presença de seus elementos dentro uma comunidade e que se lance suposições de quanto uma existência maior ou menor de capital social influenciaria nas ações coletivas implementadas nessa sociedade.

No estudo de caso realizado buscou-se verificar como os elementos do capital social se manifestavam nas falas dos respondentes e com as variáveis do desenvolvimento local se faziam presente nas ações da comunidade. Verificou-se que a confiança, um dos elementos mais representativos do capital social, permeia as relações entre os cidadãos e incentiva-os à cooperação, motivando a interação social e a realização conjunta de ações que incrementam o bem-estar da comunidade.

A confiança desencadeia a participação ativa em grupos, associações, agremiações, eventos comunitários e envolvimento em projetos sociais, normalmente de forma gratuita pelo simples desejo de fazer parte, de colaborar, de dedicar parte de seu tempo a ações coletivas que beneficiem grupos específicos e que resultem em ganhos para a toda a sociedade. E a cooperação, outro importante elemento do capital social, estimula o desenvolvimento das instituições e organizações locais.

Entretanto, esse estudo não se exaure em si, lacunas permanecem o que implica conceber novos elementos para serem investigados. Neste sentido, será que a percepção de que há um grau relativamente significativo de capital social em Não-Me-Toque e mediante a replicação da pesquisa em outros municípios, se chegaria a mesma conclusão? Ainda, incluindo-se na pesquisa realizada pessoas advindas de outros segmentos sociais e econômicos o resultado seria confirmado ou se teria convergido por caminhos diferentes do que primariamente supunha-se?

A utilização do modelo do Hexágono do Desenvolvimento Regional serviu como amparo para se constatar a presença de variáveis do desenvolvimento as quais poderiam ser influenciadas pela presença de capital social, uma vez que esse está sendo considerado como mais um insumo produtivo. No estudo realizado compreendeu-se a dinâmica desses elementos e pode-se verificar em determinados momentos a inter-relação entre as variáveis do desenvolvimento e as do capital social. Entretanto, essa constatação permite que se infira que o capital social é um elemento influenciador do desenvolvimento local? Sua presença em grau mínimo não poderia proporcionar os mesmos resultados verificados nesse estudo de caso? E este estudo sendo reproduzidos em outros municípios com semelhantes características os resultados seriam os mesmos ou divergiriam?

Segundo Boisier (1997), o desenvolvimento é um produto da própria comunidade e será por seus próprios membros construída. Em sendo o capital social um importante elemento aglutinador da ação coletiva em prol de objetivos comuns qual seria então sua importância como fator de desenvolvimento local? Comunidades que não o apresentam em grau significativo não conseguiriam empreender ações desenvolvimentistas? Esses questionamentos são a contribuição que pesquisador quis impingir para que se possa estudar o desenvolvimento na sua forma plena, dinâmica e complexa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, B.; SANTOS, J.; CÂNDIDO, J. Índice de sustentabilidade municipal e as suas relações com as políticas e ações para geração do desenvolvimento sustentável: um estudo aplicado na cidade de João Pessoa – PB. In: **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos08/553_Artigo%20SEGET.pdf . Acesso em 15 [mai](#) 2011.

ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A. A relação entre os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável: uma análise comparativa entre municípios. In: **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: set 2008.

ARRAES, R.; BARRETO, R. **Implicações do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico**. Disponível em: <http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/implicacoes.pdf> Acesso em; 01 [fev](#) 2011.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BANCO MUNDIAL. **What is social capital**. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/EXTSOCIALCAPITAL/0,,contentMDK:20185164~menuPK:418217~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:401015,00.html> .Acesso em: 14 [out](#) 2010.

BECKER, D. A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

BERGAMASCHI, H.D. Propriedade: identidade e cultura regional. In: GIRON, L.; RADÜNZ, R. (Org.) **Imigração & cultura**. Caxias do Sul, EDUSC, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, S. Capital social, governança e desenvolvimento da agricultura: um ensaio analítico . In: **II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional**, 2001, Campinas: UNICAMP, 2001.

BOISIER, S. El vuelo de un cometa: una metáfora para una teoría del desarrollo. **Estudios Regionales**: v.48, p 41-79, 1997. Disponível em: <http://www.revistaestudiosregionales.com/pdfs/pdf524.pdf> . Acesso em: 15 [fev](#) 2011.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento de Políticas Públicas**, nº 13, 1996. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137> . Acesso em: 28 [jul](#) 2011.

BOISIER, S. Una (re)visión heterodoxa del desarrollo (territorial): un imperativo categórico. **Estudios Sociales**. México, v.XXI, n.023, p. 10-36, jan/jun 2004,

BORDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Arranjos produtivos locais. Disponível em:

[http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&Menu=300#o que sao](http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&Menu=300#o%20que%20sao). Acesso em: 17 [jan](#) 2012

BRUE, S. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson, 2005.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.5, n.2, p. 361-420, jul-dez 2004

BUENO, P. Possíveis contribuições da nova economia institucional à pesquisa em história econômica brasileira: uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial. **Estudos Econômicos**: São Paulo, v.34, n.4, p. 777-804, out-dez 2004.

CAMPOS, L; SAPELLI, D. Indicadores de capital social numa organização de terceiro setor: uma visão comparativa entre a percepção do público interno e externo. **XXXI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro , 1-16, set 2007.

CAPELLE, M. C; MELO, M. C.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v.5, n.1, p. 1-15, 2003. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248> .

Acesso em: 30 [jan](#) 2012.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.4, p. 679-684, out-dez 2006.

CASTRO, G. C. **Pesquisa de mercado**. Rio de Janeiro: FGVOnline, 2011.

COLISTETE, R. P. Há lugar para a teoria em estudos da história econômica: uma análise das relações entre grupos de interesse, proteção comercial e desempenho econômico de longo prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.32, n.2, p. 297-334, abr-jun 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM – Disponível em:

http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=94 Acesso em: 15 [fev](#) 2012.

CUNHA, S. V. **Não-Me-Toque**: no rastro de sua história. Não-Me-Toque, RS, 2011.

DINIZ, C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Revista Nova Economia**: Belo Horizonte, v.19, p. 227-249, mai/ago 2009.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. **Revista de La Cepal**, n. 69, p.103-118, dez 1999. Disponível em:

http://www.plataforma.uchile.cl/fg/semestre1/_2004/asocia/modulo2/clase3/doc/capital_social.pdf . Acesso em: 15 [fev](#).2011.

EXPODIRETO-COTRIJAL. **História**. Disponível em:

http://www.expodireto.cotrijal.com.br/index.php?id_menu=historia . Acesso em: 26 [fev](#) 2012.

FAURGS/LABORS - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA RS. **Desenvolvimento regional, cultura política e capital social**: pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, dez. 2001.

FEIJÓ, C.; VALENTE, E. A firma na teoria econômica e como unidade de investigação estatística: evolução nas conceituações. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: 8(2), p 351-376, jul/dez 2004.

FUKUYAMA, F. **A Grande ruptura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

[FEE](#) - FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/sobreefee/index.php> Acesso em: 15 [fev](#) 2012.

GIANETTI, E. **Vícios privados, benefícios públicos?**: a ética na riqueza das nações. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRON, L. S. Identidade: região e valores. In: GIRON, L; RADÜNZ, R. (Org.) **Imigração & cultura**. Caxias do Sul, EDUSC, 2007.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.21-29, mai/jun 1995a.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar/abr 1995b.

GOMES, A. P. **Capital social e ação coletiva**: um estudo sob a ótica da nova economia institucional no assentamento Primeiro de Junho MG. Viçosa MG: UFV, 2005, 104 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural Universidade Federal de Viçosa.

GOMES, A.; BUENO, N. Capital social e dilemas da ação coletiva: estudo de caso de um pequeno assentamento rural em Minas Gerais. **RURIS**: v.2, n.2, p.181-205, set. 2008.

GOOGLE MAPS. **Não-Me-Toque RS**. Disponível em: <http://maps.google.com.br/>. Acesso em 02 jul 2012.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. World Bank, 2003.

HAIR, J. R.; BABIN, B.; MONEY, A.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAMMEL, G.; PRAHALAD, C. K. **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

HARVARD KENNEDY SCHOOL. **Robert D. Putnam**. Disponível em:

| <http://www.hks.harvard.edu/about/faculty-staff-directory/robert-putnam> . Acesso em: 18 [jan](#) 2012.

| HEINICH, N. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: Edusc, 2001.

| HOFSTEDE, G. **Culturas e organizações: compreender a nossa programação mental**. Lisboa: Edições Silabo, 2003.

HOLANDA, S. B.. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001.

IBGE CIDADES@. Disponível em

| <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431265>. Acesso em: 23 [jan](#) 2012.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa**. Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

| KOTLER, P. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson, 2000.

LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf . Acesso em: 17 [jan](#) 2012.

LIBERY OF ECONIMICS AND LIBERTY. The concise encyclopedia os economics: **Douglass C. North**. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Enc/bios/North.html>. Acesso em: 07 [nov](#) 2011.

LINS, H. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v.44, n.2, p. 313-330, abr/jun 2006.

LOZANO, J. Economía institucional y ciência económica. **Revista de Economía Institucional**. Colômbia, n. 1, nov/1999, p. 99-128. Disponível em: <http://www.uexternado.edu.co/facecono/ecoinstitucional/workingpapers/jlozano1.pdf> . Acesso em: 08 [nov](#) 2011.

MULS, L. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia: Anpec**, v.9, n.1, p 1-21, jan/abr 2008.

MUÑOZ, A. **Regionalização para o planejamento e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. 2007, 205 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2007.

- NOGUEIRA, C. **Análise de discurso**. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf Acesso em: 07 [fev](#) 2012.
- NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- NORTH, D. **The new institutional economics and development**. Washington University, St. Louis, USA, p. 1-8. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9309/9309002.pdf> . Acesso em: 08 [nov](#) 2011.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**: Brasília, ano 14, n.61, p. 53-59, jan/mar 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NÃO-ME_TOQUE. Disponível em: <http://www.naometoquers.com.br/intro/> . Acesso em: 23 [jan](#) 2012.
- PINHEIRO, R. M; CASTRO, G. C.; SILVA, H. H.; NUNES, J. M. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2004.
- PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PORTER, M. **O marketing das nações**. São Paulo: Futura, 1997.
- PORTES, A. **Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea**. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292000000200007&script=sci_arttext . Acesso em: 13 [out](#) 2010.
- PRADO, M. A. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**: p. 149-17, julho 2000.
- PUTNAM, R. **Bowling together: america's decline social capital**. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/bowling.html> . Acesso em: 15 [fev](#) 2011.
- PUTNAM, R. Bowling together. **OCED Observer**. Disponível em: http://www.oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/1215/Bowling_together.html . Acesso em: 15 [fev](#) 2011.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- PUTNAM, R. **The prosperous community: social capital and public life**. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/13putn.html> . Acesso em: 15 [fev](#) 2011.

RIO GRANDE DO SUL – **Secretaria da Fazenda** – Sefaz RS. Disponível em: http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_municipio Acesso em: 15 fev 2012.

ROWE, W. G. Liderança estratégica e criação de valor. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.42, n.1, p. 7-19, jan/mar 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras, v.7, n.1, p 70-81, 2005.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TELLO, M. Del desarrollo económico nacional al desarrollo local: aspectos teóricos. **Revista Cepal 102**, p. 51-67, dez, 2010.

TENÓRIO, F.; VILLELA, L.; DIAS, A.; GURJÃO, F.; VIANA, E. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. **Anais...** Enapg, Salvador BH, p. 1 a 16_nov, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acesso em: 15 fev 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

Anexo A – Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questões qualificatórias

1. Nome
2. Função desempenhada
3. Cargo ocupado na instituição que representa

Questões relativas ao capital social e ao desenvolvimento econômico local

CS1.1. Você participa que algum grupo, associação, agremiação, sindicato? Quais? Qual seu papel neles, apenas membro ou atua na liderança?

CS1.2. Há quanto tempo você frequenta esses grupos?

CS1.3. Por que você faz parte desses grupos? Que benefícios têm em participar deles?

CS1.4. Considera que os colegas do grupo irão ajudá-lo em momentos em que necessitar e solicitar?

CS1.5. Considera que esses grupos contribuem para melhorar a sociedade de Não-Me-Toque, por quê?

CS1.6. Como são tomadas as decisões nesses grupos? Individuais, coletivas, democráticas? E como as lideranças são escolhidas?

CS1.7. Há interação entre esses grupos? Sim, quando isso ocorre?

CS6.1. Os cidadãos de Não-Me-Toque, todos ou reunidos em grupos de interesses, costumam se reunir e criar petições para levar ao governo municipal pedindo algum benefício para a comunidade?

CS1.8. Tem amigos próximos, em quem confia e pode pedir ajuda? Quantos?

CS2.1. Você confia nas pessoas ou diria que é preciso ter sempre cuidado nas relações com outras pessoas?

CS2.2. No geral, as pessoas de Não-Me-Toque são confiáveis?

CS2.3. Caso haja um projeto na cidade que não o beneficie, mas pode ajudar muitas pessoas, você contribuiria com seu tempo e dinheiro para o projeto? Sua participação seria voluntária ou solicitada?

CS3.1. Em NMT há muitas pessoas que contribuem com tempo e dinheiro para objetivos de

interesse comum?

CS3.2. Digamos que ocorresse uma fatalidade na cidade (um grande vendaval que causasse estragos de grandes dimensões) as pessoas – e você – cooperariam para tentar resolver o problema?

CS4.1. Como você se mantém informado diariamente? Com que frequência diária está em busca de notícias, informações? Quais as fontes de informações mais importantes para você atualmente?

DR6.1. Qual a importância de se conhecer o que está acontecendo no mundo, no seu mercado de atuação e na sociedade como um todo, para o desenvolvimento de seu negócio e, em consequência, da cidade?

CS5.1. Você é uma pessoa caseira ou gosta de interagir socialmente saindo publicamente, encontrando ou visitando amigos, recebendo visitas?

CS6.2. Você é engajado politicamente? Não num partido, mas em ações de interesse coletivo da cidade.

CS6.1. Os cidadãos de Não-Me-Toque, todos ou reunidos em grupos de interesses, costumam se reunir e criar petições para levar ao governo municipal pedindo algum benefício para a comunidade?

CS6.3. Você acha que as autoridades locais valorizam a sua opinião ou do grupo que representa na tomada de decisões sobre as ações e projetos públicos?

DR5.1. O governo local atua como um interessado nos projetos que a sua empresa deseja empreender?

DR5.2. Há destinação de verbas orçamentárias para a melhoria da infraestrutura e da qualificação da mão de obra?

DR2.1. Considera que as ações que realiza podem estar contribuindo com o desenvolvimento da cidade ou acha que são apenas ganhos individuais?

DR21.2. Cooperaria com a concorrência (sindicato dos trabalhadores / outras prefeituras) em algum projeto de interesse comum, ou prefere realizar isoladamente ações necessárias para desenvolver seus empreendimentos?

DR3.1. Em termos de recursos que seu negócio precisa para se desenvolver (infra-estrutura, qualidade de mão de obra / empregados comprometidos, conhecimento): são encontrados no local?; são buscados onde?; como são desenvolvidos?

DR1.1. Por que Não-Me-Toque para desenvolver seus negócios? Qual a importância da cidade para que empreenda aqui? Levaria todo o seu negócio para outra região?

DR1.2. Qual a importância de se ter políticas internas para ações sociais/ambientais?

DR4.1. Em relação a sua empresa:

a) há flexibilidade para ajustá-la realidade que se apresenta ou a tomada de decisão é demorada? Mudar é difícil?

b) Com que velocidade são buscadas parcerias ou, estando nelas e vendo que não surtem mais resultados, sair delas?

c) Como a empresa aprende? Como é a participação dos funcionários (sócios / cidadãos) nesse processo?

DR5.3. O governo acompanha a busca por recursos que venham a desenvolver a cidade através de empreendimentos privados junto a instituições fora do município?